



# Reconverter Para Preservar

## Intervenção no Convento de S. Bento de Cástris

Maria Luisa Jordán de Urries Serras | 20101287

Orientadores: Professor Doutor José Aguiar

Professor Doutor Paulo Pereira

Presidente: Professora Doutora Cristina Cavaco

Vogal: Doutora Maria Fernandes

Projecto Final de Mestrado Elaborado para Obtenção  
do Grau de Mestre em Arquitectura

Documento Final

Janeiro 2017



## **Título**

Reconverter para Preservar

Intervenção no Convento de S. Bento de Cástris

## **Nome**

Maria Luísa Jordán de Urries Serras

## **Orientação**

Prof. Dr. José Aguiar

Prof. Dr. Paulo Pereira

Mestrado em Arquitectura

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Lisbon, January 2017



## Resumo

A cidade de Évora, Património Mundial, palco de diversos acontecimentos e feitos ao longo dos séculos é um dos locais onde melhor se percebe que a Arquitectura é testemunho de um passado e identidade. Do seu grande número de monumentos chegou até hoje o Mosteiro Cisterciense de S. Bento de Cástris, cuja construção se iniciou no século XIII e que sofreu várias campanhas durante o reinado de D. Manuel I. Com a extinção do mosteiro, depois da morte da última freira em 1890, este edifício sofreu outras ocupações, desde albergar uma estação químico-agrícola, um campo experimental agrícola e mais tarde a secção da casa pia masculina.

A perda da sua função inicial foi o início para a sua degradação sendo que, de momento, o edifício principal se encontra encerrado.

O objectivo deste trabalho é propôr uma solução de reabilitação a nível da distribuição de espaços/função para S. Bento de Cástris, segundo o programa Sphera Castris, iniciativa da Direcção Regional de Cultura do Alentejo em parceria com a Universidade de Évora, a Câmara Municipal de Évora e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo.

Este programa prevê a criação de um centro de investigação e produção nas áreas das Artes, Ciências, Património e Território, para que este Mosteiro seja integrado num contexto contemporâneo relativamente à sua função.

A par disto, tivemos conhecimento da instalação de uma comunidade mista Cisterciense Brasileira, centrando-nos mais numa solução arquitectónica para o seu alojamento permanente.

Exploramos aqui a intervenção mínima como método de reabilitação de património de forma a respeitar o objecto e a sua envolvente tendo em conta a importância da análise do objecto e produção de informação essencial às decisões projectuais. Este trabalho tem como intenção a preservação de elementos essenciais à sua identidade e valor, permitindo ao mesmo tempo devolver S. Bento de Cástris à população e à comunidade Cisterciense que o habitará.

## Palavras-chave

S. Bento de Cástris

Évora

Reabilitação

Património

Intervenção mínima

Cister



## **Title**

Reconvert to Preserve

Intervention in the Convent of S. Bento de Cástris

## **Name**

Maria Luísa Jordán de Urries Serras

## **Adviser**

Prof. Dr. José Aguiar

Prof. Dr. Paulo Pereira

Master in Architecture

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Lisbon, January 2017



## Abstract

Évora, a World Heritage Site, has been the scene of many events and achievements over the centuries. It is one of the places where Architecture is the best witness to its past and identity. Within its monuments, the Cistercian Monastery of S. Bento de Cástris has survived to this day. Its construction began in the 13th century and from then on it underwent several campaigns during the reign of King Manuel I, largely enlarging its project. From the monastery's extinction, after the death of the last nun in 1890, this building suffered other occupations, housing a chemical-agricultural station, an experimental agricultural field as well as the male section of the piety association known as "Casa Pia".

The loss of its initial function was the beginning for its degradation and, for the moment, the main building is closed.

The objective of this work is to propose a rehabilitation solution for the distribution of spaces / function for S. Bento de Cástris, according to the program Sphera Castris, an initiative of the Direcção Regional de Cultura do Alentejo in partnership with the University of Évora, a Câmara Municipal de Évora and the Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo. This program provides the creation of a research and production center in the areas of Arts, Sciences, Heritage and Territory, for this Monastery to be inserted into a contemporary context in relation to its new function.

In addition, we learned about the installation of a mixed Cistercian Brazilian community, focusing more on an architectural solution for its permanent accommodation.

Here we explore the minimum intervention as a method of rehabilitation of heritage in order to respect the object and its surroundings, taking into account the importance of its analysis and production of essential information to the design decisions.

This work intends the preservation of elements essential to its identity and value, allowing at the same time the return of S. Bento de Cástris to the population and to the Cistercian community that will inhabit it.

## Keywords

S. Bento de Cástris

Évora

Rehabilitation

Heritage

Minimal intervention

Cister



## **Agradecimentos**

Ao professor José Aguiar e ao professor Paulo Pereira, por todo o apoio.

Ao professor Luís Mateus e ao professor Vítor Ferreira que também contribuíram para que este trabalho se realizasse.

Ao Sr. Domingos e à Arquitecta Maria Fernandes.

Aos meus colegas e amigos, que fizeram parte desta aventura e que me ajudaram, em especial:

Ao Tiago e à Patrícia, companheiros de grupo.

À Carolina Melo, Cátia e Ricardo Machado, ao Filipp Obada, Bernardo, André e Adela, à Marta e ao Carlos.

Finalmente, à minha família.





Figura 1. Mosteiro de S. Bento de Cástris, 1943  
Disponível em:  
[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511)



## **Lista de Acrónimos**

**DGEMN** - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

**SBC** - São Bento de Cástris

**SIPA** - Sistema Informático do Património Arquitectónico



## Índice Geral

<b>Resumo</b>	V
<b>Abstract</b>	IX
<b>Agradecimentos</b>	XI
<b>Lista de Acrónimos</b>	XV
<b>1. Introdução</b>	1
<b>2. Contexto da Reabilitação</b>	7
2.1 Reabilitação e transformação dos Monumentos no quadro das políticas do Património do séc. XX	9
2.2 O problema da (re)utilização do Património Hoje	11
2.2.1. Estratégias de Reabilitação e Salvaguarda	13
2.2.2 Intervenção Mínima/Reabilitação Máxima	16
2.2.3 Memória e Identidade	17
2.3. Casos de estudo	
2.3.1. Sta. Marinha da Costa	19
2.3.2. Mosteiro Sta M <sup>a</sup> da Flor da Rosa	21
2.3.3. Pousada de Santa Maria do Bouro	25
2.3.4. Mosteiro S. Martinho de Tibães	26
2.3.5. Convento das Bernardas	29
2.3.6. Abadia Nossa Senhora de Nový Dvůr	33
<b>3. A Ordem de Cister</b>	37
3.1. Em Portugal	40
3.2. O Desabrochar das comunidades femininas Cistercienses	41
3.3. Regras e práticas	42
3.3.1. Regra Beneditina	42
3.3.2. S. Bernardo de Claraval	42
3.3.3. Carta de Caridade	43
3.4. A Estrutura Social nos Conventos Cistercienses	44
<b>4. Mosteiros Cistercienses</b>	45
4.1 O Mosteiro: Uma cidade mais perto de Deus	48
4.2. Tipologia dos Mosteiros femininos Cistercienses	50
4.2.1. Arquitectura masculina vs arquitectura feminina	50
4.2.2. Planta padrão Cisterciense	51
4.2.3. A estética medieval Cisterciense	52
4.2.4. Mosteiros femininos Cistercienses em Portugal	54

<b>5. Mosteiro de S. Bento de Cástris</b>	57
5.1 Contexto Eborense	61
5.1.1. Évora	61
5.1.2. Évora Medieval	62
5.1.3. Processo de crescimento de Évora (evolução)	64
5.1.4. Estrutura Urbana Contemporânea	65
5.1.5. Os terrenos vagos: o Caso do Convento de S. Bento de Cástris	66
5.2. A Afirmação do Mosteiro	67
5.2.1. Locus	68
5.3. A arquitectura manuelina e tardo-manuelina no convento de S. Bento de Cástris	71
5.3.1. Estaleiros Eborenses (S. Francisco de Évora, Convento Nossa Senhora do Espinheiro e Galeria das Damas do Paço Real Dom Manuel)	73
5.4. Análise 01 Fases Construtivas	76
5.4.1. Fases construtivas	76
5.4.2. Programas decorativos	80
5.5. Análise 02 – diagnóstico	83
5.5.1. Implantação	83
5.5.2. Sistemas Hidráulicos	84
5.5.3. Descrição das fachadas	87
5.5.4. Dependências (Actualidade)	90
5.5.5. Cultura arquitectónica: o Alto Alentejo da segunda metade do século XVI ao século XVIII: síntese	93
5.5.6. Materialidades e Estruturas	96
5.5.7. Graus de Conservação e Anomalias	100
<b>6. Projecto</b>	103
6.1. Levantamento – importância e panorama	105
6.2. Informação prévia	105
6.3. Ferramentas para produção de conhecimento	106
6.5. Programas – Sphera Cástris e Monges Cistercienses	108
6.5.1. Sphera Cástris	108
6.5.2. Comunidade de monges de estrita observância	110
6.6. Obra-nova: alinhamentos, reinterpretação: entre a continuidade e a ruptura	111
6.7. Proposta	112
<b>7. Considerações Finais</b>	125
<b>8. Bibliografia</b>	129
<b>9. Apêndices</b>	137
<b>10. Anexos</b>	162

## Índice de Figuras

Figura 1. Mosteiro de S. Bento de Cástris, 1943	XIII
Figura 2. Camillo Boito	15
Figura 3. Alçado Principal	19
Figura 4. Pousada da Flor da Rosa, J. L. Carrilho da Graça (1989-1995). Piso térreo	22
Figura 5. Pousada da Flor da Rosa, J. L. Carrilho da Graça, Interiores	23
Figura 6. Pousada da Flor da Rosa, J. L. Carrilho da Graça, Interiores	23
Figura 7. Mosteiro de São Martinho de Tibães	26
Figura 8. Mosteiro S. Martinho de Tibães, Planta de Localização	27
Figura 9. Mosteiro S. Martinho de Tibães, Planta Piso 3	27
Figura 10. Mosteiro S. Martinho de Tibães - Projecto de recuperação	27
Figura 11. Mosteiro S. Martinho de Tibães	28
Figura 12. Mosteiro S. Martinho de Tibães, Passadiço	28
Figura 13. Convento das Bernardas	29
Figura 14. Convento das Bernardas, Alçados	30
Figura 15. Convento das Bernardas, Planta geral	31
Figura 21. Aparição da Beata Sancha à Beata Teresa e Beata Mafalda	41
Figura 22. S. Bernardo Claraval	42
Figura 23. Lista de Mosteiros Circestercienses	47
Figura 24. Planta ideal de S. Gall do séc IX	48
Figura 25. Planta Tipo 1	51
Figura 26. Coro Alto, Mosteiro S. Bento de Cástris	54
Figura 27. Trabalho de interpretação com apoio do professor Paulo Pereira	55
Figura 28. Trabalho de interpretação com apoio do professor Paulo Pereira	55
Figura 29. Trabalho de interpretação com apoio do professor Paulo Pereira	55
Figura 30: Mosteiro de S. Bento de Cástris	59
Figura 31. Município de Évora	60
Figura 32. Évora sec. XIII	62
Figura 33. Évora séc. XVI	64
Figura 34. Évora séc. XVII	64
Figura 35: Fotografia do drone sobre o Mosteiro de S. Bento de Cástris com Évora no horizonte	66
Figura 36: Mosteiro de S. Bento de Cástris, 1947	67
Figura 37. Carta Cartográfica de Portugal na escala 1/50 000	69
Figura 38. Claustro do Mosteiro de S. Bento de Cástris	71
Figura 39. Altar-mor, Igreja de S. Francisco de Évora	73

Figura 40. Igreja de S. Bento de Cástris	73
Figura 41. Galeria das Damas, Palácio de D.Manuel, Évora	74
Figura 42. Claustro do Convento dos Espinheiro	75
Figura 43. Visualização 3D da evolução do Mosteiro de S. Bento de Cástris.	76, 77
Figura 44. Plantas da evolução do Mosteiro de S.Bento de Cástris	78, 79
Figura 45. Igreja do Mosteiro de S. Bento de Cástris	81
Figura 46. Igreja do Mosteiro de S. Bento de Cástris, Coro-baixo	81
Figura 47. Vestígios de Azulejo, Claustro SBC	82
Figura 48. Claustro SBC	82
Figura 49. Azulejos do antigo refeitório de SBC	82
Figura 50. Massa Geológica na zona de Implantação do Mosteiro SBC	83
Figura 51. Fonte do Claustro do Mosteiro de SBC	84
Figura 52. Sistemas de Adução ao Mosteiro SBC	85
Figura 53. Fonte de Refresco das Monjas de SBC, fora da cerca pequena	86
Figura 54. Entrada da Igreja de SBC, Alçado Sul	87
Figura 55. Entrada do Mosteiro de SBC, Alçado Sul	87
Figura 56. Fachada do Mosteiro de SBC, Alçado Poente	88
Figura 57. Fachada do Mosteiro de SBC, Alçado Norte	88
Figura 58. Fachada do Mosteiro de SBC, Alçado Nascente	89
Figura 59. Dependências de SBC	90
Figura 60. Capela Bom Jesus de Valverde, Évora	93
Figura 61. Igreja da Graça, Évora	93
Figura 62. Claustro da Graça, Évora	94
Figura 63. Coro-baixo de SBC	94
Figura 65. Mosteiro S. Bento de Cástris, 1937	97
Figura 66. Mosteiro S. Bento de Cástris, 1937	97
Figura 67. Representação 3D e 2D Complementada com fotografia das abóbadas da Igreja de SBC	98
Figura 68. Representação 3D e 2D Complementada com fotografia das abóbadas da antiga Sala do Capítulo de SBC	98
Figura 69. Representação 3D e 2D Complementada com fotografia das abóbadas da nova Sala do Capítulo de SBC	98
Figura 70. Esquema do abóbodamento da Igreja de SBC	99
Figura 71. Representação 3D de um tramo da abóbada da Igreja de SBC	99
Figura 73. Humidade	100
Figura 74. Bolores	100
Figura 75. Líquenes-fungos	100
Figura 76. Eflorescências	100
Figura 72. Degradação Exterior	100
Figura 77. Perda do revestimento exterior	101
Figura 79. Líquenes e manchas	101
Figura 80. Líquenes e manchas	101

Figura 78. Humidade, térmitas e fungos	101
Figura 81. Desenvolvimento de vegetação devido à humidade	102
Figura 82. Desenvolvimento de vegetação devido à humidade	102
Figura 83. Má impermeabilização	102
Figura 84. Imagem retirada do Programa VSFM - fotogrametria com recurso ao drone e fotografias.	106
Figura 85. Imagem retidada do programa Meshlab Alinhamento das núvens de pontos - ala sul do Claustro de SBC	106
Figura 86. Imagem retidada do programa Meshlab Alinhamento das núvens de pontos - ala sul do Claustro de SBC	106
Figura 87. Imagem retirada do programa CloudCompare secções do modelo tridimensional	107
Figura 88. Secção retirada do programa CloudCompare.	107
Figura 89. Desenho em AutoCad sobre o print retirado do CloudCompare	107
Figura 90. Corte/Alçado fruto do levantamento acima descrito.	107

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Expansão da Ordem de Cister.	39
Tabela 2. Datas Importantes da História de Évora até à afirmação do Mosteiro de SBC	63

## 1. Introdução

---



O nome Património está ligado a Herança ou Bens familiares. Significa algo que pertence às pessoas e que passa de geração em geração. Hoje em dia o significado de património histórico abrange bens não só materiais, mas também imateriais, que se prendem ao passado de uma sociedade. É por isso uma herança comum, na qual se insere o Património Edificado.<sup>1</sup>

Este último, como identidade de um povo e testemunho do passado, deveria ter um papel activo em contexto contemporâneo e de usufruto público. Desta forma, poderíamos evitar a negligência e abandono que assombram muitos edifícios, evitando a sua aquisição por privados ou um estado final de ruína.

Este trabalho integra o tema da intervenção em Património Edificado, propondo um plano funcional para o Mosteiro de S. Bento de Cástris em Évora de forma a fazê-lo parte da vida eborense e não só.

Os dois grandes objectivos do estudo e proposta realizados são, através do programa Sphera Castris, afirmar novas funções que interessem à população e que permitam devolver à vida este edifício e, finalmente, com a chegada da comunidade de monges e uma intervenção no sentido de revitalizar a função primária do Mosteiro, conseguir conjugar e transformar os diferentes espaços para que haja uma convivência harmoniosa entre eles e o público.

Numa sociedade em constante mutação e num edifício que conheceu diversos usos ao longo do tempo, sentimos que seria pertinente a reversibilidade e a ideia de intervenção mínima, para poder não só permitir novas transformações e adaptações mas também para proteger o seu valor e a sua essência.

O mosteiro de S. Bento de Cástris albergou, desde o séc XIII, uma comunidade feminina Cisterciense até ao séc XIX. Na época da sua construção, Évora era ainda uma pequena cidade recém-conquistada aos árabes numa zona praticamente isolada no Reino. Dessa forma, o edificado gozava de um afastamento e solidão tão procurada pelos Cistercienses. A expansão da cidade de Évora ao longo dos séculos tornou cada vez mais curta a distância entre a cidade e o Mosteiro, sendo que é importante para o monumento salvar esta relação entre o edificado e a paisagem.

---

1 CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2015

S. Bento de Cástris foi classificado como Monumento Nacional em 1922<sup>2</sup>, tendo sido sempre um importante edifício com grande valor na História de Évora. Dotado de vestígios góticos, traços manuelinos e mudéjares, acomodou monjas de origem nobre e recebeu diversos privilégios e doações. Apesar de saqueado e dessacralizado, conserva a Igreja rica em frescos, azulejos e o altar-mor em talha dourada, o Antigo Refeitório, Antiga sala do capítulo, capelas e outros elementos de arquitetura.

Assim sendo e considerando a importância deste edifício, algumas questões se tornaram pertinentes para este trabalho: Qual a importância deste Mosteiro como expressão cultural do passado? Como poderemos intervir nele, promovendo-o e integrando-o no quotidiano contemporâneo, mas, ao mesmo tempo, preservando o seu valor? Quais os critérios de reabilitação e preservação de Património a utilizar e como chegar a estas premissas?

Para chegar a estas respostas e ao conhecimento do objecto, foi dado grande ênfase à análise intensiva como parte integrante de um projecto de reabilitação.

Numa primeira parte deste documento teórico, a importância do contexto histórico Cisterciense e Eborense serviu para o entendimento da estética e espacialidade de S. Bento de Cástris com especial atenção à arquitectura monástica destinada às comunidades femininas, que eram mais fechadas que as masculinas e por isso, diferentes. Por outro lado, o conhecimento dos ideais cistercienses remete-nos para uma intervenção mais minimal, baseado numa organização espacial simples onde o uso da luz é essencial.

Posteriormente, os seguintes capítulos incidem nas várias análises realizadas ao objecto de estudo, recorrendo a trabalhos científicos já existentes, afirmando a relevância que esta fase tem na concretização de qualquer projeto de intervenção em património.

Conhecendo o crescimento quase orgânico das várias fases construtivas em S. Bento de Cástris e da falta de documentação, parte deste projecto incidiu na realização de desenhos técnicos do Mosteiro. A informação prévia que dispúnhamos do SIPA e também os desenhos cedidos pela Direcção Geral da Cultura do Alentejo e da Universidade de Évora, apresentavam-se incompletos pela dimensão e complexidade do edifício. Dessa forma, realizámos todos os desenhos, que poderão ser utilizados para um projecto real de reabilitação, recorrendo à fotogrametria digital e ao varrimento laser 3D.

---

2 Em: Decreto n.º 8 218, DG, 1.ª série, n.º 130 de 29 junho 1922

Finalmente, a proposta projectual divide-se em duas vertentes:

1. Um plano geral pouco pormenorizado, que responde ao programa Sphera Castris e cujo carácter é mais público.
2. Mais aprofundadamente, um plano complementar para a comunidade Cisterciense, dando especial importância à Cela e às áreas necessárias à vida monástica.



## 2. Contexto da Reabilitação

---



## **2.1. Reabilitação e transformação dos Monumentos no quadro das políticas do Património do séc. XX**

### **Breve Introdução**

No mundo contemporâneo, onde a procura incessante pela novidade se torna num objectivo, o que acontece à tradição? Paulo Pereira (2005) afirma que existe uma “permanente tensão” entre esta chamada modernidade que, inevitavelmente se compromete a romper com o passado e a tradição, os valores herdados, as referências às nossas raízes.

Não é por acaso que a ideologia de Património nasce ao mesmo tempo em que se dá este “boom” moderno: a necessidade de preservar *“universo de “coisas” e de objectos a que se convencionou chamar património cultural”* (Pereira, 2005) num momento em que as paisagens, os costumes, as sociedades estão em permanente mutação e desenvolvimento.

A cultura ocidental definiu vários parâmetros para considerar o que é ou não Património. O Património construído depende de um objecto, portanto palpável, cuja fenomenologia e estética o tornam num símbolo. É essa “condição filosófica” de Pereira (2005) que pesa na avaliação do monumento e na sua possível intervenção.

Relativamente à intervenção em património construído, há diversas formas e teorias de reabilitação (muitas vezes discordantes): Há quem defenda uma intervenção maximalista, ou seja, que permita adicionar construção nova. Outros defendem o restauro por semelhança ou uma recriação do monumento. E há ainda, quem seja fiel à intervenção mínima que se define pela conservação e reparação, pouco intrusiva e se possível reversível.

Como afirma Paulo Pereira (2005), a certeza de que havia uma grande necessidade de conservar esse legado patrimonial, incluindo a arquitectura, deu-se em meados do séc XIX, no período Romântico. Esta consciencialização, apoiada por grandes nomes da época, historiadores, escritores, pensadores, permite não só o início de grandes obras de restauro mas também de obras de revivalismo como é o caso do Palácio da Pena, Sintra.

Este período durará até cerca de 1960.

## SÉC XX

Durante o regime de Salazar, foi criada, em 1929 a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). A DGEMN inicia uma série de trabalhos de restauro, não apenas em grandes monumentos mas noutros de pequeno porte *“(...) tendo em conta a estética memorialista, nacionalista e, de algum modo ilustrativa do Estado Novo”* (Pereira 2005).

Esta estética memorialista deu azo a que houvesse uma vontade de restituir o monumento à sua traça primitiva e finalizada o que, como afirma Paulo Pereira, gerou alguns erros no desenho de certos elementos em falta ou destruídos. Esta época e todos os trabalhos de restauro que dela surgiram são pautados então por uma linguagem tradicionalista onde os símbolos da pátria seriam profundamente importantes, criando uma imagem intocada, tão imaculada que acabava por ser austera e fria. Camillo Boito, por sua vez, defendia a verdade histórica da arquitectura, diferenciando a pré-existência da nova intervenção.

Por altura dos anos 80, a (re)utilização dos monumentos foi abalada por programas inadequados ao objecto que viraram moda: unidades hoteleiras. Segundo Paulo Pereira (2005), este ciclo de pousadas, dava origem a intervenções que, para compatibilizar a exigência do programa à estrutura da pré-existência, nem sempre tinham resultados positivos. Muitas vezes era necessário adicionar nova construção contemporânea.

É de salientar ainda no séc XX, a adopção da “Carta de Veneza” (*Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Sítios*) em 1964 e o “ICOMOS” (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios). Ambos foram de grande importância na definição do Património Arquitectónico que inclui não só monumentos mas também sítios, e na proposta de intervenções simples onde se diferencia a pré-existência do novo e se valoriza a verdade histórica dos objectos.

## 2.2. O problema da (re)utilização do Património Hoje

O Património Histórico abrange tudo que se prende ao passado de uma sociedade, ou seja, uma herança material ou imaterial comum a várias pessoas; É todo um conjunto de conhecimentos e objetos que fazem parte de uma identidade:

*“Património Histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.”* (Choay, 2011)

O Património Histórico, no qual se inclui o Património Edificado, é uma marca importante do nosso passado e identidade. É o que ainda nos mantém próximos da nossa herança cultural, num mundo onde há cada vez mais excesso de informação e onde os costumes e culturas se transformam e diluem.

Desta forma, a procura e a ânsia pela Cultura e autenticidade das nossas raízes tornam-se uma vontade e necessidade da nossa sociedade. Mas o que é que acontece quando essa urgência é tão mais saciada pela *“quantidade em vez de qualidade”*? Françoise Choay afirma que existe um problema quando a procura e oferta de cultura se tornam num frenesim, existindo um apropriação errado e consequente ‘comercialização’ do património.

Numa sociedade altamente consumista e para ilustrar esta “aquisição” de cultura e sensações através do Património, podemos observar, ao visitarmos qualquer monumento, o número reduzido de pessoas que de facto olha e vive o lugar. Os restantes fotografam freneticamente aquilo que não vêem com o olhar.

O contacto com o Património exige *“(…)mais do que uma verificação do prazer. Exige um questionar, uma vez que ele é o revelador, negligenciado e, contudo, incontestável, de um estado da sociedade e das questões que nela existem.”* (Choay 2011)

Este questionamento e o contacto mais íntimo com o património de que Choay fala, deixa de existir a partir do momento em que as pessoas procuram consumir mais cultura do que propriamente usufruir dela. *“O postulado sobre o qual a cultura de massas é sustentada exige, assim, a intervenção de um substituto que atenua a ausência de cultura real, conferindo ao Património uma atração artificial através de um condicionamento (mental e material) que o torne visível e desejável, próprio ao consumo (cultural).”* (Choay 2011)

No fundo, este problema não só afeta o património propriamente dito, retirando-lhe a sua identidade (através de intervenções e utilizações inadequadas, mas também retira à nossa sociedade, à nossa Cultura, a todos nós, a oportunidade de o experienciar. No caso do Património Edificado em Portugal, um dos grandes causadores desta situação, segundo Aguiar (2008), é o *“(…)desmantelamento e*

*atomização das estruturas que o Estado republicano demorou quase um século a construir para gerir o património português.*” (Aguiar 2008, p.6) ou seja, a extinção de importantíssimas direcções (como o IPPAR ou a Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, etc.) onde pessoas capazes e com grande mérito trabalhavam para um mesmo objetivo.

Mas, como é possível, num contexto contemporâneo, devolver às pessoas um edificado antigo e desprovido de função sem o tornar numa atracção turística vítima de uma lógica extremamente capitalista e de interesses privados? Choay afirma que a resposta não é continuar a criar pousadas e museus ou afirmar outras funções que não respeitem o valor do Património e o direito a ele por parte de todos. Em vez disso, ela afirma que: *“A reconquista da competência de edificar e de habitar um património contemporâneo e inovador na continuidade do antigo passa, também, por uma propedéutica envolvendo um conjunto de urbanistas, arquitetos e habitantes na reapropriação e reutilização sistemática das heranças (locais e construções) nacionais e locais e das suas escalas de ordenamento. Por outras palavras, devíamos arrancar os locais e os edifícios antigos ao gueto museológico e financeiro.”* (Choay 2011)

Esta solução salvaria os nossos Monumentos Nacionais de *“Novos planos que são vendidos como de REABILITAÇÃO mas que verdadeiramente são - mais uma vez, e em dramática reversão histórica- de RENOVAÇÃO URBANA.”* (Aguiar 2008, p.6) onde anos de experiência em reabilitação parecem ter sido trocados por um único objectivo: gerar riqueza.

É disso notícia o novo programa apresentado de nome ‘REVIVE’, em Portugal onde *“Sem utilização e a precisar de obras, 30 edifícios do Estado vão ter intervenção e gestão de privados. Programa Revive quer transformar património em ruínas em unidades turísticas.”* (In Público 2016). Este programa tem gerado grande fome por parte de investidores quer nacionais quer internacionais e, apesar da DGPC definir as regras de reabilitação e garantir o acesso ao público, quem mais se mostra activo neste processo é o Ministro da Economia e a secretária de Estado do Turismo.

No fundo e por mais discussão que haja sobre o assunto, o problema assenta sempre no mesmo: *“A ideologia económica que guia os poderes dominantes, aqui e na Europa, defende a exploração do património cultural como qualquer outro recurso, um mero bem de consumo, dando lugar a uma nova e massiva indústria que explora as experiências do passado, com a conseqüente perda da identidade coletiva que se segue.”* (Aguiar 2014, p.56-69)

Choay diz ainda que para que se ganhe este “combate” as seguintes condições devem ser acatadas:

- “- dotar os lugares de novos usos adaptados à procura societal contemporânea.;*
- renunciar ao dogma da sua intangibilidade e ao formalismo da restauração histórica;*
- saber proceder às transformações necessárias associando o respeito do passado e a aplicação das técnicas de ponta contemporâneas.”* (Choay 2011)

### 2.2.1. Estratégias de Reabilitação e Salvaguarda

Como já referido anteriormente, a partir do séc. XIX começam a perceber-se as primeiras preocupações ligadas ao Património e à sua reabilitação e à teorização desse trabalho. Ainda assim é possível perceber-se que mesmo antes já alguns países, especialmente França, demonstravam compreender o dever de restaurar e manter alguns monumentos (especialmente as grandes catedrais Góticas). Surgem então as primeiras teorias acerca do Restauro de edifícios.

Grandes nomes que contribuem para tema são John Ruskin e Viollet-le-Duc, apesar das diferentes abordagens.

Para Ruskin, escritor, sociólogo e amante das Artes, a importância das marcas do passado são o que confere o verdadeiro valor do edificado. Defensor do Ruinismo, marcou pelas ideias acerca do Património como herança e referenciando já que o Património poderia ser imaterial também. No fundo, para ele a intervenção sobre um objecto de arquitectura acabaria por destruir a sua essência. Nenhuma reconstrução teria valor pois os materiais, os métodos e os construtores não poderiam reconstituir nunca o que foi feito anteriormente e assim, a Ruína deveria ser a solução para que a Arquitectura mantivesse o seu Valor. O envelhecer do edifício seria natural e Ruskin admitia apenas trabalhos de restauro pontuais. Viollet-le-Duc, arquitecto revivalista, por sua vez defendia que o objecto deveria ser reconstruído até ter a aparência imaginada inicialmente mesmo que nunca tenha chegado a essa plenitude.

Por esta altura também outras ciências contribuíram para a conservação de edifícios, tais como a Arqueologia, a Paleografia e História.

Em finais do séc. XIX, os Arquitectos Italianos Camillo Boito e Luca Beltrami contribuem também para a teorização da conservação e restauro.

Camillo Boito considerava que o monumento era como um documento histórico e, desse modo, ao aplicar uma intervenção de restauro, esta deveria ser claramente diferente do original. Isto permitia uma leitura do Antigo e do Novo de forma distinta e clara.

Luca Beltrami, assumia que o restauro e o projecto de restauro se deviam basear na análise do objecto e na sua história documentada.

Por nenhuma das teorias da conservação apresentadas prevalecer sobre as outras, os projectos interventivos no Património divergiam e tornou-se clara a necessidade de os unificar: É criada então a Carta de Atenas.



Figura 2. Camillo Boito  
Disponível em:  
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049>

Camillo Boito participou activamente no Congresso de Engenheiros e Arquitectos Italianos em 1883 em Roma, propondo uma série de princípios relativamente ao restauro e reabilitação, que foram então adotados. Beatriz Kuhl, na tradução que fez do livro *Os Restauradores* de Camillo Boito, enumera os 7 princípios fundamentais enunciados:

“Ênfase no valor documental dos monumentos que deveriam ser preferencialmente consolidados a reparados e reparados a restaurados; evitar acréscimos e renovações, que, se fossem necessárias, deveriam ter carácter diverso do original, mas não poderiam destoar do conjunto; os complementos de partes deterioradas ou faltantes deveriam, mesmo se seguissem a forma primitiva, ser de material diverso ou ter incisa a data da sua restauração ou, ainda, no caso das restaurações arqueológicas, ter formas simplificadas; as obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário, evitando-se a perda dos elementos característicos ou, mesmo, pitorescos; respeitar as várias fases do monumento, sendo a renovação de elementos somente admitida se tivesse qualidade artística manifestamente inferior à do edifício; registar as obras, apontando-se a utilidade da fotografia para documentar a fase antes, durante e depois da intervenção, devendo o material ser acompanhado de descrições e justificativas e encaminhado ao Ministério da Educação: colocar uma lápide com inscrições para apontar a data e as obras de restauro reabilitadas.”<sup>3</sup>

---

3 Boito, Camillo, *Os Restauradores*, Artes e Ofícios, Brasil, 2003 ISBN: 85-7480-112-7

## 2.2.2. Intervenção Mínima / Reabilitação Máxima

As várias discussões sobre a Teoria do Restauro permitiram a definição das necessidades e práticas no salvamento das arquitecturas antigas. O saber e a nova engenharia, que goza de grande precisão combinadas com a importantíssima ideia de Reversibilidade, transformaram por completo a ideia de Reabilitação: Uma nova vontade e capacidade de intervir adequada ao objecto e que permite ao Arquitecto ser uma espécie de Alfaiate da Arquitectura. A acção de reabilitar anda de mão dada com o conhecimento profundo da arquitectura. Uma cuidadosa análise, precisa e completa, apoiada nos novos meios tecnológicos disponíveis permite que a intervenção *“(...)possa continuar a verdade tectónica das edificações e das arquiteturas, que não são só espaço, forma e função, mas são também e tão plenamente construção e estrutura.”* (Aguiar 2012, p.9-11)

Um dos importantes objectivos da Intervenção mínima é, além de pouco intrusiva ser também, economicamente falando, em “conta”. Ao sabermos exactamente onde intervir, definimos melhor uma solução controlando os gastos e outros incómodos (como realojamentos, desvios de trânsito, zonas interditas por períodos de tempo desconhecidos).

*““Mínima” em quantidade de área intervencionada, “mínima” também em efeitos.”* (Pereira 2005)

Este modelo de intervenção, cada vez mais popular, começa então com o simples objectivo de salvaguardar o objecto tendo em conta a sua situação antes de qualquer acção lhe ser aplicada.

Mas temos também de ter bem presente que, apesar de ser aliciante esta ideia de uma intervenção subtil, mas ao mesmo tempo perspicaz, nem sempre é possível agir com tanta delicadeza. Se se mostrar indispensável há que agir mais profundamente procurando, tanto quanto possível, a reversibilidade.

### 2.2.3. Memória e Identidade

A complexidade do estudo da Arquitectura obriga-nos a olhar o objecto para o compreender. Mas há que não esquecer que esse entendimento não passa somente pelo olhar a forma e função: o seu carácter simbólico e contexto histórico são fundamentais para que melhor o possamos conhecer.

O objecto arquitectónico concentra uma sobreposição de tempos, contextos e memórias.

O mesmo acontece com o Ser Humano. Onde nascemos, no seio de que família nascemos, as nossas experiências e memórias e o percurso que fazemos ao longo da nossa vida são aquilo que nos irá definir enquanto pessoas.

O problema está em como intervir, projectar e reconverter Património sem que este perca a sua identidade. É importante criar um equilíbrio entre a pré-existência e a transformação para existir sempre a ideia do que é original (o que é de raiz, o que dá a conhecer o passado).

Quando falamos do abandono do Património na maioria das vezes culpamos a evolução da sociedade e a conseqüente perda de função do objecto. Mas será que essa perda implica obrigatoriamente que ele perca também a sua identidade e valor? Será que por meio da reabilitação e afirmação de novos usos se pode salvaguardar a sua essência?



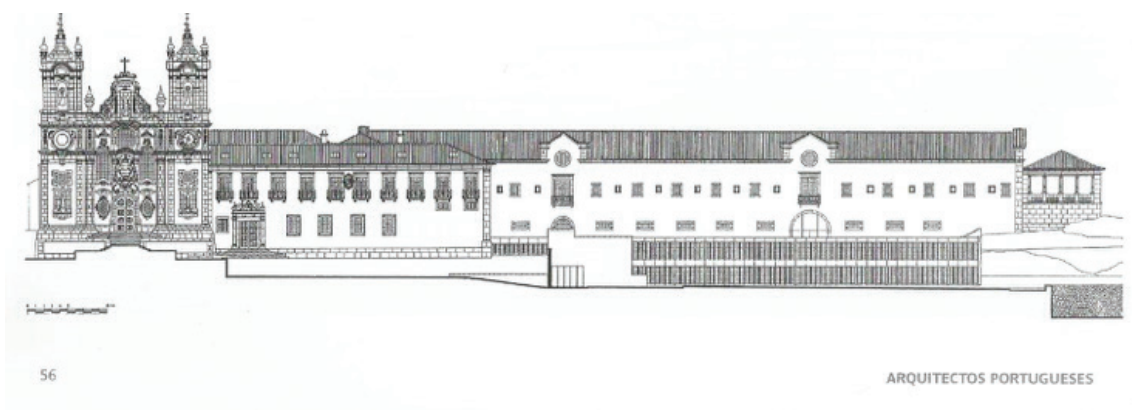
## 2.3. Casos de estudo

### 2.3.1. Sta. Marinha da Costa (Fernando Távora)

O processo de recuperação deste Convento foi pioneiro na maneira de adoptar um convento em ruínas ou muito degradado numa pousada, no início do ciclo das Pousadas /ENATUR. Tratou-se da recuperação de uma pre-existência através do conhecimento rigoroso da sua evolução no decorrer dos anos, mediante trabalhos pautados pela arqueologia e pela história *“Tais critérios de intervenção, e segundo os mesmos princípios, devem ser informados pela história da arte e pela história da arquitectura (ou pela arqueologia), exercendo, por este meio, uma contínua crítica dos gostos, para se perceber através deles a acumulação particular das épocas e do tempo (curto ou longo) em cada edifício. Assim se podem integrar as diversas dinâmicas, rápidas e lentas, metaforicamente geológicas e históricas (ou conjunturais) de cada imóvel, num entendimento do tempo e da sua sedimentação.”*<sup>4</sup>

Távora modificou minimamente a pre-existência: o edifício foi o material de projeto, e assim ganharia nova vida admitindo as diferentes modificações efectuadas no decorrer do tempo. Num sentido crítico, mantém a leitura do edifício e as suas fases anteriores, *“ascendendo a parte integrante da História de uma poderosa estrutura em lenta e continuada transformação”*.<sup>5</sup>

Figura 3. Alçado Principal  
Disponível em:  
<https://proyectos4etsa.files.wordpress.com/2014/06/3-alzado.jpg>



4 PEREIRA, Paulo, - *Património Edificado. Pedras angulares*, Lisboa, Aura, 2000, p.36

5 LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p.120

Refira-se a qualidade da intervenção a forma como Távora resolveu o problema de programas com um êxito que mais ninguém alcançou: *“No exterior, porém, atendendo ao programa, acrescentou duas alas de quartos, mediante o desenho de um edifício de linguagem moderna, com planta em “L”(…) e oferecendo de cada quarto uma vista panorâmica através de grandes janelões (…) protegidos por encaixilhamento moderno em cor sangue de boi, cor utilizada para os caixilhos da parte antiga do mosteiro e em voga na arquitectura monástica minhota do século XVII-XVIII. Adoptou um sistema com uma métrica precisa, evocando,(…) as gelosias características de cidades minhotas (..) A configuração elançada, baixa, quase de expressão monovolumétrica, implantada a meia encosta a uma cota inferior à da base do edifício principal do Mosteiro e Igreja, apresenta uma linguagem moderna que interpreta a paisagem e, simultaneamente, obedece à dinâmica a que um monumento deste tipo conduziria (como, de facto, conduziu), caso a sua vida se tivesse prolongado, o que acabou por acontecer através da sua conversão em pousada. A parte de “obra nova” adquire o mesmo valor simbólico que a “obra antiga”.”*<sup>6</sup>

Távora contribuiu para a continuação da vida do convento, conservando-o e mantendo a sua identidade, cria novos espaços resultantes da necessidade de responder a condições programáticas.

---

6 PEREIRA, Paulo, “As Formas” in Minho. *Traços de Identidade*, Univ. do Minho, 2005, Braga

### 2.3.2. Mosteiro Sta M<sup>a</sup> da Flor da Rosa (J.L. Carrilho da Graça)

A intervenção de João Luís Carrilho da Graça no Mosteiro de Flor da Rosa<sup>7</sup> resultou de uma encomenda do IPPC, de 1989, no quadro da sua reconversão em pousadas, na altura sob tutela da ENATUR.

*“O partido tomado pelo arquitecto – refere Paulo Pereira e Jorge Rodrigues - baseava-se, de resto, nos princípios da Carta de Veneza e na distinção entre o “novo” e o “velho”. Partiu de uma estratégia já utilizada, por exemplo, por Fernando Távora num projecto inicial e pioneiro, o da Pousada de Santa Marinha da Costa, em Guimarães. A ideia foi a de interpretar o edifício como uma sucessiva estratificação das épocas, com construções correspondentes a cada uma dessas épocas em termos de programa, de linguagem, de expressão e de utilização. Isto é, tratava-se agora de dar um novo destino à Flor da Rosa, que para além de casa-forte, igreja, mosteiro e colégio, para além das épocas que ali se somaram em termos de intervenção – os séculos XIV, XV, e XVI, passaria agora a contar com a valência hoteleira e com uma intervenção do século XX. Naturalmente o século XX, com linguagem do século XX. Assim, aconteceu, de facto”<sup>8</sup>*

---

<sup>7</sup> “A escolha foi do próprio Estado. Na altura, desde meados dos anos 80, Portugal passou a ter acesso a financiamento da Comunidade Económica Europeia (CEE) através do PIDR (Programa de Desenvolvimento Integrado). Nesse programa comunitário, a componente “cultura” encontrava-se assim completamente subsumida na rubrica do Turismo, com um sub-programa “Cultura”. Estrategicamente, achou-se por bem o aproveitamento destes fundos de modo a canalizar o financiamento para operações mistas que conjugassem a reabilitação com a reutilização dos edifícios. A utilização hoteleira, de luxo, como Pousada, a exemplo do que havia acontecido com o primeiro ciclo áureo das Pousadas do Estado (anos 40-60) dirigiu-se naturalmente para uma versão aggiornata deste tipo de programa. O aggiornamento conseguiu-se através de projectos de arquitectura estritamente contemporâneos. Sem um mínimo de concessão ao pastiche ou à recriação arquitectónica ou ao “restauro-cópia”. PEREIRA, Paulo, RODRIGUES, Jorge, *O Mosteiro de Flor da Rosa*, Lisboa, IPPAR, col. Monografias, 2009, p. 132.

<sup>8</sup> Idem, ibidem

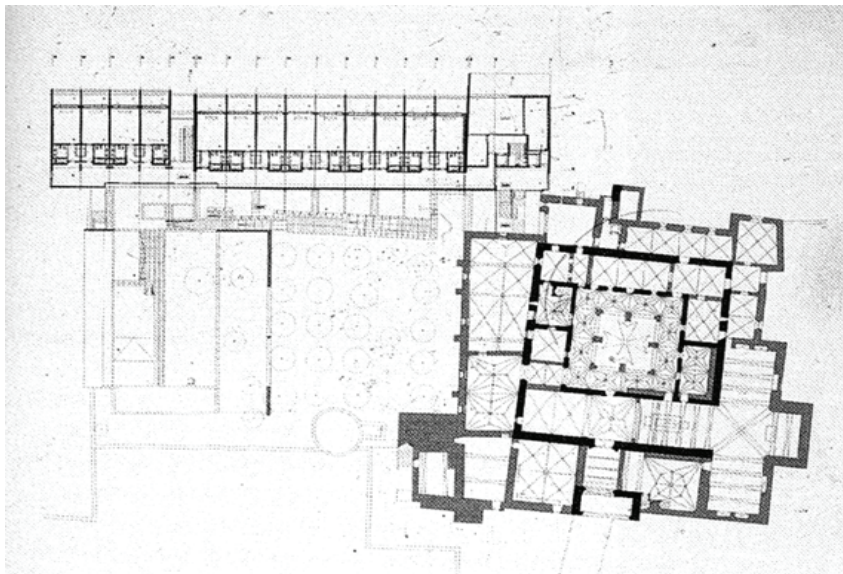


Figura 4. Pousada da Flor da Rosa, J. L. Carrilho da Graça (1989-1995). Piso térreo  
Disponível em:  
<http://s84.photobucket.com/user/nop57751/media/Crato%20Convento%20de%20Flor%20da%20Rosa/PlantadoPisoInferior.jpg.html>

Munido dos históricos relativamente ao monumento houve que ter em conta contingências de programa e nem sempre se poderá dizer que as soluções foram plenamente conseguidas. Mas, Carrilho da Graça promoveu um projecto que reuniu a recuperação e restauro de espaços do antigo mosteiro e a sua articulação com a outra componente. Trata-se de uma «obra nova» com marca autoral – um edifício de linguagem neo-plástica ou neo-modernista, com atributos de nova construção, sem outros compromissos com as pré-existências a não ser a sua disposição com corpo extenso e horizontalizado, de dois pisos, acrescentado a poente do edifício e tocando-o ao de leve, por um dispositivo de pala, no vértice noroeste.

O que mais interessa é a intervenção nos espaços pré-existentes – torres, sala do capítulo e refeitório - mas sobretudo nas torres e no sistema de articulação vertical que foi executado, bem como a reinvenção de tectos, alguns já perdidos inexistentes: parte das torres encontravam-se “ocas”; outras a necessitar de intervenções de acabamentos e restauro/consolidação, com revisão integral de pavimentos.

*“São poucos os quartos que se instalaram na zona antiga, reabilitando, aliás, os pisos nobres das torres. Um deles, que pode ser considerado a “suite” da pousada, encontra-se precisamente no andar nobre da torre média, no espaço que a tradição diz ser o “Quarto de D. Nuno” por se acreditar que foi ali que o Condestável nasceu. (...) “Este quarto possui amplo pé direito e a cobertura é feita de caixotões de madeira no jogo geométrico de assimetrias extremamente inventivo e não sem evocar traços desconstrutivistas. Este tipo de cobertura é utilizado em algumas áreas antes “ocas” de modo a condicioná-las e a domesticá-las.”<sup>9</sup>*

9 Idem, p. 133-134.



Figura 5. Pousada da Flor da Rosa, J. L. Carrilho da Graça, Interiores

Disponível em:

<http://ruimoraisdesousa.blogspot.pt/2010/11/flor-da-rosa-crato-carrilho-da-graca.html>

Figura 6. Pousada da Flor da Rosa, J. L. Carrilho da Graça, Interiores

Disponível em:

<http://ruimoraisdesousa.blogspot.pt/2010/11/flor-da-rosa-crato-carrilho-da-graca.html>

É nestes quartos e áreas de transição, portanto, que se desenvolve a intervenção propriamente de reabilitação. O arquitecto conseguiu impor um conjunto de tectos, maioritariamente em pladur, suportados nos elementos estruturais, criando formas planas e em angulação. Criaram um efeito de animação espacial e de modulação de luz, nuns casos acentuando a verticalidade pelas fendas/cortina, noutros inclinando os planos de modo a reflectirem a luz das janelas. Não possuem textura, uma vez que estes planos desconstruídos – e de angulação desconstruída – coam a luz natural e obtêm valores lumínicos inovadores. Há, no entanto um lado negativo: a parte não afectada à pousada do monumento não foi objecto de qualquer restauro, a não ser depois, nos anos 2010. Isto acentua aquilo a que Paulo Pereira chamou o lado “pré-textual” de muitas destas intervenções, em que conta mais o cumprimento de um programa do que a revitalização do monumento propriamente dita.



### 2.3.3. Pousada de Santa Maria do Bouro (E. Souto Moura, projecto - 1992, construção - 1996)

A obra de Eduardo Souto Moura *“irá desenvolver-se já mediante uma indagação em torno da plasticidade das formas modernas, em especial da herança de Mies van der Rohe e do minimalismo que lhe é consequente. Naturalmente, o projectista irá utilizar o granito, tal como o fazia Távora, mas cada vez mais distante de propósitos vernaculares ou regionalistas, integrando-o como elemento expressivo, decorativo até, embora por vezes pareça utilitário”*, (Pereira, 2007, p. 250).

A revitalização patrimonial foi sempre manifesto interesse do autor e um dos mais emblemáticos trabalhos que realizou, foi integrado no Ciclo das Pousadas com a recuperação e instalação da Pousada no Mosteiro Cisterciense de Santa Maria do Bouro.

Desde logo Souto Moura assumiu a ruína como fonte de inspiração e ligação ao território evitando desvirtuar a imagem que se tinha fixada pelo menos desde havia cem anos até à sua intervenção. *“Aqui, as galerias ou quadras do claustro nas partes respeitantes ao circuito público ficaram abertas. Para manter o valor visual do conjunto sem contrariar a sua antiga marcação na paisagem, o projectista optou por instalar uma cobertura em placa, totalmente lisa e francamente “corbusieriana”, sobre a qual dispôs vegetação.”*(Pereira, 2007, p. 250).

A imagem de conjunto, pese embora a modernização ao nível infra-estrutural, realiza uma síntese notável entre a obra pré-existente, o programa novo que era exigido, usando uma linguagem neo-moderna, e mantém o “espírito do lugar”. Mesmo assim, questões que se prendem com a harmonização de infraestruturas e a simplificação necessária à instalação das infraestruturas pesadas, trouxe inconvenientes, como trará sempre uma vez que o programa acaba sempre por sobre-determinar as opções do projectista. Todavia registre-se que o edifício foi, neste caso, integralmente restaurado, com excepção do templo, esse de gestão estatal directa, e intervencionado gradualmente.

#### 2.3.4. Mosteiro S. Martinho de Tibães (João C. Santos e IPPAR)



Figura 7. Mosteiro de São Martinho de Tibães  
Disponível em:  
<http://culturanorte.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes/>

O Mosteiro de S. Martinho de Tibães, foi fundado no século VI, em período de domínio suevo, tendo sido depois arrasado. Reconstruído no último terço do século XI. Sucessivas alterações deram-lhe a sua configuração final, que se estabiliza em meados do século XVIII, tornando-se na Casa-Mãe dos beneditinos em Portugal.

O projecto de revitalização pode ser considerado exemplar no panorama português e europeu. Com efeito, *“a recuperação do conjunto tem-se feito gradualmente e através de intervenções minimalistas que integram (ou reintegram) funções antigas (tal foi o caso da Casa Paroquial). O mesmo se pode dizer do respectivo projecto de musealização que obedece a princípios essencialmente interpretativos. No caso de Tibães é assim possível entender até que ponto o monumento passou a funcionar como estaleiro-experimental: nele, têm sido (ou irão ser) adoptados todos os tipos de variantes em termos de critérios de intervenção, desde o restauro anastilótico, passando pela recuperação pura e simples (a componente ruína é previsto manter-se), até à obra nova ou “de raiz”.”*<sup>10</sup>

---

10 PEREIRA, Paulo, CALADO, Luís Ferreira, PASSOS LEITE, Joaquim, *Intervenções no Património*, 1995-2000, Lisboa, IPPAR, 2001

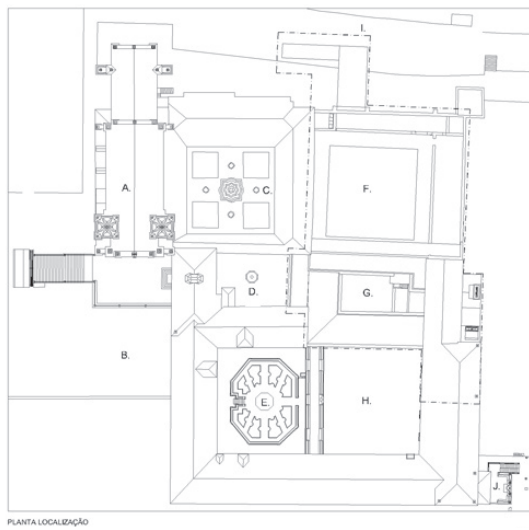


Figura 8. Mosteiro S. Martinho de Tibães, Planta de Localização  
Disponível em:  
[http://mosteirodetibaes.org/Multimedia/Galeria/desenhos/gerais/Planta\\_localizacao.gif](http://mosteirodetibaes.org/Multimedia/Galeria/desenhos/gerais/Planta_localizacao.gif)

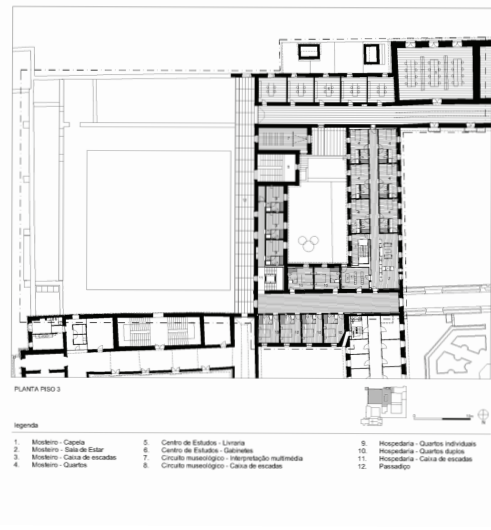


Figura 9. Mosteiro S. Martinho de Tibães, Planta Piso 3  
Disponível em:  
[http://mosteirodetibaes.org/Multimedia/Galeria/desenhos/gerais/Planta\\_Piso\\_3.gif](http://mosteirodetibaes.org/Multimedia/Galeria/desenhos/gerais/Planta_Piso_3.gif)

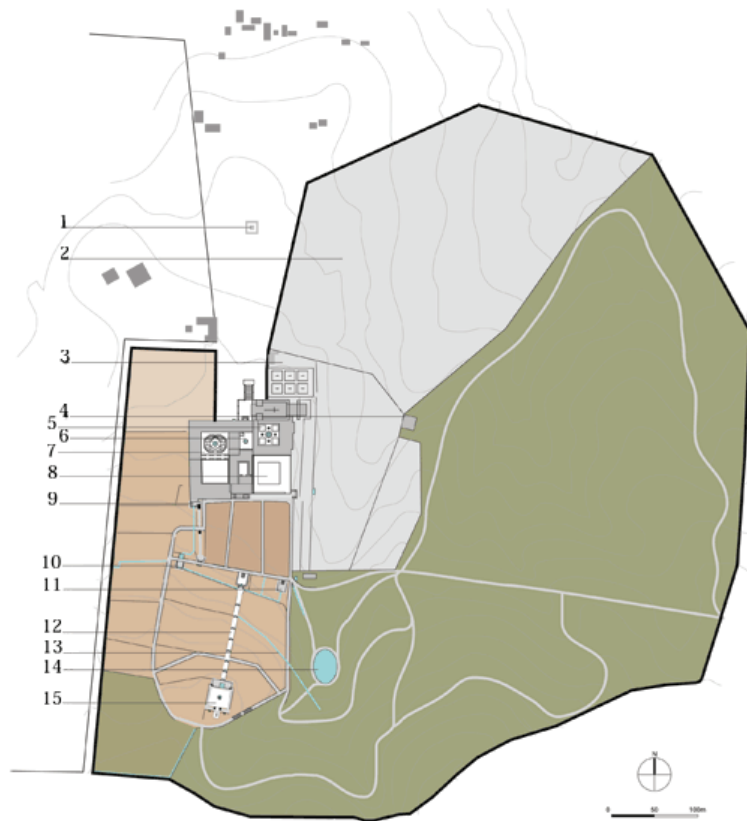


Figura 10. Mosteiro S. Martinho de Tibães - Projecto de recuperação da cerca de acordo com o uso do solo no séc. XVIII  
Disponível em:  
[http://mosteirodetibaes.org/Multimedia/Galeria/desenhos/gerais/Planta\\_Geral.gif](http://mosteirodetibaes.org/Multimedia/Galeria/desenhos/gerais/Planta_Geral.gif)

**projecto de recuperação da cerca de acordo com o uso do solo no séc. XVIII integrando condicionantes actuais legenda**

01 cruzeiro	09 pátio do Galo	laranjal
02 ouriçosa	10 fonte de São Bento	hortas
03 passal	11 fonte de São Beda	05 pomares, campos agrícolas, souto
04 engenhos	12 escadório	06 olival
05 claustro cemitério	13 aqueduto	07 matas
06 jardim de Jericó	14 lago	
07 terreiro de São João	15 capelinha e jardim de São Bento	
08 claustro do refeitório	— muro da Cerca Grande	



Figura 11. Mosteiro S. Martinho de Tibães

Disponível em:

<http://culturanorte.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes/>

O partido adoptado foi, portanto, o ideal: a reafecção de uso. Com efeito foi projectado “dentro” do edifício uma nova Casa Paroquial, o percurso foi reabilitado segundo regras de restauro afinadíssimas e exigentes, e construiu-se, com uma linguagem moderna, contemporânea, mas chã e elegante, uma Hospedaria, “obra nova” que pelo restauro das partes derruídas e pela edificação deste componente permitiu fechar um dos claustros “abertos” pela ruína e depredação, o que permite ao Mosteiro funcionar como lugar de encontros, workshops, exposições e retiros criativos.



Figura 12. Mosteiro S. Martinho de Tibães, Passadiço

Disponível em:

[https://comartecultura.files.wordpress.com/2011/11/mg\\_7039\\_trat\\_1024.jpg](https://comartecultura.files.wordpress.com/2011/11/mg_7039_trat_1024.jpg)

A cerca de 40 hectares foi objecto de uma intervenção de restauro, de resto premiada internacionalmente, e hoje foi devolvido não apenas à fruição dos visitantes, mas também à própria comunidade de Mire de Tibães, que explora parte dos recursos agrícolas da cerca mantendo a vocação inicial do território. Pode afirmar-se sem erro que se trata de um dos primeiros projectos “sustentáveis” no quadro do restauro patrimonial, recuando o destino hoteleiro, e provendo um pólo cultural e sócio-económico para este lugar.

### 2.3.5. Convento das Bernardas (E. Souto Moura)

Trata-se de uma intervenção de reabilitação e adaptação da ruína do antigo Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, também conhecido como Mosteiro, ou Convento, de S. Bernardo e do braço feminino.

Souto Moura decidiu conferir-lhe um uso habitacional. Após propor a solução ao dono da obra, a intervenção saldou-se pela criação de um complexo habitacional de 78 fogos, com um corpo novo, onde foram projectadas mais 21 fogos.



Figura 13. Convento das Bernardas

Disponível em:

<http://www.archdaily.com/643576/convento-das-bernardas-eduardo-souto-de-moura>

*“Esta questão do uso torna-se caso de interesse e relevo, face à monotonia de outros casos de adaptação de antigas estruturas e edifícios a uma utilidade contemporânea – ensaiam-se novas ideias, sem os complexos e contenções de um passado recente, onde a culturização do património arquitectónico seria, porventura, o dever da sociedade. Assente isto, torna-se também claro que a tipologia do mosteiro e/ou convento prima por uma assinalável adaptabilidade e capacidade de acolher uma nova funcionalidade, de um modo geral.”<sup>11</sup>*

---

11 JOSÉ, Afonso Florindo Venâncio José, *Reabilitar e construir. A memória e o lugar*. Intervenção na ruína do Convento Capucho de Portimão, Dissertação e projeto para a obtenção de Grau de Mestre em Arquitectura, Lisboa FAUL, 2016

A racionalidade do edifício, pese embora ter sido desfeito quando da sua adaptação a fábrica moagem, ajudou na opção. As habitações são temporárias e, portanto, compreende uma dimensão hoteleira no seu seio. Mas a obra parece ter sido especialmente feliz, no encontro com a memória do Convento propriamente dito, e da fábrica, tendo sido mantida, por exemplo, a chaminé, que constituía um marco no skyline dos arredores da cidade. Distingue-se, também por esta razão, da usual adaptação a “pousada” histórica.

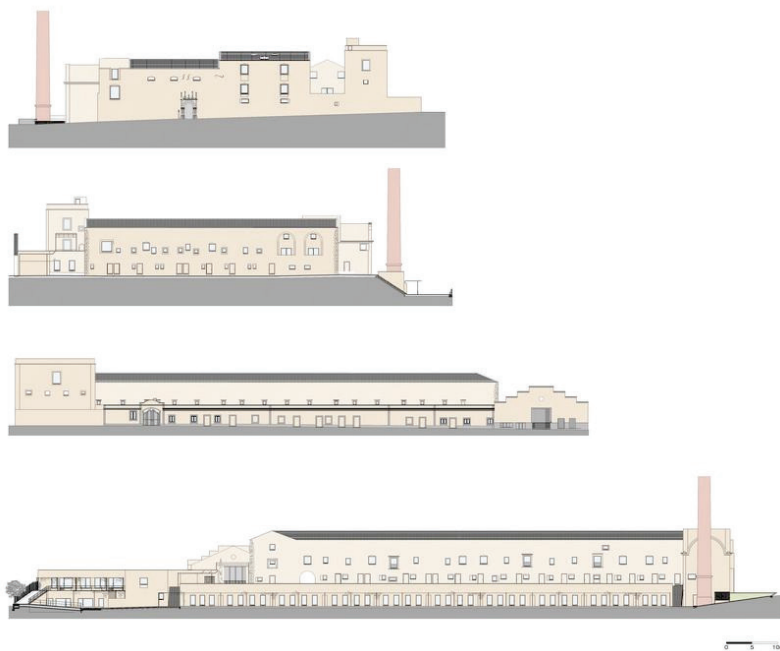


Figura 14. Convento das Bernardas  
Alçados  
Disponível em:  
<http://www.archdaily.com/643576/convento-das-bernardas-eduardo-souto-de-moura>

O sinal de uma presença do passado é dado pelos materiais usados por Souto Moura. Com efeito, o edifício foi edificado fazendo uso de *“alvenarias bastardas, de calcários semelhantes, tijoleiras em abóbadas e cantarias de vãos”*<sup>12</sup>

O arquitecto utilizou o betão armado para as obras de consolidação dos elementos estruturais em graus extremos de fragilidade. Um elemento que denota uma verdadeira atitude de readaptação sem ferir a linguagem da pré-existência, é a abertura de vãos novos, onde se revelasse necessário, mantendo os antigos ou, em alguns casos, preservando o “negativo” desses vãos, que já não eram propriamente originais e faziam parte da longa história do edifício ou mantendo a métrica dos vãos antigos nos vãos novos.

---

12 JOSÉ, Afonso Florindo Venâncio José (2016).

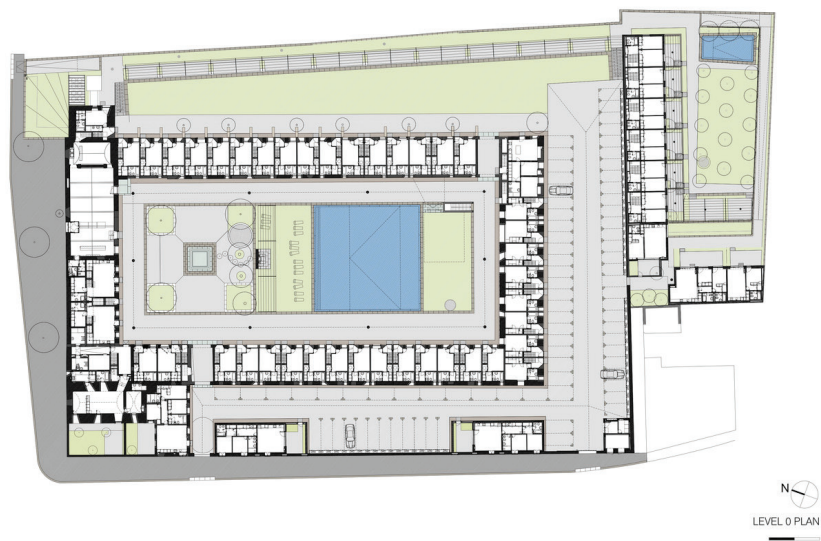


Figura 15. Convento das Bernardas  
Planta geral  
Disponível em:  
<http://www.archdaily.com/643576/convento-das-bernardas-eduardo-souto-de-moura>

*“Adicionalmente a esta atitude - de clara intencionalidade - de distinguir o novo do antigo, o acabamento dado às fachadas, uma coloração amarelada em tom pastel, permite perceber toda uma rugosidade do material, a textura das alvenarias irregulares, simultaneamente consolida o acabamento, evitando desagregações dos ligantes por ação dos elementos, e plasticamente permite a percepção - muito propositada - de relacionar e discernir a alvenaria texturada do betão liso, colocando o acrescento por oposição ao original, unidos pela coloração da superfície.”<sup>13</sup>*

13 JOSÉ, Afonso Florindo Venâncio José (2016).



### 2.3.6. Abadia Nossa Senhora de Nový Dvůr (Pawson)

Testemunho, a nosso ver, subtil da impressionante capacidade de adaptação e realização é o John Pawson de revitalização do Mosteiro de Nossa Senhora de Nový Dvůr na República Checa. Curiosamente a origem do edifício o remonta não a um mosteiro propriamente dito, mas antes a um grande solar abandonado, datável do século XVIII. Foi reocupado e organizado em mosteiro da Ordem de Cister.



Figura 16. John Pawson, Mosteiro de Nossa Senhora de Nový Dvůr na República Checa.

Disponível em: [http://www.snpcultura.org/tvb\\_convento\\_novy\\_dvur.html](http://www.snpcultura.org/tvb_convento_novy_dvur.html)

Pawson inspirou-se na Abadia cisterciense de Sept-Fons, em França, a casa-mãe da abadia checa. Conta-se, porém, que quando o abade viu imagens de uma obra de John Pawson que lhe serviram de referência relativamente a Pawson foi nada mais, nada menos do que: a boutique Calvin Klein que o arquitecto tinha desenhado! É este facto que nos permite estabelecer uma possível ponte entre a contemporaneidade e o passado, e a função, neste caso de reactivação religiosas para uma comunidade. O minimalismo do trabalho de Pawson correspondia, afinal, aos princípios de contemplação e oração, de limpidez e organização do cistercienses. Trata-se de uma comunidade actualmente com 20 monges e o edifício antigo foi remodelado para os acolher. Embora possa acolher cerca de 36 ou mais monges. O aspecto despojado convidava a Ordem a estabelecer-se ali. E foi inclusivamente erguida uma igreja com a nova traça, contemporânea mas belíssima. Disse Pawson: *“An absence of visual and functional distraction supports the goal of monastic life: concentration on God.”*



Quanto à luz “Devem-se valorizar os espaços abertos e criar impacto com a incidência da luz sobre eles”<sup>14</sup> diz-nos Pawson. Na verdade “A igreja possui uma planta que relembra o românico, mas uma expressão volumétrica, que acompanhando embora este “fechamento” românico, nos parece como plenamente moderna ou hiper-moderna, com uma definição de cantos e esquinas bem recortadas no sistema de contrates fortes, que a luz e a sombra enfatizam pelo lado exterior.”<sup>15</sup>

Figura 17. John Pawson, Mosteiro de Nossa Senhora de Novy Dvůr na República Checa. Vista da igreja a partir do claustro novo. Disponível em: [http://www.snpcultura.org/tvb\\_convento\\_novy\\_dvur.html](http://www.snpcultura.org/tvb_convento_novy_dvur.html)

Figura 18. John Pawson, Mosteiro de Nossa Senhora de Novy Dvůr na República Checa. Igreja. Disponível em: [http://www.snpcultura.org/tvb\\_convento\\_novy\\_dvur.html](http://www.snpcultura.org/tvb_convento_novy_dvur.html)



Figura 19. John Pawson, Mosteiro de Nossa Senhora de Novy Dvůr na República Checa. Igreja. Disponível em: [http://www.johnpawson.com/resources/97/Novy\\_Dvur\\_05.jpg](http://www.johnpawson.com/resources/97/Novy_Dvur_05.jpg)

Acrescenta Ana Dias, que “A nada disto foi estranha a reflexão de John Pawson sobre a abadia cisterciense de Le Thoronet. Um livro com as suas reflexões foi o resultado dessa investigação, em que a luz é elemento presente, sobretudo em termos de modulação”.

14 Pawson, John: “John Pawson: themes and works”, 2002, p.49.

15 DIAS, Ana Catarina Moreira, *Arquitetura religiosa: A “luz” como instrumento – “teoria da luz”*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, FAUL, 2015.



Figura 20. John Pawson - Leçons du Thoronet

Disponível em:

<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/236x/5b/1a/c2/5b1ac2439bafd2d9f472859bc5d5c5fa.jpg>

*É, portanto, a prática, a absoluta experiência, o conhecimento do passado, e um acompanhamento das linguagens contemporâneas que permitem hoje criara espaço abertos e dedicado á devoção. Nestas criações existe com que uma linha directora que vai desde o paleocristianismo até á contemporaneidade. E essa linha , é a linha que nos diz que é a luz – a Luz-, o principal elemento, o guia para um caminho de realização material e de tradução do imaterial: dar a ver o invisível.”(Dias, 2015)*



### **3. A Ordem de Cister**

---



A ordem de Cister é uma Ordem Monástica Católica reformada. A sua origem remonta à fundação da abadia de Cister no lugarejo de Saint-Nicolas-les-Citeaux, Borgonha, em 1098 por Robert de Champagne abade de Molesme. Este, com outros, abandonou a ordem de Cluny para retomar a observância da Antiga regra Beneditina como reacção ao relaxamento e ao fausto da ordem desta última.

Restauraram a regra beneditina inspirada pela reforma gregoriana, promovendo o ascetismo, o rigor litúrgico e o trabalho como valor fundamental, (como comprovam o seu património técnico, artístico e arquitectónico); o hábito passa a ser branco (em lã, símbolo da pureza e da renúncia, da pobreza) e não negro, como em Cluny.

Influenciados por Bernardo de Claraval (1090-1153), o mais célebre Cisterciense que embora não fosse o fundador da Ordem, foi para sempre o seu mentor espiritual de grande carisma e autoridade, os Cistercienses depressa se espalharam pela Europa e à data da sua morte já se contavam em cerca de 350 mosteiros fundados. Por isso, os monges de Cister são também conhecidos por Monges Bernardos.

Embora sigam a regra beneditina, os cistercienses não são considerados Beneditinos, pois estes últimos designam um grupo de monges que não pertencem a nenhuma ordem centralizada.

O modelo de organização e gestão dos vários mosteiros de Cister foi também muito particular para a época: Cister funcionava através de um sistema de abadias-mãe e cada uma devia visitar e controlar a abadia que fundou. Assim, não há uma centralidade, mas também não há uma total independência. Há sim um sistema hierárquico onde uma Abadia-mãe visita anualmente as que estão sob sua protecção e vigilância.

Tabela 1. Expansão da Ordem de Cister.

Adaptado Ana Tavares Martins, As Arquitecturas de Cister em Portugal. A Actualidade das suas Reabilitações e a sua Inserção no Território, Volume I, Tese de Doutoramento, 2011, Universidad de Sevilla

<b>Fundação:</b>	a comunidade instala-se pela primeira vez num local.
<b>Filiação:</b>	Integração de uma comunidade pré-existente na Ordem de Cister (como aconteceu em S.Bento de Cástris).
<b>Substituição:</b>	Ocupação da ordem no mesmo lugar de outra comunidade desaparecida.
<b>Tutela:</b>	Relativamente a mosteiros femininos que ficam dependentes do Abade do mosteiro mais próximo.

### 3.1. Em Portugal

Em Portugal, o primeiro documento oficial que alude à ordem de Cister data de 1144 e refere-se ao Mosteiro de Tarouca (antigo mosteiro Beneditino).

As primeiras comunidades religiosas que se converteram à Ordem de Cister fizeram-no através de João Cirita, prior em Lafões e de D. João Peculiar bispo do Porto. Este último intercedeu junto do rei Afonso Henriques, que deu aos monges a carta de couto em Outubro de 1137. Muitos mosteiros da época, onde se instalaram os Cistercienses pertenciam a outras ordens enquanto que outros foram fundados por eles. Podemos afirmar que a expansão da Ordem de Cister na Península Ibérica está intimamente ligada à necessidade de congregação e também à evolução da política da sociedade de então. Em Portugal, Cister foi extremamente relevante no processo de afirmação do Reino, como entidade autónoma a nível político, assumindo um papel preponderante no reconhecimento junto da Santa Sé do novo reino, uma vez que fazia da prática diplomática uma das suas armas.

Segundo a regra de S. Bernardo, a busca por lugares férteis e relativamente isolados era essencial à procura da espiritualidade e ao retiro seguindo um regime de autossustentação.

Em Portugal, o primeiro ciclo de fundações dá-se maioritariamente na Beira-Alta com os Mosteiros de Lafões, Sever, Tarouca e Salzedas.

Apesar da procura de isolamento, nota-se também uma estratégia de colonização territorial, pois a localização destes mosteiros cria uma unidade que permite proteger interesses eclesásticos e senhoriais, contribuindo para a fixação de população e para a produtividade das terras, num período intimamente ligado do ponto de vista económico à agricultura que, para mais, vai ser objecto de modernização.

Assim, pode afirmar-se que a ordem de Cister se expandiu rapidamente pelo território do reino português pois tinha grande apoio por parte da Alta Nobreza que pretendia que a sua afirmação ajudasse a consolidar áreas conquistadas recentemente, como é o caso das fronteiras Além-Tejo.

### 3.2. O Desabrochar das comunidades femininas Cistercienses



Figura 21. Aparição da Beata Sancha à Beata Teresa e Beata Mafalda | Óleo sobre tela de André Gonçalves, c. 1735-40 | Igreja do Menino de Deus, Lisboa  
Disponível em:  
[http://www.snpcultura.org/santos\\_e\\_beatos\\_de\\_portugal.html](http://www.snpcultura.org/santos_e_beatos_de_portugal.html)

A seguir à crise da mudança de século começam a surgir as comunidades femininas Cistercienses. As primeiras fundações surgem graças às filhas de D. Sancho I, rei que promovia o povoamento do País: Mosteiro do Lorvão (1206) fundado por D. Teresa Sanches, Mosteiro de Celas (1215) fundado por D. Sancha de Portugal e o Mosteiro de Arouca (1224/26) fundado por D. Mafalda de Portugal que foi também a sua primeira Abadessa. Estas Rainhas, apesar de terem vivido grande parte de sua vida junto das religiosas, operavam mais como suas protetoras e patronas do que propriamente como freiras submissas à Abadessa; logo gozavam de maior liberdade.

A origem das monjas é de extrema importância para perceber o funcionamento do ramo feminino de Cister: normalmente eram filhas segundas que, por não terem casado deixavam de ser uteis

às alianças estratégicas da época. Assim, recolhiam-se nos conventos onde, pela condição do seu nascimento, foram deixando que os costumes da aristocracia se impusessem.

Não é surpresa por isso, que a segunda metade do séc. XIII, quando se inicia novo ciclo de afirmação de fundações femininas, seja da maior importância que a localização destes mosteiros seja feita – ao invés das fundações mais antigas, em lugares ermos - próxima das grandes cidades onde estadia a Corte, conferindo-lhes um importante carácter periurbano. É disso exemplo o convento objecto deste documento - S. Bento de Cástris em Évora -, ou o mosteiro de Almoester (Santarém) e o de Odivelas (Lisboa).

A implantação destas fundações dependia pois, na maioria das vezes, de um(a) patrono(a). No caso dos primeiros mosteiros acima citados, a sua origem era sem dúvida régia. Porém, no caso de S. Bento de Cástris, a sua fundação nasce com a pequena nobreza que se instala em território conquistado (1165).<sup>16</sup>

16 In Rodrigues, Jorge; Pérez, Xosé Carlos Valle – *Arte de Cister em Portugal e Galiza*; 1ª edição, 1998, Fundação Calouste Gulbenkian;

### 3.3. Regras e práticas

#### 3.3.1. Regra Beneditina

S. Bento (480-547), monge natural de Núrsia, acreditava que quem procura Deus deveria agir de acordo com regras. Criou por isso um texto de carácter não só espiritual, mas também normativo, “A regra dos monges” que passou a influenciar a vida dos religiosos e a regular os seus costumes. Esta sua regra criou duas formas de observância: a Ordem de Cluny e a Ordem de Cister. Pode-se por isso afirmar que S. Bento e a regra beneditina influenciaram o monaquismo ocidental.

Segundo a regra, os monges deveriam abandonar os laços que os ligavam à sociedade e à sua antiga condição bem como ao conforto e riquezas que dela derivavam.

Adotando a solidão, deveriam obediência ao Abade, mostrando submissão e humildade através dos seus votos de pobreza e do trabalho manual. O seu único desejo deveria ser encontrar Deus.

A regra diz ainda que o dia deve ser dividido entre a Oração e o Trabalho (Ora et Labora).

#### 2.3.2. S. Bernardo de Claraval

S. Bernardo, vindo de uma família nobre, cedo decidiu dedicar-se à vida monástica. Ingressa na Ordem de Cister em 1112 e, três anos depois, funda com outros monges uma nova abadia (de Claraval). Apesar de não ser, como já se referiu, fundador de Cister, é na verdade a ele que se deve a rápida ascensão da Ordem. Extremamente carismático e influente, deixou claras marcas, não sendo por acaso que em Portugal os Cistercienses são conhecidos por Bernardos. Defensor de uma arquitectura simples e despojada de excessos ornamentais, reprovava o amor dos monges de Cluny pela rica iconografia, esta, por sua vez, característica - pelo menos até ali -, de muitas fundações monásticas e, em especial, dos próprios beneditinos.

Privilegiava a solidez e linearidade, a planura e a racionalidade em detrimento de efeitos compositivos e cromáticos que tinham marcado a arquitectura românica.

Excluindo o supérfluo e a opulência arquitetónica, preferia uma arte quase iconoclasta.



Figura 22. S. Bernardo Claraval  
Disponível em: <http://www.blogcruzterrasanta.com.br/sao-bernardo/>

### 3.3.3. Carta de Caridade

A Carta de Caridade ou Carta Caritatis é, por seu lado, um documento histórico e a base constitucional e regulamentar de Cister, logo aprovado pelo Papa Calixto II em 1119 e complementando a Regra Beneditina.

Ana Maria Tavares<sup>17</sup> resume de forma objetiva os pontos fulcrais desta Carta:

- A fidelidade: relativamente à regra de S. Bento.
- A pobreza, sendo que os monges deveriam depender unicamente da Abadia.
- A homogeneidade de interpretação e aplicação da Regra na Ordem.
- Visitações anuais do Abade da Abadia-mãe.
- Capítulo Geral: encontro anual dos abades das várias comunidades no Novo Mosteiro para regulamentar e salvar as suas almas.
- A importância do reconhecimento e confirmação dos mosteiros pelo Bispo.

---

<sup>17</sup> Ana Maria Tavares, 2011

### 3.4. A Estrutura Social nos Conventos Cistercienses

Não foi só o sistema Hierárquico entre as várias abadias que foi fulcral na expansão da Ordem de Cister pela Europa: também as hierarquias dentro de cada comunidade contribuíram para um sistema organizacional extremamente eficiente.

Assim, por ordem decrescente, a estrutura social dos monges será a seguinte, por ordem de importância: Monges Professos, Monges Leigos, Noviços e finalmente os Monges Conversos. Outros poderiam conviver no Mosteiro, tais como familiares ou ajudantes que colaboravam nos trabalhos. Era permitida, também, a permanência de doentes e viajantes (Abades, peregrinos, etc.).

Assinale-se, todavia, que os Monges Conversos foram muito importantes para a comunidade Cisterciense. Com efeito, sabendo-se que esta Ordem apreciava um ponderado afastamento dos povoados e vivia do seu trabalho e da exploração das suas terras, foram obrigados a admitir os Conversos na sua comunidade, para poderem conciliar o enorme volume de trabalho que necessitavam à sua subsistência com a Regra que os obrigava a dedicar grande parte do seu tempo à oração e à leitura sagrada. Estes homens e mulheres (no caso dos mosteiros femininos) foram convertidos, ou seja, eram laicos que decidiram juntar-se a estas comunidades e aceitar a vida religiosa. No entanto, *“Os conversos não podiam tornar-se clérigos, nem participar no ofício divino assim como não tinham direito de sufrágio nem podiam participar do capítulo.”*<sup>18</sup>

Ocupavam-se principalmente do trabalho manual, não sendo na verdade monges mas tendo feito os votos. Não estavam por isso obrigados ao ofício divino, da leitura e da meditação. Vestiam também tons de castanho, ao contrário do hábito Cisterciense que é branco e negro.

*“Num dia cisterciense, estas duas vidas não se cruzavam e eram bem distintas.*

*Se por um lado viviam os monges com as suas seis horas de oração, duas horas de leitura e três horas de trabalho manual, por outro viviam os irmãos conversos com as suas dez horas de trabalho manual, uma única hora de oração e nenhuma leitura.”*<sup>19</sup>

---

18 Ana Maria Tavares, 2011

19 Idem

## **4. Mosteiros Cistercienses**

---



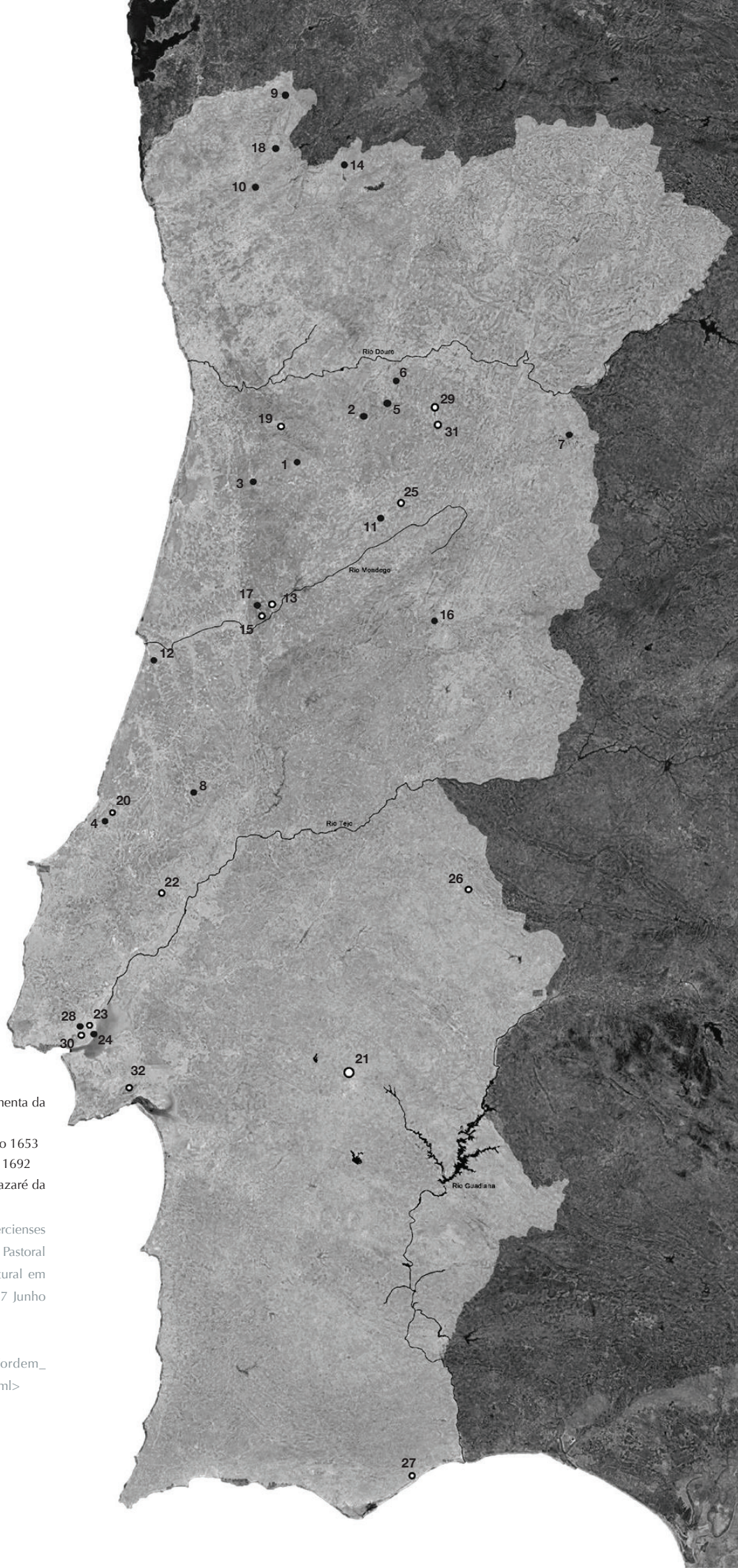
○ - Feminino  
● - Masculino

- 1 - São Cristóvão de Lafões 1138
- 2 - São João de Tarouca 1140/43
- 3 - São Tiago do Sever 1143/44
- 4 - Santa Maria de Alcobaça 1153
- 5 - Santa Maria de Salzedas 1158
- 6 - São Pedro das Águias 1170
- 7 - Santa Maria de Aguiar 1170/76
- 8 - Santa Maria de Tamarães 1172
- 9 - Santa Maria de Fiães 1173/79
- 10 - Santa Maria do Bouro 1174
- 11 - Santa Maria de Maceira do Dão 1188
- 12 - Santa Maria de Seíça 1195
- 13 - São Mamede de Lorvão 1206
- 14 - Santa Maria das Júnias a.1209
- 15 - Santa Maria de Celas 1214
- 16 - Santa Maria da Estrela 1220
- 17 - São Paulo de Frades 1221
- 18 - Santa Maria de Ermelo Séc. XIII
- 19 - São Pedro e São Paulo de Arouca 1221
- 20 - Santa Maria de Cós 1241
- 21 - São Bento de Cástris 1275**
- 22 - Santa Maria de Almofter 1287
- 23 - São Dinis de Odivelas 1295
- 24 - São Bento de Xabregas 1492
- 25 - São João de Vale Madeiro 1530
- 26 - São Bernardo de Portalegre 1530
- 27 - São Bernardo de Tavira 1530
- 28 - Nossa Senhora do Desterro 1591
- 29 - Nossa Senhora da Purificação de Moimenta da Beira 1595
- 30 - Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo 1653
- 31 - Nossa Senhora da Assunção de Tabosa 1692
- 32 - Real Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré da Vila de Setúbal 1771

Figura 23. Lista de Mosteiros Cistercienses  
Adaptado de Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura. Ordem de Cister: herança cultural em Portugal e na Europa [Em linha]. actual. 17 Junho 2012.

Disponível em:

WWW:<URL:http://www.snpcultura.org/ordem\_cister\_heranca\_cultural\_portugal\_europa.html>



#### 4.1. O Mosteiro: Uma cidade mais perto de Deus

Os Mosteiros foram de extrema importância para o desenvolvimento urbano medieval. Numa época de tensão e alguma desorganização e falta de unidade territorial, o espaço dedicado à vida religiosa dos monges mantinha uma ordem rígida organizando o território através dos eixos principais cardinais de modo conceptual.

Funcionando metonimicamente como uma “cidade planeada”, o seguimento desta forma ortogonal de articulação permitia uma clara definição das diferentes funções de cada espaço.

*“O planeamento do espaço monástico, constituído por pluri-funções, segue o ideário de concepção racional nos seus multiplicados espaços, segundo uma lógica onde as várias funções dos monges se desenvolviam em locais previamente definidos.”<sup>20</sup>*

Para ilustrar esta clara organização racional espacial, podemos observar a planta ideal de S. Gall, datada do séc IX, tratando-se por isso do mais antigo exemplo conhecido de desenho em planta de um conjunto monástico medieval, para mais com indicações das diversas funções dos espaços.

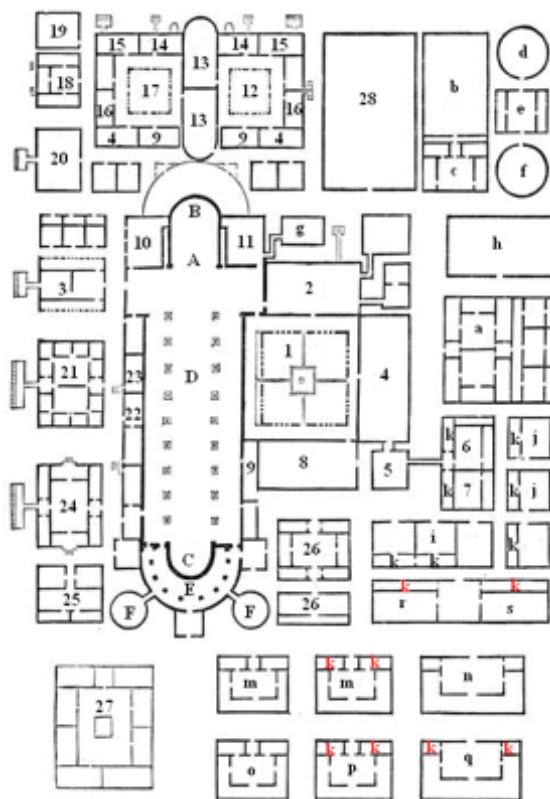


Figura 24. Planta ideal de S. Gall do séc IX. (Modelo para a construção de mosteiros) Disponível em: <http://arthistorygroup.blogspot.pt/2012/05/carolingian-period-monasteries.html>

20 ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *O Mosteiro-cidade na Gênese e Desenvolvimento Urbano: Uma interpretação do espaço*. Em Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património. Porto, I série vol. V-VI, (2006-2007) pp 527-548

A ideia de mosteiro permite assim conciliar, entre muros, a necessidade de conseguir um afastamento da população (dado forma à ideia de clausura, essencial em grande parte do monasticismo inicial) e em criar um espaço autónomo e auto-suficiente. Este espaço funciona como uma cidade, com um conjunto semelhante de relações complexas entre a sociedade que a habita e a arquitectura que a define.

Reitera-se que a procura do isolamento, sempre foi um dos principais objectivos de vida do monge. Por isso os religiosos seguindo a Regra de S. Bento *“buscaram a ‘fuga mundi’ e estabeleceram os princípios do monaquismo para se posicionarem num tempo e num espaço afastado do mundo dos homens, vivendo para atingir Deus e sonhando com um mundo melhor, com o paraíso”*<sup>21</sup> apesar de terem sido determinantes para o desenvolvimento do Urbanismo medieval, embora de um modo operacional, pois atraíam pequenas populações e consolidavam territórios. Sabendo que a escolha do local de implantação de um Mosteiro não era de todo aleatória, percebe-se ainda mais a importância do gesto quando se observa que os locais eram escolhidos por abades destacados pelo Capítulo Geral, que inspecionariam e garantiriam que o local tinha condições para a criação de uma comunidade.

De um ponto de vista mais espiritual – ou, repetimos, conceptual -, o Mosteiro seria considerado “a” Cidade Ideal, ou seja, um espaço físico onde era possível criar uma comunhão entre a Terra e o Paraíso. Uma verdadeira – perdoe-se-nos o anacronismo -, *“máquina de oração”* no dizer de Paulo Pereira: um ponto nevrálgico na Terra para a comunhão com Céu.

---

21 ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *O Mosteiro-cidade na Génese e Desenvolvimento Urbano: Uma interpretação do espaço*. Em Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património. Porto, 1 série vol. V-VI, (2006-2007) pp 527-548

## 4.2. Tipologia dos Mosteiros femininos Cistercienses

### 4.2.1. Arquitectura masculina vs arquitectura feminina

*“Estudar comunidades femininas é tradicionalmente mais difícil que estudar as masculinas, numa realidade em que a clausura estrita limita os dados referentes à sua vida religiosa e social.”<sup>22</sup>*

Para melhor entender a tipologia conventual Cisterciense feminina é também necessário perceber quais as diferenças que a Igreja impôs entre monges e monjas. Numa época de dominância masculina, a mulher tinha apenas duas opções: o casamento ou a vida monástica. A ideia de uma mulher viver livremente significava desonrar a sua família e a Deus; e essa desonra foi a primeira e talvez mais importante preocupação da Igreja. Impuseram a submissão e negação da sua própria vontade às freiras e, mais importante ainda, a clausura conventual. Se essa clausura fosse violada *“(...)as autoridades da Igreja não conseguiriam garantir a castidade das freiras, o fundamento da sua dedicação como noivas de Cristo.”<sup>23</sup>* Assim a consagração das religiosas assemelhava-se a um pacto nupcial com Cristo, enfatizando a virgindade. *“Ao contrário dos monges, que se tornavam assexuais, as freiras consagravam a sua virgindade à Igreja como noivas de Cristo. Enquanto que os corpos dos monges se tornavam mais públicos, os das freiras tornavam-se mais privados e intangíveis.”<sup>24</sup>*

Consequentemente, a própria arquitectura monástica vai embeber-se destas diferenças entre Homem e Mulher. Urbano (2007) explica ainda como os nomes dos espaços arquitectónicos são quase sempre metáforas dedicadas ao *propositum virginitatis*, tais como: *porta clausa, claustra, hortus conclusus, etc.*

Os muros altos e as espessas paredes, as grades, reixas e rodas, o parlatório, os coros das igrejas e outros elementos, serviram para salvaguardar as monjas. Estes símbolos de clausura são essenciais no entendimento da arquitectura monástica no quadro das distinções de género.

---

22 CONDE, Antónia Fialho – *Cister a Sul do Tejo. O Mosteiro de S.Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça* (1567- 1776); Edições Colibri

23 URBANO, Luís- *A propósito de Évora: Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos*. Em Revista Monumentos, nº26, DGEMN (2007) pp38-45

24 Idem

#### 4.2.2. Planta padrão Cisterciense

A planta-tipo Cisterciense é caracterizada pela procura de uma relação extremamente racional entre os vários espaços do Mosteiro. Vários estudiosos, como Aubert, Dimier, Schneider ou Braunfels, propuseram um esquema tipo onde demonstram a articulação entre a funcionalidade dos espaços e a clara divisão que existe entre zonas apenas para uso dos monges e zonas para os Conversos.

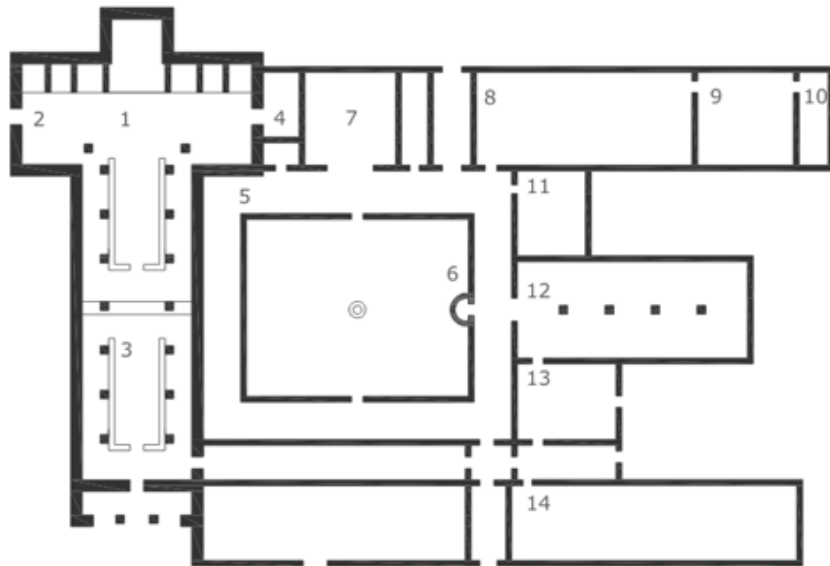
A planta da Igreja em cruz latina e a simplicidade de encadeamento de espaços respeitam a regra de S. Bernardo e por isso este Plano Cisterciense pode também chamar-se de Plano Bernardino.

Figura 25. Planta Tipo 1

Disponível em:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Planta\\_tipo\\_cisterciense.png?uselang=pt](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Planta_tipo_cisterciense.png?uselang=pt)  
ESTUDO DE Anselme Dimier (1949)

1. Igreja
2. Porta dos Mortos
3. Coro dos Conversos
4. Sacristia
5. Claustro
6. Jardim
7. Sala do capítulo
8. Dormitórios
9. Sala do capítulo
10. latrinas
11. calefatório
12. Refeitório dos monges
13. Cozinha
14. Refeitório dos Conversos



Segundo Ana Tavares Martins (2011), o Plano-tipo dos Cistercienses desenvolve-se a partir da Igreja e à volta do Claustro que é, aliás, o centro da vida monástica. Assim, essa organização divide-se pelas funções essenciais: Do lado Norte do claustro temos a Igreja; do lado Este a sala do capítulo e salas de trabalho; a cozinha, calefatório, latrinas e o refeitório encontram-se a Sul; e, finalmente, a Oeste os dormitórios e as zonas dos Conversos (que inclui refeitório e latrinas). Podemos verificar que no caso do Mosteiro de S. Bento de Cástris, o plano é como que um espelho deste esquema, sendo que a Igreja se encontra a Sul. Muitas vezes as diferenças de posicionamento dos Mosteiros no território devem-se sobretudo à flexibilidade da regra de S. Bento e S. Bernardo que, acima de tudo, permitia a liberdade de adaptação à topografia, aos cursos de água e respectivos encanamentos e sistemas de adução, e até aos ventos dominantes das zonas de implantação.

É de enfatizar a importância que a estrutura social dos Cistercienses detêm na articulação espacial dos seus Mosteiros, já que, como foi referido, a comunidade religiosa dividia-se em Monges e Conversos, dois grupos que, apesar de dependerem um do outro, não se misturavam.

Como Ana Tavares Martins (2011) resume, aos monges pertencia o lado Este da Igreja, o coro, capelas, sacristia, biblioteca, parlatório, sala do capítulo, a utilização do claustro e, no 1º piso, o dormitório e latrinas. Os Conversos utilizavam a parte Oeste da Igreja, sendo que esta, a cozinha e a sala do capítulo eram os únicos locais comuns.

#### 4.2.3. A estética medieval Cisterciense

*“Os Cistercienses viveram as suas vidas marcadas pela austeridade das suas convicções e da sua Fé que se reflectiu na simplicidade e contenção das suas arquitecturas.”*

Ana Maria Tavares

A estética medieval procede, em grande medida, da relação entre a beleza do que é natural e daquilo que é feito pelo Homem, tentando encontrar um equilíbrio, enfim, entre aquilo que é útil e o que é harmonioso.

Atentos à adequação dos materiais, o uso da geometria e dos padrões em conjugação com uma “teoria da luz” na conceção estética medieval, investia na procura de uma construção repleta de simbolismo. A luz, as auréolas luminosas, os dourados, demonstram a importância primária que davam à luminosidade, que S. Bernardo, aliás, considerava fundamental.

Em Cister, *“A verdadeira beleza desvenda-se através da luz, do homem e da natureza.”* (Pereira 2011)

Apesar de paralelamente os cluniacenses procurarem a exuberância arquitectónica (pois através do belo e da magnificência sentiam-se mais próximos do Divino), os Cistercienses sentiam que o fausto serviria apenas para os distrair da sua introspecção e da sua procura solitária por Deus. Com efeito, *“Para S. Bernardo o luxo é inútil e perigoso estando não só em contradição com as exigências da vida espiritual como também em conflito com esta. A alma, segundo S. Bernardo, necessita de concentração interior para poder atingir o conhecimento.”*<sup>25</sup>

---

25 MARTINS, Ana Maria Tavares - *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A Actualidade das suas Reabilitações e a sua Inserção no Território*, Volume I, Tese de Doutoramento, 2011, Universidad de Sevilla

Assim sendo, a arquitectura Cisterciense espelha os votos de pobreza nas suas formas sóbrias, mas também a vontade de criar um espaço adequado ao pensamento mais introspetivo através da sua simplicidade. A proporção, a graciosidade e harmonia dos seus elementos, contribuíam, a par com a utilização da luz, para um ambiente ascético. *“No mosteiro cisterciense, portanto, tudo deve assentar na pobreza ou ausência de decoração para que o espírito, sem entraves do mediatismo material, mais directamente se encontre com o Deus da beleza absoluta.”*<sup>26</sup>

---

26 DIAS, Geraldo Coelho (apresentação, tradução e notas); *“Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade”*; Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997; pp. 64-65

#### 4.2.4. Mosteiros femininos Cistercienses em Portugal

Assinalámos já as particularidades próprias da arquitectura cisterciense no caso dos Mosteiros Femininos.

A entrada das Igrejas na arquitectura cisterciense normalmente faz-se axialmente. No caso dos exemplos femininos a abertura é feita lateralmente na parte mais pública (dirigida aos assistentes) e divide a igreja em dois pólos: o coro das monjas e o altar-mor. Segundo Ana Maria Tavares (2011), a entrada lateral pode ser feita ainda de três maneiras diferentes: uma galilé que dá acesso à Igreja (no caso de S. Bento de Cástris); uma *loggia*, (no caso do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas ou de S. Bernardo de Portalegre); ou, em casos mais modestos ou já muito transformados por décadas de adições, um simples um portal na fachada que dá acesso directamente à nave da Igreja (ex.: Mosteiros de Nossa Senhora de Tabosa ou de Santa Maria de Cós).

Por sua vez, e posto isto, as igrejas de mosteiros femininos podem apresentar três tipologias: monoaxiais, centralizadas e biaxiais.

Quanto são monoaxiais, as igrejas não apresentam transepto e podem ter uma ou três naves. (Mosteiro de Santa Maria de Cós).

Por sua vez, as plantas centralizadas – muito raras, aliás - são aquelas que apresentam um foco central normalmente em circunferência. (Mosteiro de Santa Maria de Celas).

Finalmente, as igrejas de planta biaxial são aquelas que possuem transepto, como é o caso do Mosteiro de S. Bento de Cástris.

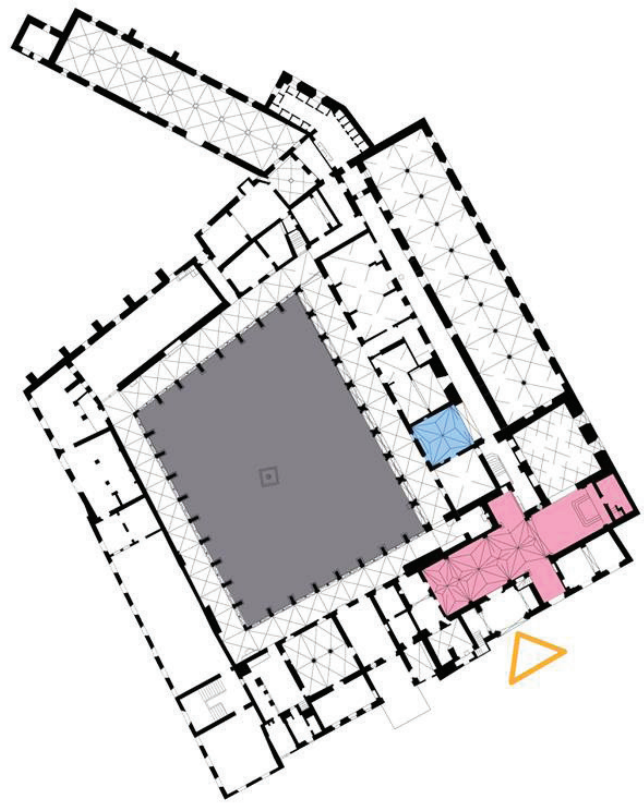
Outra particularidade relevante da arquitectura cisterciense feminina (mas não exclusiva a esta Ordem) é o coro. Com efeito, o coro destas igrejas cria uma separação física entre as religiosas e a comunidade que assiste através um obstáculo visual, geralmente aquilo a que se chama a Grade da Clausura. Além desta grade, o coro poderia também estar elevado e situado no lado oposto ao altar-mor. Isto acontecia frequentemente, pois, era decisivo manter as freiras intocáveis e até invisíveis.

Este factor poderia ainda contribuir para o misticismo e curiosidade que rodeava as comunidades femininas, pois o coro era apenas audível, no seu tom lírico e sobrenatural.

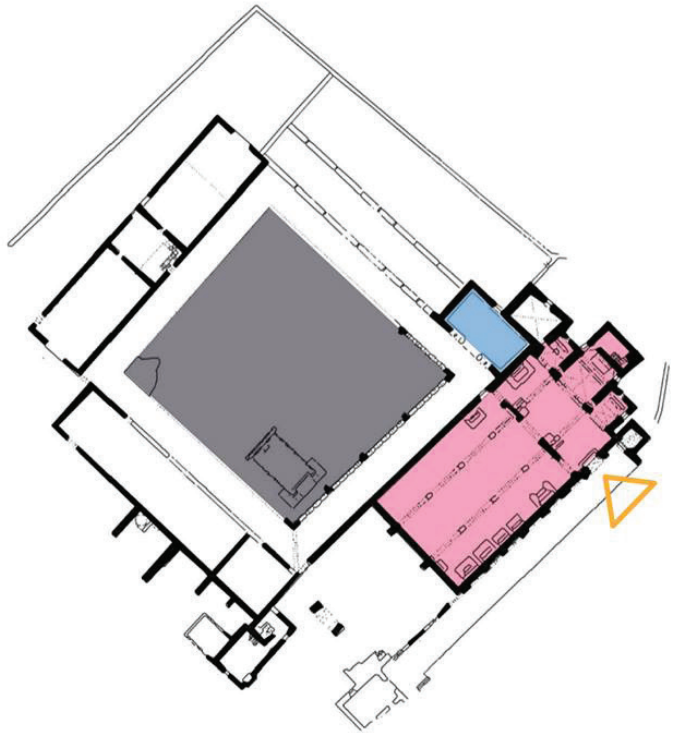
Figura 26. Coro Alto, Mosteiro S. Bento de Cástris  
Disponível em:  
[http://www.monumentos.pt/site/app\\_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8](http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8)



Convento de São Bento de Cástris 1274



Convento de Santa Maria de Almoester 1287



Convento da Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo 1653

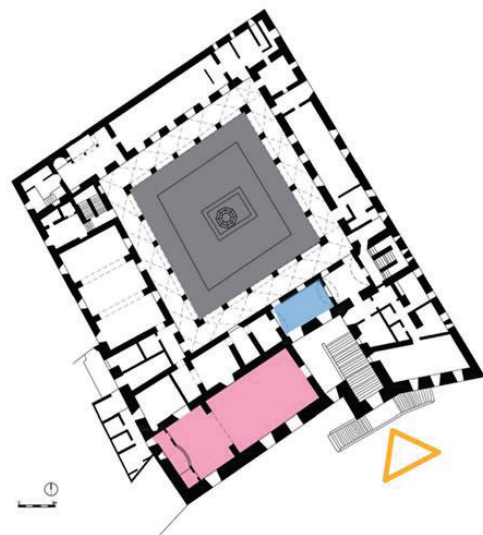


Figura 27, 28 e 29. Trabalho de interpretação com apoio do professor Paulo Pereira;  
Disponível em: Ana Maria Tavares. Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras: um percurso entre a Arquitectura e a História. Quartzro Editora. Viseu. 2012



## 5. Mosteiro de S. Bento de Cástris

---





Figura 30: Mosteiro de S. Bento de Cástris  
Fonte: Autor



## 5.1. Contexto Eborense

### 5.1.1. Évora

Évora é uma região centro-alentejana cuja área de influência tácita e costumeira seria, originalmente, bastante superior à do actual distrito. Hoje em dia é o principal centro urbano desta região e ocupa a vasta planície alentejana onde as altitudes não atingem mais do que 310m. A paisagem da Cidade é marcada pelo casario irregular como a cidade medieval e cresce em altura sobre uma colina suave a partir da cintura de muralhas exterior no seu ascenso até à Sé de Évora. Apesar de existir uma estagnação em termos demográficos nos últimos 10 anos, é verificável que o crescimento da cidade obrigou, especialmente na segunda metade do século XX em diante, a uma grande expansão extramuros.<sup>27</sup>

A origem da cidade terá sido muito anterior à ocupação Romana, pois apresenta vestígios neolíticos, embora estes se situam no seu entorno e não propriamente na colina da antiga acrópole. Neste centro nevrálgico os testemunhos arqueológicos parecem remontar à Idade do Bronze, mas com mais densidade para os da Idade do Ferro meridional. Durante a ocupação Romana, Évora ter-se-á tornado num importante marco militar e económico. Era, para todos os efeitos, uma cidade com um estatuto elevado na hierarquia dos municípios romanos devido à sua localização, já que era lugar de passagem obrigatória numa das vias que seguia até à capital da Província da Lusitânia, Emérita Augusta (atual Mérida). Não por acaso, é ainda em Évora que se encontra um dos vestígios monumentais mais celebrados da romanização, de que se destaca o Templo dito “de Diana”, antigo foco religioso do fórum.

A sua fortificação manteve os contornos do Tardo-Império Romano, com reforços pontuais durante a ocupação visigótica; já a presença árabe fez-se sentir com muito maior impacto, as reformulações da cerca defensiva, o aumento da sua amplitude ensaia-se por essa altura, pese embora ficar mesmo assim contida no núcleo romano antigo, mas já com arrabaldes extramuros.

Figura 31. Município de Évora  
Estudos de caracterização do território: Anexo IV - Inventário do património arquitectónico e arqueológico concelhio. Dezembro 2007 | Adaptado de câmara municipal de Évora - plano de urbanização de Évora. Património, cidade intra-muros. Outubro 2010 ; câmara municipal de Évora - plano de urbanização de Évora. Património, cidade extra-muros. Outubro 2010

<sup>27</sup> Simplício, Domingas – *A cidade de Évora e a Relevância do Centro Histórico* – Em Departamento de Geociências, Universidade de Évora, Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CEGOT ISBN: 978-989-8648-01-3

### 5.1.2. Évora Medieval

Integrada no Reino de Portugal em 1165, Évora manteve-se um importante posto avançado consolidando para os cristãos a defesa estratégica a Sul do Tejo. Era também um marco simbólico da recém reconquista aos Mouros e da afirmação do Reino sob regência de D. Afonso Henriques “o Conquistador” e por isso teve um papel importante na sua história política. Durante o séc. XIII foi levada a cabo uma desanexação que resultou nas múltiplas unidades geográficas periféricas. As doações de herdamentos feitas na época a grandes proprietários nobres e figuras do clero foram muito importantes pois permitiam uma melhor gestão territorial ao nível do povoamento e defesa. Dessa desanexação torna-se importante o costume de ‘vizinhar’, que consiste na partilha de pastos e nos usos de água, já que Évora dispunha de uma importante ligação económica entre a cidade e o campo: A norte do conselho predominavam as zonas agrícolas (cereais e hortifruticultura) e de criação de gado. A Sul do conselho predominavam as antigas alcarias (povoados árabes) muitas vezes fortificados e repovoados pelos cristãos.

Assim, os primeiros conventos instalados na cidade e redondezas estavam intimamente ligados a Ordens militares e também à afirmação da pequena nobreza local.



Figura 32. Évora sec. XIII  
Adaptado de Leite, Maria. O Espaço da Mouraria da Cidade de Évora, Séculos XIV e XV. Dissertação para obtenção de Mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval. Universidade de Évora, 2014. p. 20/24/36/38

## Itinerários importantes de Évora

Itinerário romano Ébora Scalabis: Esta via Romana transpunha a antiga muralha em direcção à actual cidade de Santarém. Sabe-se que a sua existência remonta a esta época pois são significativos os achados romanos, possuindo um alinhamento estratégico que consistia num caminho privilegiado de passagem de mercadorias até à cidade, baptizado pelo menos desde o reinado de D. Dinis como ‘Caminho dos carros’.

Foi no entorno da cidade, suficientemente distante ainda que visível da cidade que se veio a implantar o Mosteiro de S. Bento de Cástris. Mas a vocação religiosa e cultural do local documenta-se precocemente, uma vez que foi ali que se fundou uma primeira Ermida. Foi mandada erigir em nome do milagre que o Bispo de Évora diz ter assistido: uma resplandecente luz cruciforme apareceu no céu em véspera do dia de S. Bento, no ano da reconquista cristã.

<b>Datas importantes da História de Évora até à Afirmação do Convento de S. Bento de Cástris</b>	
<b>VI a meados do III milénio A.C.</b>	Povoados neolíticos desenvolvem-se sobre os montes graníticos da região, o mais próximo a Évora sendo o que se localiza no Alto de São Bento relacionado com os construtores de cromesleques.
<b>Liberalitas Julia</b>	Nome da cidade Romana que hoje é Évora. Situada numa encruzilhada de importantes itinerários da Lusitânia e num posicionamento geo-estratégico em rotas comerciais.
<b>27 a.C.-14 d.C.</b>	Évora foi integrada à Província da Lusitânia e beneficiada com uma série de transformações urbanísticas.
<b>715 d.C.</b>	Conquista Árabe, que resulta no melhoramento da fortificação da cidade.
<b>1165</b>	Reconquista Cristã por Geraldo Sem Pavor - Integração de ÉVORA no reino independente de Portugal.
<b>1166</b>	D. Afonso Henriques concede o 1º foral de Évora, em que além de permitir a formação de um núcleo cristão, privilegia quem o defender contra os mouros.
<b>1166</b>	Ordem de Calatrava em Évora: ordem religiosa militar espanhola cisterciense cujos cavaleiros também se estabeleceram em Évora, conhecidos como os Freires de Évora.
<b>1166</b>	Reconstituição do Bispado: a Mesquita de Évora foi convertida em primeira Catedral.
<b>1169</b>	É erigida uma ermida dedicada a S. Bento. D. Urraca Ximenes funda uma comunidade de Recolhidas.
<b>1186</b>	Início da construção da Sé-Catedral de Évora.
<b>Séc. XIII</b>	Preferência dada à cidade pela Sede do Bispado e Assíduas estadias da Córte.
<b>Séc. XIII</b>	Início de desanexação de áreas pertencentes a Évora, doação à nobreza e figuras eclesiásticas, na condição de povoar e construir fortalezas. Évora cria fortes vínculos económicos e militares
<b>1271</b>	Sobe ao papado, Beato Gregório X (até 1276). Este Papa pertencia à ordem de Cister.
<b>1274</b>	Fundado o Convento de S. Bento de Cástris em que Domingas Soeira se dirige ao Papa para reconhecimento do mesmo.
<b>1275</b>	Carta de aceitação do Abade de Alcobça do convento de S. Bento de Cástris na ordem de Cister

Tabela 2. Datas Importantes da História de Évora até à afirmação do Mosteiro de SBC  
Compilação realizada pelo autor

### 5.1.3. Processo de crescimento de Évora (evolução)

Até ao séc. XIV, a cidade de Évora mantinha-se no interior da “Cerca Velha”, fundação ainda Romana. A partir deste século, a expansão urbana e a instalação da Mouraria e da Judiaria fora da cerca obriga à construção da “Cerca Nova”.

Quando no séc. XIV a Corte se instala por longos períodos na cidade, começa um ciclo de importantes construções: O Paço Real, Palácios e Casas Nobres, Igrejas, Conventos e Colégios. A cidade vive, portanto, uma fase próspera, ganhando grande importância no panorama político do Reino.

A expansão urbana fora das muralhas dá-se no final do séc. XIX, na altura em que foi construído o Caminho de Ferro. Mas só a partir dos anos 40 do século XX é que a Cidade de Évora passa a conhecer os primeiros planos e programas de urbanização para as áreas extramuros, pois até então o crescimento baseava-se no aparecimento de núcleos espontâneos, como afirma Domingas Simplício<sup>28</sup>



Figura 33. Évora séc. XVI  
Adaptado de Leite, Maria. O Espaço da Mouraria da Cidade de Évora, Séculos XIV e XV. Dissertação para obtenção de Mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval. Universidade de Évora, 2014. p. 20/24/36/38



Figura 34. Évora séc. XVII  
Adaptado de Leite, Maria. O Espaço da Mouraria da Cidade de Évora, Séculos XIV e XV. Dissertação para obtenção de Mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval. Universidade de Évora, 2014. p. 20/24/36/38

28 Simplício, Domingas – *A cidade de Évora e a Relevância do Centro Histórico* – Em Departamento de Geociências, Universidade de Évora, Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CEGOT ISBN: 978-989-8648-01-3

#### 5.1.4. Estrutura Urbana Contemporânea

A estrutura contemporânea da cidade de Évora é constituída pelo centro Histórico rodeado pela “Cerca Nova” e a zona mais antiga, da qual faz parte a Sé, que se encontra dentro da “Cerca Velha”.

Fora da “Cerca Nova”, encontra-se uma mancha urbana da qual fazem parte cerca de 50 bairros, 20 áreas comerciais e equipamento e 3 áreas industriais.

A grande expansão da cidade que se nota nesta zona tem o seu auge a partir de 1975, altura em que as condições de vida melhoram significativamente. Mas essa rápida expansão fez também com que cerca de metade destes novos bairros não tenham sido contemplados pelos planos urbanos criados para esse propósito. É a partir de 1990 que a planificação e a regulamentação é respeitada e essencial no processo de urbanização. (Ver apêndice B)

### 5.1.5. Os terrenos vagos: o Caso do Convento de S. Bento de Cástris

Podemos observar, pelo crescimento contemporâneo da cidade de Évora, que a estrutura urbana se aproxima cada vez mais da cerca de S. Bento de Cástris.

Consequência disto é também o desaparecimento da mata, a expansão de culturas nomeadamente cerealíferas e a ocupação de espaço propício à agricultura por parte das indústrias.<sup>29</sup>

Este constante crescimento, pode, no entanto fazer perigar algumas características fundamentais que justificaram a escolha do local pelos monges de Cister. A procura do afastamento, o silêncio e a clausura da Ordem são parte do valor do Mosteiro de S. Bento de Cástris, quer arquitetonicamente, quer espiritualmente. Assim sendo, podemos afirmar que não só o objecto arquitectónico propriamente dito deve ser reabilitado mas também a paisagem onde se insere deve ser alvo de atenção extrema, uma vez que se trata de um elemento a preservar – podemos mesmo considerá-lo paisagem histórica e elemento definidor do “génio do lugar”. A estética do conjunto mosteiro/paisagem, se perdida, condenaria também o edificado a uma existência menos fiel à de quando foi concebido. O entorno imediato do Convento exige, portanto, cuidados redobrados, o que, felizmente, se encontra contemplado no programa *Sphera Castris*, adaptando os usos dessa paisagem às actividades contemporâneas.



Figura 35: Fotografia do drone sobre o Mosteiro de S. Bento de Cástris com Évora no horizonte  
Fonte; Autor

---

29 CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa, Em *A afirmação do Mosteiro de S. Bento de Cástris no contexto local e nacional*– Colóquio Internacional Cister: Espaços, Territórios, Paisagens. Alcobaca: Separata, 1998

## 5.2. A Afirmção do Mosteiro

No lugar miraculado<sup>30</sup>, a cerca de 2,5 quilómetros de Évora, passou a existir uma pequena comunidade de religiosas, pelo que foi mandado erigir, em 1274, o Convento de S. Bento de Cástris, patrocinado por D. Urraca Ximenes.

É a fundação feminina mais antiga situada Além-Tejo, mais precisamente na encosta do Alto de S. Bento (a 263 m de altitude). A sua Igreja foi consagrada em 1328.

Foi alvo de muitas contribuições, doações e privilégios o que demonstra a sua importância, sendo que por volta do séc. XVI, no auge da sua notoriedade e glória, sofreu grandes obras de ampliação. Assim, o conjunto arquitectónico apresenta um conjunto de características da chamada arquitectura tardo-gótica manuelina, altura em que sofreu várias campanhas de obras e ampliações.<sup>31</sup> Tereno (2012) Extinguiu-se em 1890, no dia 18 de Abril, data em que faleceu a última monja. Foi considerado monumento nacional em 1922.



Figura 36: Mosteiro de S. Bento de Cástris, 1947

Disponível em:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9994cc361eaf1&nipa=1PA.00006511](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9994cc361eaf1&nipa=1PA.00006511)

30 "(...) o seu início está, pois, ligado a um grupo eremítico que fundou um retiro junto a uma ermida — hipoteticamente erguida em local onde o Bispo de Évora vira uma resplandecente luz, cruciforme, em vésperas do dia de São Bento, 21 de Março (ou, segundo outros, a figura do próprio Santo), e por isso a ele dedicada, onde inúmeras obras milagrosas aconteceram (...)" CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa, 1998, p.3

31 Tereno, Maria do Céu Simões – *Mosteiro de S. Bento de Cástris. Que futuro para este património?* Alcobça, Congresso internacional, Mosteiros Cistercienses, 2012.

### 5.2.1. Locus

Numa análise que cruze aspectos político-administrativos, com aspectos de natureza física e, mesmo, fenomenológica, podemos atribuir a um conjunto de factores a instalação de mosteiros cistercienses, pelo menos em termos genéricos – e que como se verá se aplicam ao quadro que levou à criação e desenvolvimento do Mosteiro objecto deste trabalho. A saber:

- a) O lugar teria de estar ligado ao Poder Eclesiástico e Civil.
- b) Assegurar a proximidade de vias de ligação.
- c) As características do lugar de carácter topográfico e hidrográfico, se possível boas, ou a otimizar.

Ora na Época da fundação do Convento de S. Bento de Cástris, Évora era um importante marco geográfico, dispondo de importantes zonas agrícolas e de fortificações. Tornou-se por isso, também, um marco tanto económico como militar no independente reino de Portugal. Ligados a famílias nobres, os mosteiros Cistercienses ajudavam consolidar e a desenvolver a agricultura e a povoar áreas reconquistadas aos Mouros.

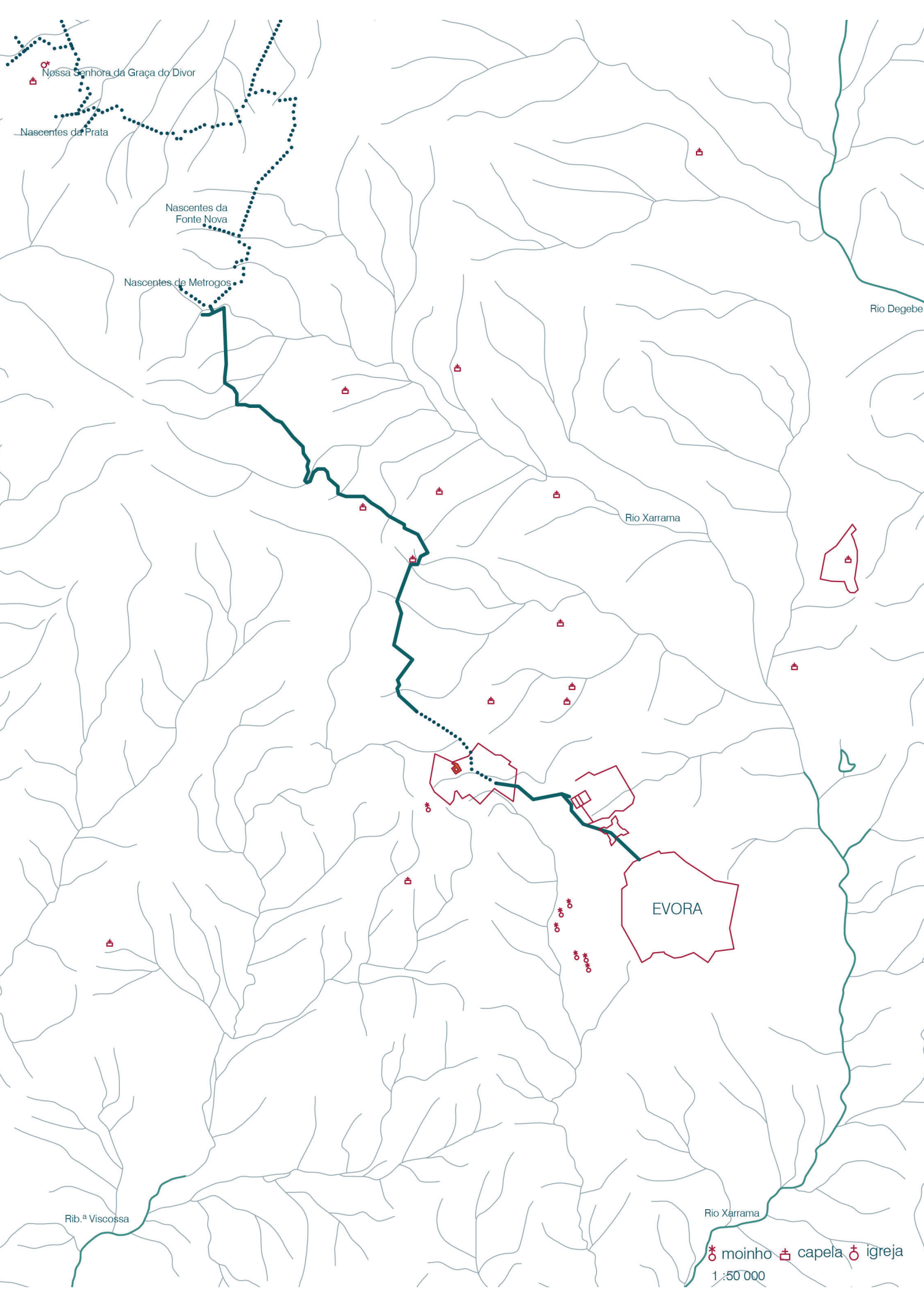
S. Bento de Cástris localiza-se num ponto estratégico de defesa, sendo que ‘Cástris’ era também nome dado a um acampamento militar romano. Não menos importante: dispunha de importantes itinerários que o ligavam ao resto do reino, permitindo a fácil comunicação e trocas comerciais.

Estes factos contribuíram para a construção do convento no preciso local onde se encontra hoje, pois as comunidades femininas cistercienses, normalmente escolhiam zonas férteis e de fácil acesso, ainda que – como assinalámos já – fora dos centros urbanos, dando ênfase à ideia do ‘desertum’.

Vemos assim, para comprovar esta análise, que a actual avenida dos Condes de Vilalva, que dá acesso ao conjunto urbano eborense, poderá ser o que resta da antiga via romana *Ebora Scalabis*, essa mesma que viria a ser denominada ‘Caminho dos Carros’. Esta via seria muito usada, não só para quem se dirigia a Santarém, mas também como ligação entre as zonas rurais a Norte do concelho e a cidade.

Outro importante facto é que a captação de água é garantida devido à formação litológica do lugar. O convento encontra-se no início de um vale orientado a Sul e as restantes elevações, de Oeste a Norte, protegem-no dos ventos. De acordo com os princípios de Clausura e com os princípios Bernardinos, a preferência por zonas de vales, junto a cursos de água era importantíssima. Este local possui grande disponibilidade hidráulica subterrânea, permitindo a sua extracção recorrendo a poços e cisternas; e uma anterior estrutura romana, que viria a ser a base do percurso do Aqueduto das Águas de Prata – como se encontra hoje provado pelos estudos de Francisco Bilou, foi também essencial para assegurar água a uma grande extensão de área.

Figura 37. Carta Corográfica de Portugal na escala 1/50 000. Edição 2.1975. folha 36-C Arraiolos  
Disponível em: Instituto Geográfico e Cadastral. Carta Corográfica de Portugal na escala 1/50 000. Edição 2.1977. folha 40-A Évora, Adaptado de Instituto Geográfico e Cadastral.



Nossa Senhora da Graça do Divor

Nascentes da Prata

Nascentes da Fonte Nova

Nascentes de Metrogos

Rio Degebe

Rio Xarrama

EVORA

Rib.ª Viscossa

Rio Xarrama

moinho capela igreja  
1:50 000



### 5.3. A arquitectura manuelina e tardo-manuelina no Convento de S. Bento de Cástris

O Mosteiro de S. Bento de Cástris, ladeado pela sua extensa cerca, apresenta um conjunto arquitectónico definido por várias fazes de intervenções, sendo que, D. Manuel I dotou o edifício de muitas beneficiações<sup>32</sup>.

*“Os símbolos de realeza de D. Manuel I, ou da missão que Deus parecia ter-lhe confiado, estavam plasmados nas fachadas e nas capelas-mores das igrejas, nos frontispícios dos livros manuscritos e impressos. D. João II, antes de o designar seu sucessor dera-lhe como brasão as armas próprias de Portugal e, como divisa, a esfera armilar.”* Pedro Dias (2002) p.23<sup>33</sup>

Ao contrário do que se pensa, o Manuelino não é um estilo exclusivamente português (normalmente associado aos os Descobrimentos). Na verdade, este estilo não é diferente do dos restantes reinos europeus, onde perdurou o gótico tardio. A decoração arquitectónica, inspirada no gótico flamejante tornou-se mais exuberante e extremamente ornamentada procurando elementos ligados à Natureza. Ainda assim esta Arquitectura era muito permeável relativamente à influência das tradições da zona onde era aplicada. Por isso os testemunhos arquitectónicos desta mesma época diferem de zona para zona. As formas decorativas islâmicas e o mudéjar sentem-se muito em Sintra e Évora, trazidas por D. Manuel I que as presenciou e muito em Espanha.



Figura 38. Claustro do Mosteiro de S. Bento de Cástris  
Fonte: Autor

32 TERENO, Maria do Céu Simões – *Mosteiro de S. Bento de Cástris. Que futuro para este património?* Alcobça, Congresso internacional, Mosteiros Cistercienses, 2012. P3

33 Pedro Dias (2002) p.23

*“Há, no entanto, - como refere Pedro Dias - algo de característico que distingue o manuelino das restantes versões coevas de gótico tardio: o cariz popular da ornamentação e até certos elementos das estruturas arquitectónicas.”<sup>34</sup>*

Mostrando-se muito interessado nas Artes e arquitectura e tendo-lhes descoberto o dom de perdurar, o Rei iniciou grande número de obras, trazendo construtores de Castela, França, Alemanha, Flandres.<sup>35</sup> Essa mão-de-obra, qualificada e de diferentes origens, contribuiu para esta arquitectura dita “manuelina”. Devoto, mas cultivando a sua personalidade como grande patrono, D. Manuel dirigiu muitas das obras para Igrejas e conventos com a adesão fervorosa da Nobreza à sua veia artística num contexto de grande prosperidade do reino, pelo que inúmeros palácios e casas foram erigidos nesta época.

Em Évora estabeleceram-se várias famílias nobres, para acompanharem as visitas da Corte, com D. Manuel e com D. João III. Desta forma, Évora vivia uma fase de incremento social e cultural, pois a proximidade dos monarcas implicava também um conjunto de obras, tanto a nível das infraestruturas, designadamente quanto a estruturas viárias, abastecimento de água, sistema de defesa e até no cuidado com os edifícios da cidade.

S. Bento de Cástris não foi exceção, sendo alvo de várias campanhas de obras e ampliações no auge do Manuelino sendo um dos seus principais construtores o prestigiado mestre foi Estêvão Lourenço.<sup>36</sup>

Nessa altura existiam apenas duas alas claustrais, a Sul e a Este e, por ordem de D. Manuel I, Estêvão Lourenço construiu as outras duas alas em falta, imitando a linguagem das anteriores. Construiu então um claustro de planta trapezoidal (mais tarde acrescentado e apresentando dois pisos) cujas abobadas são abatidas em arco artesoadado chanfrado.<sup>37</sup>

Apesar da consagração da Igreja original se ter dado em 1328, veio a ser totalmente transformada durante o reinado de D. Manuel e passou a apresentar, numa obra de ampliação, uma nave única de planta rectangular, com abóbadas manuelinas que se dividem em 3 tramos cujas chaves têm motivos heráldicos, a “empresa” do Rei e temas vegetalistas.

A antiga Sala do Capítulo sofreu também alterações e, por esta altura, construiu-se uma abóbada de nervuras quase planas rematadas com chaves onde aparece representada a esfera armilar.

---

34 Idem, p.28

35 DIAS, Pedro – *MANUELINO, à descoberta da arte do tempo de D. Manuel I*. Lisboa, Electa, 2002. ISBN: 972-26-2098-3

36 Idem

37 TERENO, Maria do Céu Simões – *Mosteiro de S. Bento de Cástris. Que futuro para este património?* Alcobaca, Congresso internacional, Mosteiros Cistercienses, 2012. P3

### 5.3.1. Estaleiros Eborenses (S. Francisco de Évora, Convento Nossa Senhora do Espinheiro e Galeria das Damas do Paço Real Dom Manuel)

A “fábrica” de S. Bento de Cástris, como se viu, contou com a presença de um afamado mestre.

Ora, uma das obras que, em Évora-cidade contara anteriormente com a sua intervenção foi o grande Mosteiro de Francisco de Évora. Obra do séc. XIII, tal como S. Bento de Cástris, foi objecto de grande ampliação no reinado de D. Afonso V, numa empreitada não concluída, e ainda no tempo de D. João II que terá lançado nova empreitada indicando o caminho de monumentalização que se lhe seguiu. O mestre destas obras de finais do século XV é desconhecido, mas teria de ser um experiente construtor. Em 1501 já se preparava o estaleiro para o abóbado da igreja – à altura, decerto, a maior do reino, se exceptuarmos Batalha e Alcobaça.

No ano de 1508, D. Manuel I patrocinou a continuação das obras na castra, e em 1515 elas continuavam a bom ritmo. É neste ciclo que entra em acção a empreitada dirigida por mestre Estevão Lourenço.

As torres cónicas vêm substituir os pináculos e o topo tem ameias decorativas.

A planta da Igreja, é de uma só nave, abobadada. Os arcos torais encontram os terceletes nas mísulas ao longo da grande nave e entre eles, existem capelas abobadadas que servem também de contrafortes. A capela-mor conta com uma abóbada mais rica com dois tramos estrelados (sendo que a abóbada da nave conta apenas com 3 chaves por tramo), muito semelhante às abóbadas da Igreja de S. Bento de Cástris. A sala capitular também pertence à época manuelina, com abóbado que é rebaixado de nervuras praticamente planas.

Figura 39. Altar-mor, Igreja de S. Francisco de Évora  
Disponível em:  
<https://www.guiadacidade.pt/es/destino/poigf/20392>



Figura 40. Igreja de S. Bento de Cástris  
Fonte: Autor



Encostado a S. Francisco de Évora, e fruto da apropriação gradual pelos monarcas das instalações do convento franciscano, quando estadiavam em Évora, veio a instalar-se o Paço. Decidiu-se *“que as câmaras reais ficassem à guarda do Convento e fossem de uso exclusivo da família real”*.<sup>38</sup>

Assim, anexado a S. Francisco de Évora, D. Afonso V elege este lugar para Pousada Real e da Corte. D. Manuel, por sua vez, manda embelezar os edifícios e, patrocina uma campanha de obras de 1502 a 1520, onde se incluem a Sala da Rainha, Enfermaria, Livraria, os quartos dos Infantes, a Capela Real, Sala dos Coutos e a Galeria das Damas. Estas obras são feitas por arquitectos *“educados no mudéjar espanhol”*.<sup>39</sup>



Figura 41. Galeria das Damas, Palácio de D. Manuel, Évora  
Disponível em:  
<http://www.historiadeportugal.info/palacio-de-dom-manuel/>

A Galeria das Damas é uma parte interessante do manuelino e da proximidade com a arte de herança árabe. Possui dois pisos e o superior tem uma grande varanda, com duas janelas claramente manuelinas e ainda com um coruchéu. Possui ainda uma dupla arcada com arcos semi-circulares de clara inspiração magrebina ou hispano-mourisca (i.e. mudéjar).

---

38 \*SIPA – cronologia do Paço Real

39 DIAS, Pedro – *MANUELINO, à descoberta da arte do tempo de D.Manuel I*. Lisboa, Electa, 2002.

Outro importante conjunto arquitectónico contemplado nas campanhas de obras de D. Manuel I foi o Convento de Nossa Senhora do Espinheiro. Fundado no séc. XV e entregue aos frades Jerónimos, seria o local onde se instalava a Grande Nobreza. Também este convento foi objecto de grandes obras durante o reinado de D. Manuel I, e em época coeva a Cástris, deduzindo-se as grandes semelhanças com S. Bento de Cástris é quando comparamos ambos os claustros de dois andares, abobadado e de características regionais, lembrando também o dos Lóios.



Figura 42. Claustro do Convento dos Espinheiro  
Disponível em:  
<https://luxuryhotelawards.com/wp-content/uploads/2016/04/Claustro-e1470484250363.jpg>

Acontece assim que entre estes edifícios se nota um “ar de família”. E este “ar de família” deve-se em grande medida ao ambiente e cultura arquitectónica de Évora, em que desde o tempo de D. João II passando pelo reinado de D. Manuel – este já dispoñdo de meios avultados – se operou uma distinção entre o tardo-gótico português de raiz tradicional e a nova moda “mudéjar” com influências da Catalunha e da França meridional, bem patente nos volumes cilíndricos, por um lado, no uso de grafitos na ornamentação, caracteristicamente “mudéjares” e, também, na adopção de sintagmas como as janelas de arco ultrapassado ou em ferradura, num assumo de revivalismo mourisco, se assim se lhe poderá chamar, algo que na mesma altura se experimentava nos grandes empreendimentos áulicos de Sintra, no caso do Palácio da Vila, e em obras de solares alentejanos, e que continuaria a fazer os seu percurso antes do advento do Renascimento, em praticamente todas as regiões a sul do Tejo e mesmo, na Grande Estremadura.

## 5.4. Análise 01 Fases Construtivas

### 5.4.1. Fases construtivas

Séc. XIV - 1º Se a Igreja primitiva data de 1380, supondo-se neste contexto a distribuição dos espaços essenciais - Dormitórios, Refeitório - à volta de um primitivo Claustro com galerias apenas nas alas Sul e Nascente, e que marcariam respectivamente a Ala das conversas e a Ala das monjas.

Séc. XV 1430 - pequeno alpendre entre a igreja e os dormitórios primitivos claustro nas alas sul e nascente.

Séc. XVI: 1ª campanha

1520-21 - Estêvão Lourenço, mestre pedreiro, realiza dois lanços do claustro (poente e norte), e abóbadas nos 4 lados do claustro, em tijolo chanfrado.

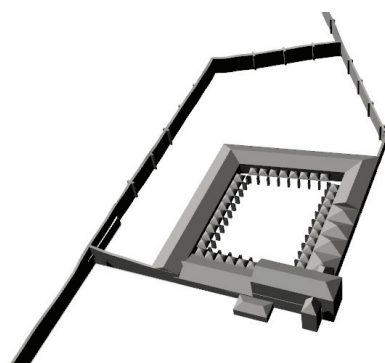
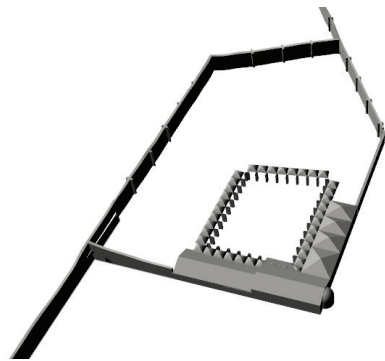
Séc. XVI: 2ª campanha

1520-1530 - Claude de Bronseval descreve o Mosteiro como pequeno, constituindo um sistema de Auto-clausura, e adiciona a localização da sacristia, perto da entrada da igreja.

1550-1570 - 3ª campanha

1575-1600 - Enfermaria e refeitório no piso térreo (chaminé data de 1567)

1587 - Nova ala este, no piso térreo como dormitório e abre-se o vão da antiga sala do capítulo para a nova em 1589.



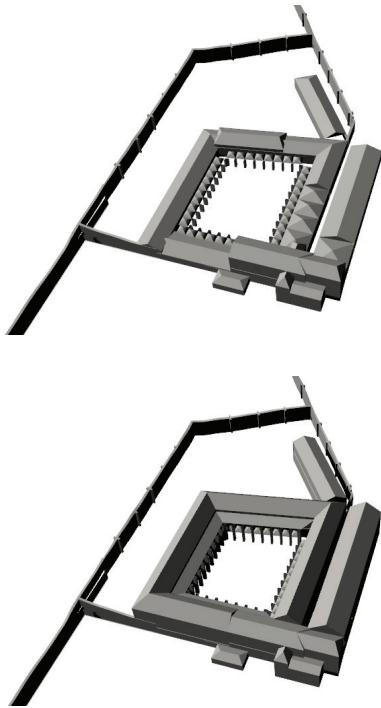


Figura 43. Visualização 3D da evolução do Mosteiro de S. Bento de Cástris.

Fonte: Autor

#### 4ª campanha séc. XVII

No mosteiro fizeram-se sentir sobretudo nos pisos superiores do mosteiro. No primeiro piso: construção dos dormitórios paralelos - das monjas e conversas -, com celas individuais, de paredes e tecto de masseira, de que constaria também longa varanda de madeira, com balcões e balaústres de madeira que acompanhava as celas ao nível das cimalthas, com claraboias, para permitir eficaz controle por parte da monja vigilante; construção do primeiro piso da Enfermaria, encimado com altar de alvenaria, estucado e escaiolado, acompanhado lateralmente por pintura a têmpera; na galeria do claustro deste piso, obras nas coberturas e ao nível das decorações: a capela ao lado da actual Biblioteca.

1687 - Dormitórios no piso superior (“obras de consolidação do claustro”)

1697 - Aumento da enfermaria para o piso superior. Já o pátio, é do século XVII, a actual entrada no mosteiro - frontão triangular, pináculos de granito, armorial de S. Bernardo em mármore,

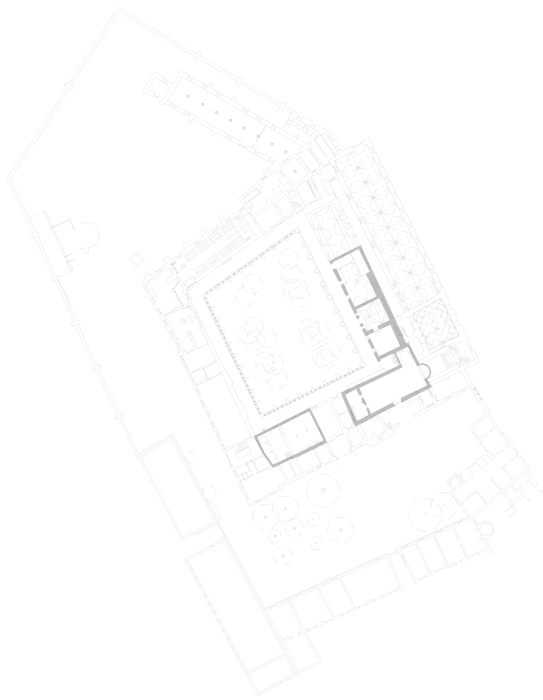
1825 - Derrocada da ala mais antiga do claustro, a nascente, e consequente construção da ala sobre a forma de uma varanda.

#### SEC XIX-XX: OCUPAÇÕES ESPÚREAS .

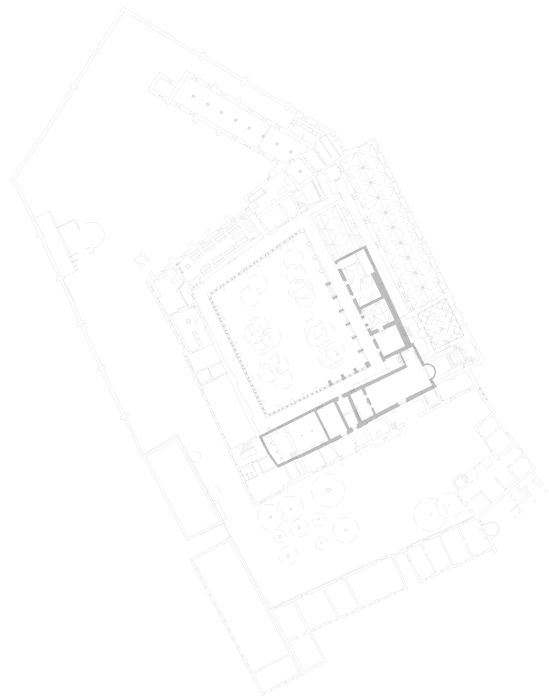
Estação químico-agrícola

Campo experimental da circunscrição agrícola do sul

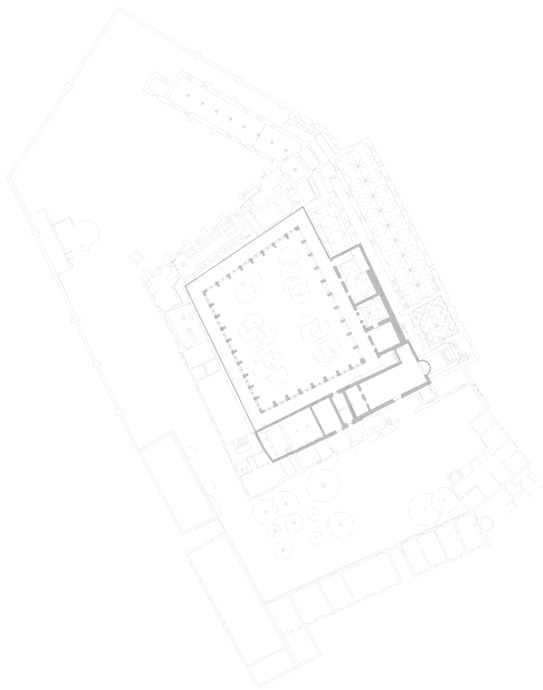
Casa pia



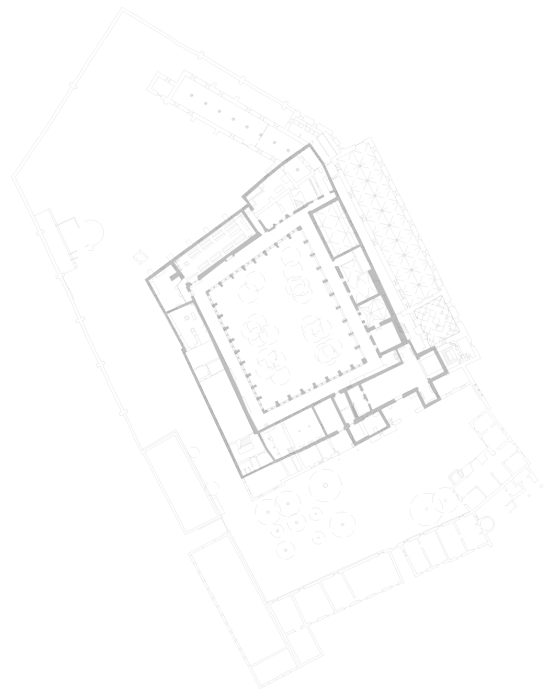
1



2



3



4



5



6



Séc. XIX-XX

Figura 44. Plantas da evolução do Mosteiro de S. Bento de Cástris  
Fonte: Autor

#### 5.4.2. Programas decorativos

A partir do séc. XVI, S. Bento de Cástris sofreu inúmeras obras. A construção das alas do Claustro apresentam diferentes tipos de arcos e colunas. Os capitéis das colunas, com motivos vegetalistas e antropomórficos.<sup>40</sup> No piso superior temos arcos abatidos, em ferradura.

Ainda no séc. XVI, muitas das religiosas vinham de famílias Nobres, sendo que nesta altura o mecenato<sup>41</sup> era muito importante. Temos o caso da nobre abadessa D. Violante de Silveira que conta com diversas encomendas de retábulos a artistas conhecidos na época.

Por exemplo, em 1534, S. Bento de Cástris recebe A Anunciação e O Nascimento de Jesus, de Estêvão Tomás.

Também nomes como Diogo Contreiras realizaram obras para o Mosteiro: em 1546 realiza o retábulo-mor e, mais tarde, em 1554 realiza o retábulo de S. João Baptista no Ermo.

António de Holande, iluminador Régio aparece também em documentos relacionados com encomendas em S. Bento de Cástris.<sup>42</sup>

A enfermaria, por sua vez, de finais do séc. XVI, é sustentada por coluna dóricas, em granito e os tectos são em abóbadas de nervuras.

No refeitório, cuja entrada é feita por um portal Renascentista em mármore, é possível encontrar no seu interior paredes revestidas a azulejos que datam 1654. O tecto, em abóbada de canhão, possui caixotões em estuque com uma série de frescos mostrando as estações do ano, os meses, os quatro elementos, S. Bernardo de Claveral e outros motivos.

Do séc. XVIII temos uma campanha decorativa azulejar e abundância da talha dourada. Temos na Igreja 19 painéis de azulejo legendados, mostrando a vida de S. Bernardo e atribuídos à fábrica do Rato. Existem outros dois, que se encontram nos braços do transepto, virados para o altar-mor que deverão ser de datas posteriores, já que não possuem legenda. Este século é também marcado pelo uso da talha dourada no altar-mor. O coro-baixo apresenta uma cobertura em abóbada Barroca sobre a anterior estrutura.

---

40 TEREÑO, Maria do Céu – *Mosteiro de S. Bento de Cástris – que futuro para este património?* Em: Congresso Internacional, Mosteiros Cistercienses. Alcobaça, 2012

41 *“São esses laços com as famílias poderosas da cidade que explicam a importância dos empreendimentos artísticos operados na Casa cisterciense e os recursos que permitiram a escolha pelos melhores artistas da capital!”* CONDE, FERRÃO

42 CONDE, Antónia Fialho; Serrão, Vitor *A encomenda de retábulo para o mosteiro de São Bento de Cástris em 1534: mecenas, artistas e agentes envolvidos.* In *Artis - Revista de História da Arte e Ciências do Património*, 2ª série, nº 3. Lisboa. Ed. Caleidoscópio, 2015, pp. 8-15



Figura 45. Igreja do Mosteiro de S. Bento de Cástris  
Fonte: Autor

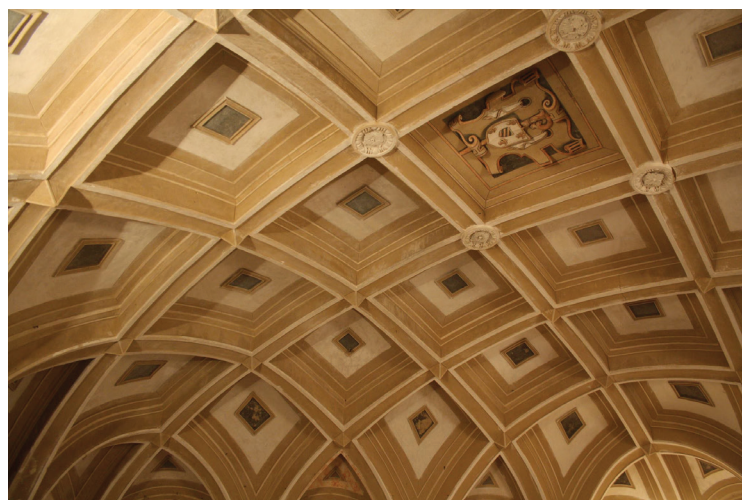


Figura 46. Igreja do Mosteiro de S. Bento de Cástris, Coro-baixo  
Fonte: Autor



Figura 47. Vestígios de Azulejo, Claustro SBC  
Fonte: Autor



Figura 48. Claustro SBC  
Fonte: Autor



Figura 49. Azulejos do antigo refeitório de SBC  
Fonte: Autor

## 5.5. Análise 02 – diagnóstico

### 5.5.1. Implantação

O mosteiro de S. Bento de Cástris situa-se na peneplanície alentejana, a 2,5 km de Évora e a cerca de 263m de altitude.

Situa-se num enclave de três bacias hidrográficas: Tejo, Guadiana e Sado. Para a região Oeste de Évora, os cursos de água mais significativos são a ribeira das Alcáçovas e o Xarrama.

Segundo Antónia Conde (1998), esta é uma zona de perigo de erosão e desertificação e por isso é que o conhecimento da gestão dos solos é de extrema importância. Este trabalho de agricultura era já dominado pelos Cistercienses pois a sua subsistência dependia em grande parte dele. Enquanto que algumas terras eram exploradas, as outras serviam para a pastagem ou eram deixadas entregues ao mato. A Massa geológica de Évora e da zona de implantação do convento permite a divisão dos terrenos para diferentes culturas. (ver figura 50)

- 1 - Gabro e Diorito: zona fértil de hortas, pomares e vinhedos.
- 2 - Quartzodiorito: Olivais
- 3 - Gnaisses: captação de água

Figura 50. Massa Geológica na zona de Implantação do Mosteiro SBC

Disponível em: INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL. Carta Geológica de Portugal. 1969. folha 40-C Évora | INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO. Carta Geológica de Portugal. 1998. folha 36-C Arraiolos, Adaptado



As condições geológicas e hidrogeológicas, permitem uma fácil captação de água, sendo que, como apresentado na imagem, S. Bento se encontra no centro de três formações. Os gabris e diorites, são zonas férteis e irrigadas. Os quartzodioritos e granodioritos, para além da água, corresponde a uma mancha de mata. Finalmente, na zona das gneisses, temos uma zona de olivais.<sup>43</sup>

43 MASCARANHAS, José Manuel P. B. de, ABECASIS, Maria Helena, JORGE, Virgolino Ferreira, *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*; Lisboa, Fundação Oriente, 1996.

### 5.5.2. Sistemas Hidráulicos

A presença de água nos mosteiros era imperativa, primeiro *“pelo seu simbolismo baptismal e purificador”*<sup>44</sup> e segundo, por ser de facto essencial à sobrevivência. A clausura cisterciense obrigava à sua autossuficiência pelo que era necessário garantir água aos vários espaços do Mosteiro.

Estes monges dominaram por isso o uso da água, conseguindo com diversas construções e sistemas hidráulicos manter os seus mosteiros sempre abastecidos. No caso de S. Bento de Cástris e da Cidade de Évora, o aqueduto das Águas de Prata foi muito importante para o abastecimento, sendo que há registos de que D. João IV cedeu uma “pena de água na arca do cano da Água de Prata<sup>45</sup> ao mosteiro.

A noroeste da cidade de Évora, no monte de S. Bento, local onde se situa o Mosteiro de S. Bento de Cástris, a formação litológica que se conhece, como já referido, é a de quartzodiorito e granodiorito. Isto propicia uma grande disponibilidade hídrica subterrânea.

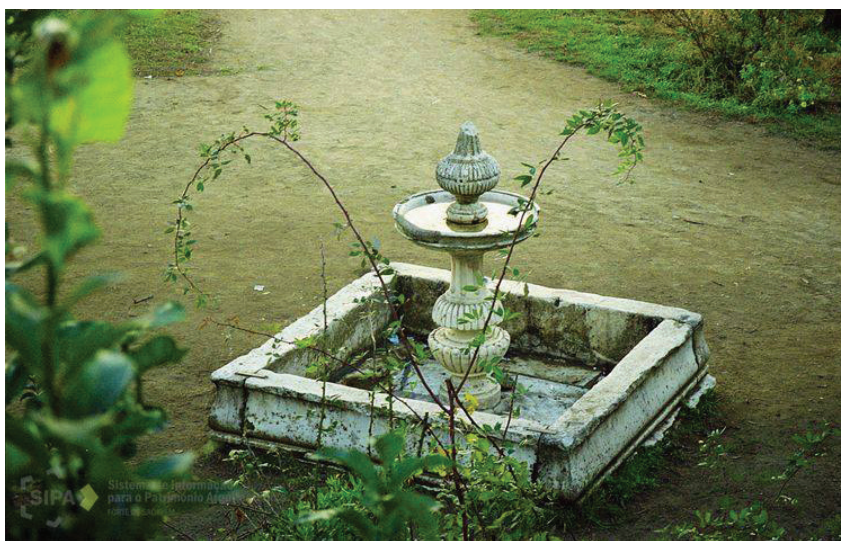


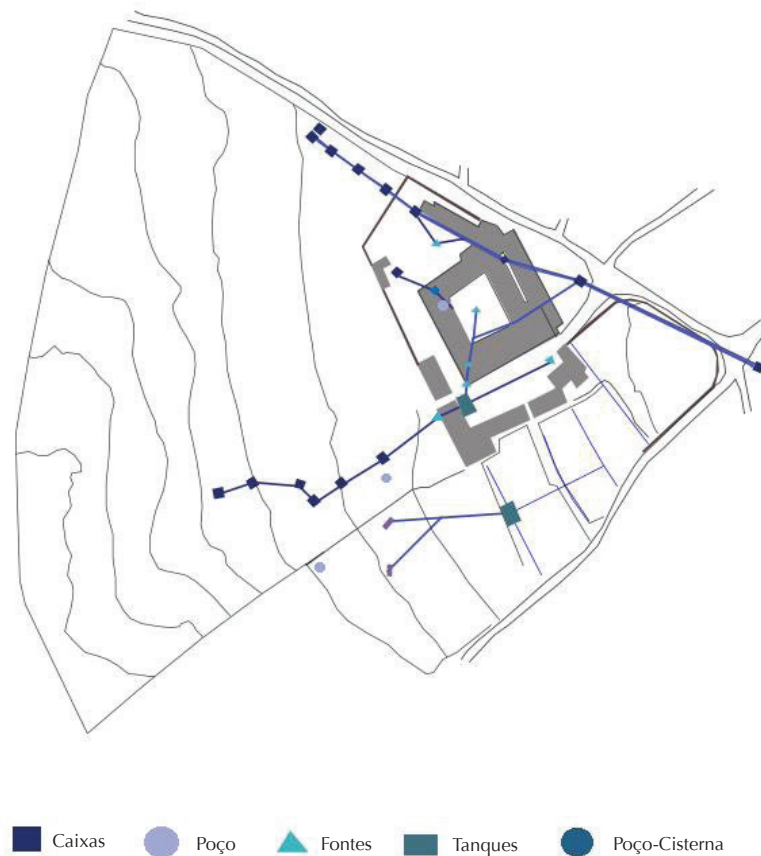
Figura 51. Fonte do Claustro do Mosteiro de SBC

Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9994cc361eaf1&nipa=1PA.00006511](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9994cc361eaf1&nipa=1PA.00006511)

44 .CUNHA, João Alves (2005) p.451

45 CONDE, Antonia (1996-1997) p.260

Figura 52. Sistemas de Adução ao Mosteiro SBC  
 Adaptado de: MASCARENHAS, José Manuel P. B. de, ABECASIS, Maria Helena, JORGE, Virgolino Ferreira, Hidráulica Monástica Medieval e Moderna; Lisboa, Fundação Oriente, 1996



Segundo os estudos de Elsa Caeiro, António Borges Abel e José Manuel Mascaranhas, poder-se-á reconhecer em S. Bento de Cástris três sistemas hidráulicas, cada um para um diferente objectivo:

- *captação e adução de água potável ao edifício conventual.*
- *captação e adução de água para utilização doméstica e para saneamento (primitiva adução para múltiplos usos).*
- *captação e alimentação do sistema de rega.*<sup>46</sup>

Os primeiros dois sistemas funcionam através de várias galerias subterrâneas pontuadas por poços. A existência de pontos de captação autónomos também é verificável, sendo exemplo a cisterna que se encontra no Antigo Refeitório das monjas.

O último sistema, de rega, funcionava através de uma rede ligada a um tanque, que por sua vez era alimentado por duas minas.

Desta forma é possível afirmar que, embora não existindo um curso de água permanente, os recursos hidrogeológicos locais eram suficientes para uma fácil captação.

46 MASCARENHAS, José Manuel P. B. de, ABECASIS, Maria Helena, JORGE, Virgolino Ferreira, *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*; Lisboa, Fundação Oriente, 1996.



Figura 53. Fonte de Refresco das Monjas de SBC,  
fora da cerca pequena  
Fonte:[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511)

### 5.5.3. Descrição das fachadas

No alçado sul pode-se observar o portal manuelino que dá acesso à Igreja que aliás ocupa grande parte da fachada. Podemos também observar o arco abatido que permite aceder à portaria do edificado.

É possível adivinhar os vários pisos pelo conjunto de vãos com formas e tamanhos diferenciados. Esses pisos correspondem também a diferentes fases construtivas do conjunto.



Figura 54. Entrada da Igreja de SBC, Alcado Sul  
Fonte: Autor



Figura 55. Entrada do Mosteiro de SBC, Alcado Sul  
Fonte: Autor

A ponte, apresenta um alçado de vãos regulares respeitando uma métrica. Esta zona corresponde já ao período de adptações levado a cabo para acolher a secção masculina da casa pia.



Figura 56. Fachada do Mosteiro de SBC, Alcado Poente  
Fonte: Autor

A ala norte, conta com uma volumetria irregular marcada pelos contrafortes.



Figura 57. Fachada do Mosteiro de SBC, Alcado Norte  
Fonte: Autor

Finalmente, a nascente, observa-se o alçado da grande Sala do Capítulo e ainda a cabeceira da Igreja, cujo amplo volume se percebe na zona de entrada para o pátio da carruagem onde o piso térreo apresenta vãos regulares.



Figura 58. Fachada do Mosteiro de SBC, Alcado Nascente  
Fonte: Autor

#### 5.5.4. Dependências (Actualidade)

- 1 - Igreja
- 2 - Antiga Sala do Capítulo
- 3 - Coro-baixo
- 4 - Sacristia
- 5 - Nova Sala do Capítulo
- 6 - Outras Dependências
- 7 - Antigo Refeitório
- 8 - Cozinha/Copa
- 9 - Antiga Enfermaria/Lavandaria
- 10 - Entrada
- 11 - Antiga Casa do Capelão
- 12 - Outras Dependências: Centro de Património
- 13 - Jardim do Claustro
- 14 - Pátio da Lavagem
- 15 - Zona Construída para a Casa Pia (Novo Refeitório)
- 16 - Dormitórios
- 17 - Antiga Enfermaria/Dormitórios Casa Pia
- 18 - Biblioteca
- 19 - Coro-alto
- 20 - Sala de aula, Casa Pia

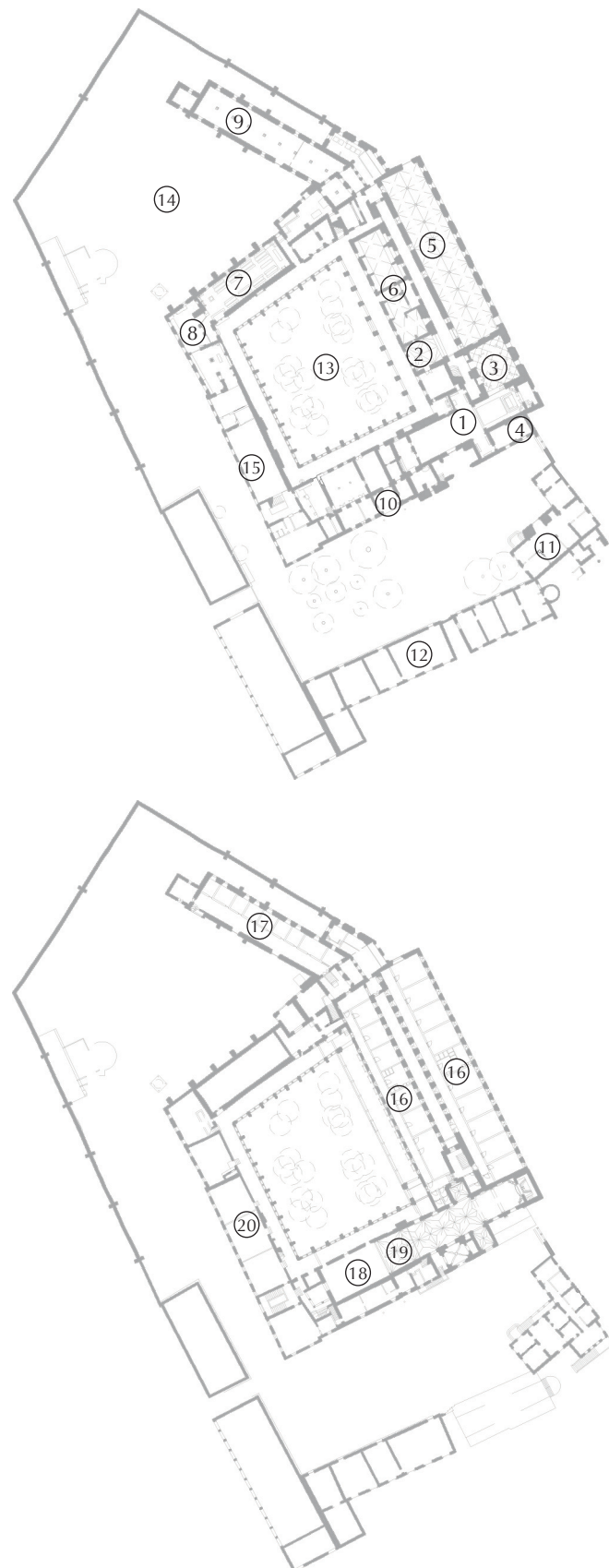


Figura 59. Dependências de SBC  
Fonte: Autor





### 5.5.5. Cultura arquitectónica: o Alto Alentejo da segunda metade do século XVI ao século XVIII: síntese

Em finais do séc. XVI, ainda reinando El Rei D. João III, continuam, enquanto os proventos do reino o permitiram, a ser construídas e a ser objecto de obras inúmeras Igrejas. Normalmente estas igrejas passam a oferecer uma nave única, de grande escala. Nota-se ainda que os tectos passam a apresentar, muitas das vezes, abóbadas estreladas, como afirmam Reis e Chicó (1983), que se apoiam já em mísulas de perfil renascentista.

Acontece que, durante os períodos de estadia da corte manuelina, por questões de gosto, mas sobretudo por razões que se prendem com a cultura arquitectónica da época, a grande maioria das obras obedecia a uma espécie de continuidade, apenas pautada pela intromissão enriquecedora e mais enfática, no sul alentejano, da marcação ornamental mudéjar, hispano-mouriscas, ou com influências da Europa mediterrânica, como sugerimos mais acima.

Todavia, as inovações que chegavam da Europa e, em especial de Itália, ao encontrarem agora, um terreno cultural fértil, em que humanistas como André de Resende, Nicolau Clenardo ou Damião de Góis pontificavam, iriam acabar por transformar gradualmente essa cultura arquitectónica, de início através de apontamentos ornamentais “ao romano” e por fim, com propostas construtivas completamente contrastantes com as do tardo-Gótico manuelino. Entrava em cena o classicismo ou a obra “ao antigo” e “ao romano”. Em Évora, lugar de predilecção da estadia da corte joanina, esta corrente seria cada vez mais forte, e a própria existência dos pergaminhos romanos de Eborá Liberalitas Júlia, reais ou imaginados, ofereciam o pano de fundo às experiências do Renascimento, tornando a cidade o epicentro – mais do que Lisboa ou qualquer outra cidade portuguesa – da renovação da linguagem, arquitectónica, e de forma algo precoce. Assim, obras com ao Igreja de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup> da Graça de Évora (1535-1555) ou a Capela do Bom Jesus de Évora (1550), constituam depoimentos de uma nova forma de conceber e de arquitectar, em tudo a contra-corrente em ruptura com as tradições góticas ou tardo-góticas.

Figura 60. Capela Bom Jesus de Valverde, Évora  
Disponível em:  
<http://seralentejano.blogspot.pt/2012/01/igreja-do-cv-bom-jesus-de-valverde.html>

Figura 61. Igreja da Graça, Évora  
Disponível em:  
<http://manualdoturista.com.br/wp-content/uploads/2015/10/Igreja-da-Gra%C3%A7a-%C3%89vora-Portugal.jpg>



Reis e Chicó (1983) assumem que as manifestações iniciais do Renascimento no Alto Alentejo e em Évora se notam desde logo na Capela do Esporão da Catedral de Évora. As abóbadas nervuradas perduram, mas começam também a surgir cúpulas com secções poligonais e até circulares. Mas se na segunda metade do século XVI encontramos exemplos que podemos considerar pioneiros e de vanguarda, cedo esta revolução estética, sobretudo no domínio da arquitectura se vai modelando a maneiras mais modestas ou menos experimentais, encontrando um equilíbrio em que a sobriedade, ela própria exigida pela Contra-Reforma, mas também pelas limitações económicas que começaram a surgir, exigiram meios mais sóbrios, austeros mas eficazes de erigir – aquilo a que George Kubçler, num estudo clássico, definirá como “arquitectura chã”. E é esta modalidade que irá prevalecer durante o resto do século XVI, perdurando, em grande medida até ao século XVIII, ou melhor, até ao advento do Barroco “internacional” no reinado de D. João V. Essa linguagem mais uniforme começa a notar-se a partir do séc XVII, nas grandes e altas naves das Igrejas onde as paredes são normalmente divididas por pilastras. No coro *“é empregado o mesmo sistema de cobertura ou uma abóbada ligeira e quase plana que repousa numa parede de nervuras de aresta viva que se interpenetram e estão dispostas obliquamente como as do claustro da Graça de Évora, dos Lóios de Arraiolos, da Sacristia de S. Bento de Cástris(...)”*<sup>47</sup>

É de notar que, apesar dos dois autores citados mencionarem a Sacristia de S. Bento de Cástris, estão na realidade a descrever o coro-baixo.

Figura 62. Claustro da Graça, Évora

Disponível em:  
<http://viverevora.blogspot.pt/2011/03/evora-perdida-no-tempo-claustro-do.html>

Figura 63. Coro-baixo de SBC  
Fonte: Autor



47 REIS, CHICÓ, 1983

Ora é de ter em conta que em Cástris, estas correntes também se manifestaram em algumas soluções construtivas. Em bom rigor, tanto Renascimento inicial, quando a arquitectura-chã acabam por estar presentes, especialmente nas ampliações de finais do século XVI e inícios e meados do século XVII. Não são tão marcantes e cada vez mais parecem resultar de um partido utilitário, mais do que da vontade de estatuir um novo “estilo”. Mas não deixam de influenciar esses trechos do edificado, mesmo que desconheçamos, como é o caso, e para esse período, a maior parte dos mestres (ou “arquitectos”, porque assim já lhes poderemos chamar) desses trabalhos.

### 5.5.6. Materialidades e Estruturas

Em termos estruturais, o Mosteiro de S. Bento de Cástris foi executado com alvenarias ordinárias que, segundo João Mascarenhas (2002)<sup>48</sup>, poderemos encontrar sobretudo nos sistemas de arco e abóbadas compostos por alvenarias de pedra irregular e argamassa cujos blocos poderão ser de dimensões variadas, ou alvenarias de tijolo e/ou pedra, também eles misturados com argamassas. Há que salientar que nestes casos, a aderência e resistência da argamassa é de extrema importância, mais ainda que a forma dos blocos.

Antónia Conde (1996-1997) afirma que a intervenção de Estêvão Lourenço no Claustro que foi documentada, se refere a fundações em alicerces de alvenaria para sustentar os pegões (ou contrafortes) até ao nível do chão e depois a colocação de pedraria.<sup>49</sup>

Até ao séc. XV o sistema de cobertura era feito em madeira que assentava nas colunas. Posteriormente, a partir do séc. XVI, todo o sistema foi substituído por um de abóbadas de cruzeiro em tijolo chanfrado e alvenaria, assentadas em *“pegões” de pedraria, com três palmos de sacada e cinco palmos fora da parede, do lado de dentro do claustro.* As capellas<sup>50</sup> das abóbadas eram também feitas em tijolo.

48 MASCARENHAS, João Mateus – *Técnicas Tradicionais da construção de alvenarias*. Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

49 CONDE, Maria Antónia – *O sentido do tempo num espaço conventual. S. Bento de Cástris*. Évora, 1996-1997

50 O termo “Capellas” aplica-se para denominar os tramos das abóbadas – PEREIRA, Paulo, *A “FÁBRICA” Medieval. Conceção e construção na arquitectura Portuguesa (1150-1550)* – Parte 3.

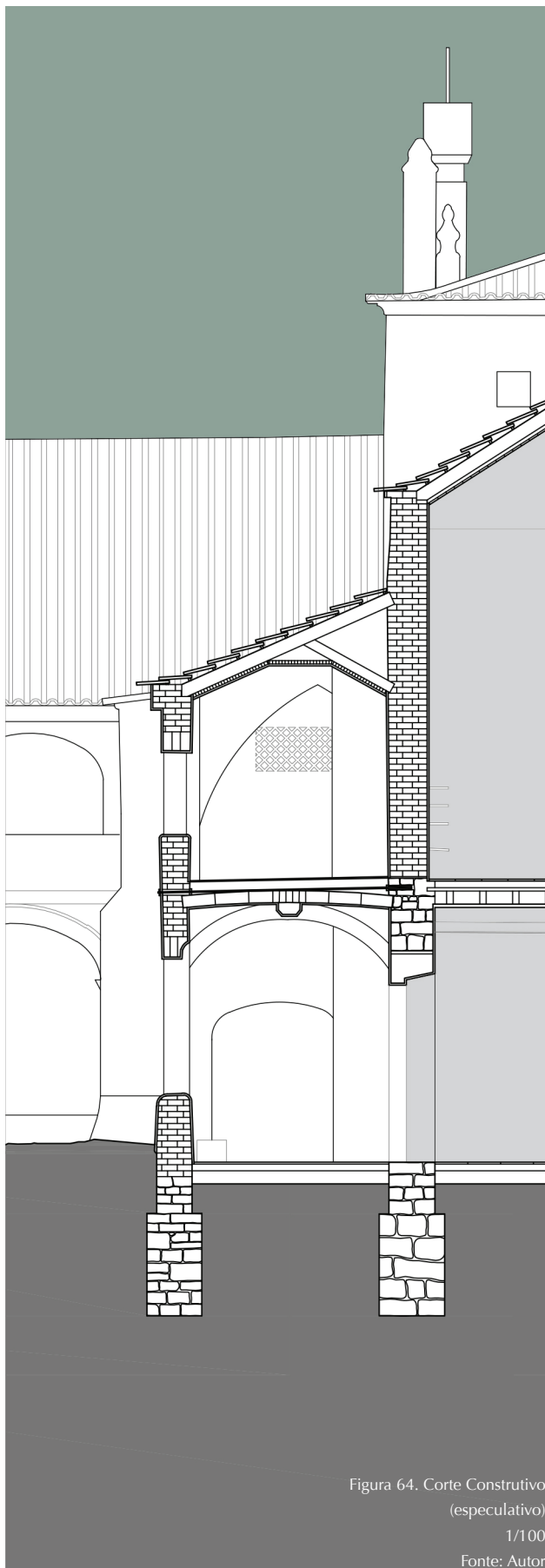


Figura 64. Corte Construtivo (especulativo)

1/100

Fonte: Autor



Figura 65. Mosteiro S. Bento de Cástris, 1937

Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511)

Figura 66. Mosteiro S. Bento de Cástris, 1937

Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511)

Um dos sistemas construtivos da cultura arquitetónica medieval são as abóbadas. Estas permitem, de um ponto de vista estrutural, cobrir grandes vãos. Ao longo do tempo a complexidade das suas nervuras deixou de ser apenas por motivos estruturais e de sustentação das coberturas e passaram também a ter um papel de ornamentação.

São Bento de Cástris não é exceção e possui vários tipos de abóbadas aqui demonstradas.

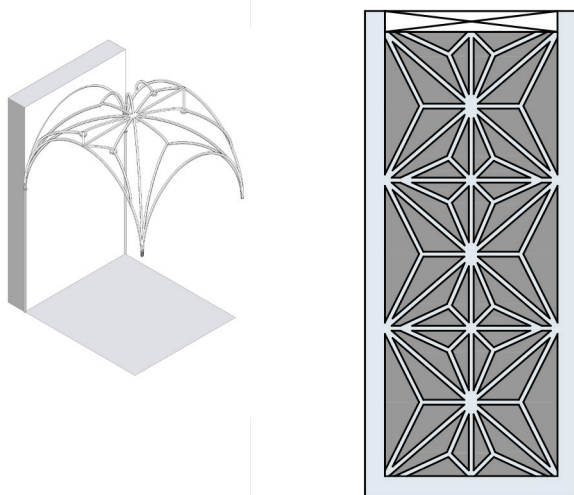


Figura 67. Representação 3D e 2D Complementada com fotografia das abóbadas da Igreja de SBC  
Fonte: Autor

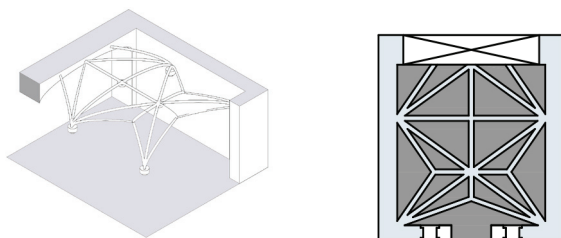


Figura 68. Representação 3D e 2D Complementada com fotografia das abóbadas da antiga Sala do Capítulo de SBC  
Fonte: Autor

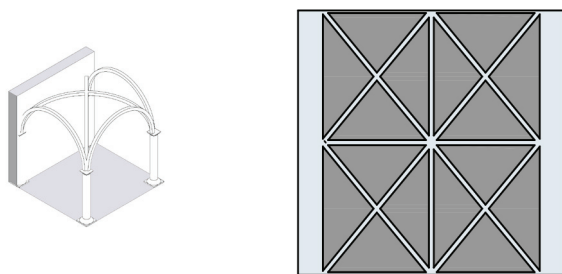


Figura 69. Representação 3D e 2D Complementada com fotografia das abóbadas da nova Sala do Capítulo de SBC  
Fonte: Autor

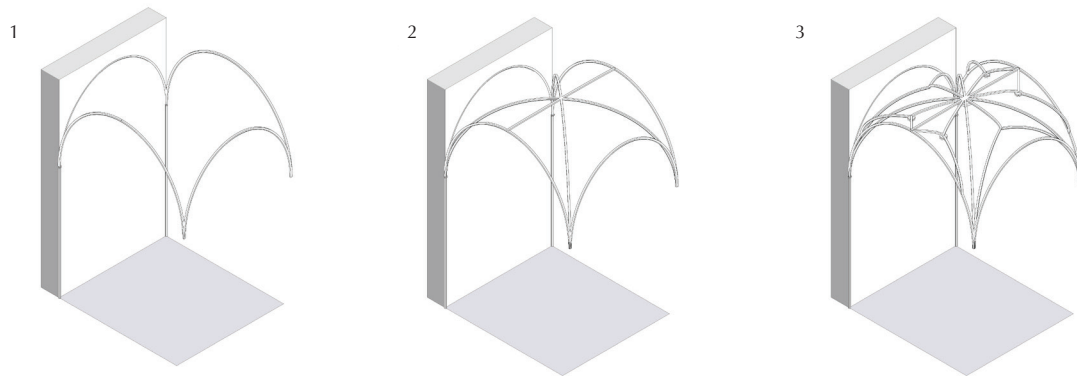


Figura 70. Esquema do abóbodamento da Igreja de SBC. 1 - Arcos Formeiros; 2 - Arcos Cruzeiro; 3 Terciarões e Liernes  
Fonte: Autor

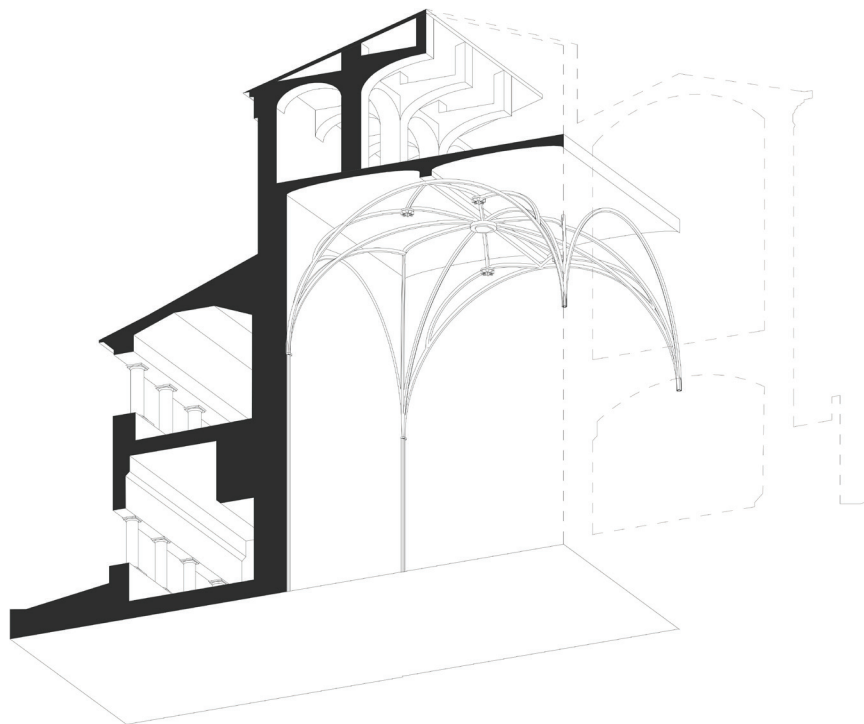


Figura 71. Representação 3D de um tramo da abóbada da Igreja de SBC  
Fonte: Autor

### 5.5.7. Graus de Conservação e Anomalias

No âmbito das intervenções de reabilitação é necessário um estudo para a identificação das principais causas que levam à degradação do edificado. Para isto há que ter em conta que estamos perante um edifício praticamente devoluto, com pouca manutenção, onde vários factores contribuem para o aparecimento de anomalias na arquitectura, tais como as diferentes épocas de construção, os diferentes usos no edifício, o meio ambiente em que se encontra, o conhecimento limitado relativamente ao desempenho dos vários materiais e a acção humana. É possível perceber que se deu um envelhecimento dos materiais pela acção do meio ambiente, sendo que a falta de manutenção acelera esta degradação.



Figura 72. Degradação Exterior  
Fonte: Autor

A humidade e a precipitação também contribuem para o aparecimento das anomalias. Manifestam-se através das manchas de humidade, de eflorescências e do escorrimento de água. Podem ainda ocorrer condensações e conseqüentemente o aparecimento de líquenes-fungos (cianobactérias e micobiontes) ou bolores.



Figura 73. Humidade  
Fonte: Autor



Figura 74. Bolores



Figura 75. Líquenes-fungos  
Fonte: Autor



Figura 76. Eflorescências  
Fonte: Autor

A perda do revestimento exterior deixa exposto o material que constitui a parede. Desta forma, o envelhecimento do edifício é acelerado pois o material estrutural está comprometido devido à sua exposição directa ao meio ambiente. Normalmente estas anomalias em paredes de alvenaria são devidas à humidade, que enfraquece a argamassa e conseqüentemente leva a uma separação dos vários elementos constituintes da parede. Mas também os elementos em madeira são afectados pela humidade com o aparecimento de térmitas e fungos. Na madeira seca, o ataque dos carunchos faz com que o material perca a sua resistência e massa.



Figura 77. Perda do revestimento exterior  
Fonte: Autor



Figura 78. Humidade, térmitas e fungos  
Fonte: Autor

Todo o humedecimento da madeira devido às infiltrações, pode aqui também contribuir para a perda de ligação entre os materiais, como é o caso do destacamento do estuque do tecto em madeira sob cobertura.

A ascensão capilar da água, devido à humidade do terreno e em sítios pouco ventilados, faz com que haja o desenvolvimento de líqüenes e manchas, normalmente até cerca de 1,5m nas paredes exteriores dos pisos térreos.



Figura 79. Líqüenes e manchas  
Fonte: Autor



Figura 80. Líqüenes e manchas  
Fonte: Autor

Nestes edifícios antigos, os caixilhos, normalmente em madeira, tinham uma má impermeabilização. Dessa maneira podemos observar a degradação dos mesmos. Pode-se ainda perceber a corrosão existente nos gradeamentos metálicos exteriores das janelas.

Nos vários espaços exteriores de S. Bento de Cástris, desenvolve-se vegetação devido à humidade: algas, líquenes, musgos, plantas daninhas, etc



Figura 81. Desenvolvimento de vegetação devido à humidade  
Fonte: Autor



Figura 82. Desenvolvimento de vegetação devido à humidade  
Fonte: Autor



Figura 83. Má impermeabilização  
Fonte: Autor

## 6. Projecto

---



## 6.1. Levantamento – Importância e Panorama

*“A intervenção de conservação deve, em primeiro lugar, procurar compreender o objecto de intervenção. Para isso pressupõe-se a análise do objecto concreto considerando, de forma proporcionada, a informação existente.”*  
(Luís Mateus, 2012)

Uma grande parte do processo de reabilitação e conservação do património passa pelo levantamento do existente e não só.

Quando o Monumento chega aos dias de hoje, faz-se normalmente acompanhar de outras peças que o documentam.

A compreensão do Mosteiro de S. Bento de Cástris passou pelo estudo de áreas distintas contempladas nos pontos anteriores de análise deste trabalho.

Um dos grandes objetivos é, a partir da análise demonstrar a importância de agir tendo em conta todo um conjunto de conhecimentos sobre o objecto, permitindo um equilíbrio entre a materialidade e técnicas que lhe são inerentes e também o contexto histórico e cultural em que se insere.

## 6.2. Informação Prévia

Para o estudo do Mosteiro de S. Bento de Cástris, foi-nos disponibilizado pela Direção Geral da Cultura do Alentejo e pela Universidade de Évora, material a nível de textos e análises, fotografias e desenhos técnicos. (Ver anexos A a D)

Ao nos debruçarmos sobre estes objectos documentais e ao realizar as primeiras visitas ao local, fomos nos apercebendo de incongruências a nível dos desenhos, já desatualizados (como é também o caso dos desenhos técnicos disponíveis no SIPA) devido às várias intervenções e sobreposições de informação. Desta forma e para a concretização de um projecto real de reabilitação, era imperativo que houvesse fiabilidade dos desenhos do Mosteiro, que nos propusemos a executar.

### 6.3. Ferramentas para Produção de Conhecimento

Mediante a necessidade de bases de trabalho mais atualizadas de S. Bento de Cástris, recorreremos a várias ferramentas para a criação de desenhos que correspondessem o máximo possível à realidade.

Realizámos assim um levantamento, através de fotogrametria com recurso ao Drone e um varrimento laser 3D terrestre, com várias estações, num total de 72 núvens de pontos, em duas visitas: 29 da primeira vez e 42 da segunda.



As várias núvens de pontos foram alinhadas, primeiro em pequenos grupos, no programa meshlab, procurando pontos em comum com entre elas para o efeito.

Figura 84. Imagem retirada do Programa VSFM - fotogrametria com recurso ao drone e fotografias.  
Fonte Autor

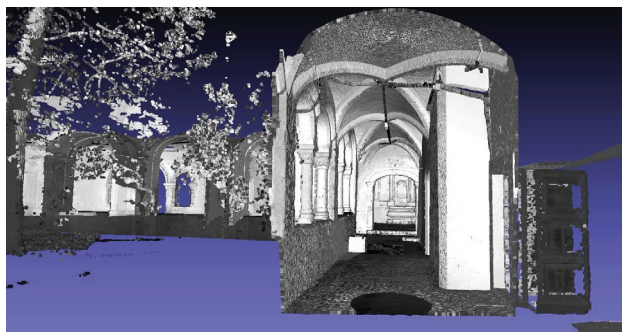
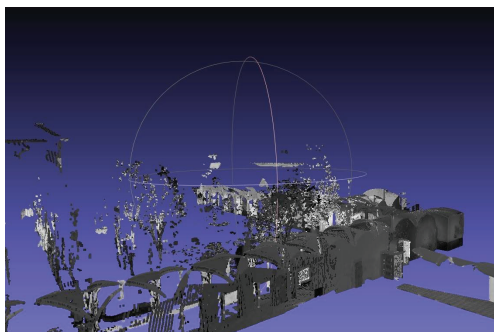


Figura 85 e 86. Imagem retidada do programa Meshlab - Alinhamento das núvens de pontos - ala sul do Claustro de SBC  
Fonte: Autor

Posteriormente, tendo já o modelo com as 72 núvens alinhadas e utilizando o CloudCompare, foi-nos possível desenhar várias secções.

Figura 87. Imagem retirada do programa CloudCompare - secções do modelo tridimensional  
Fonte: Autor

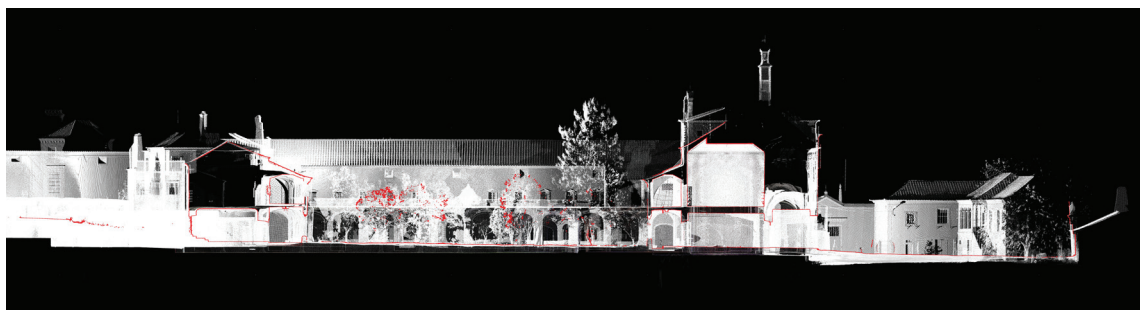
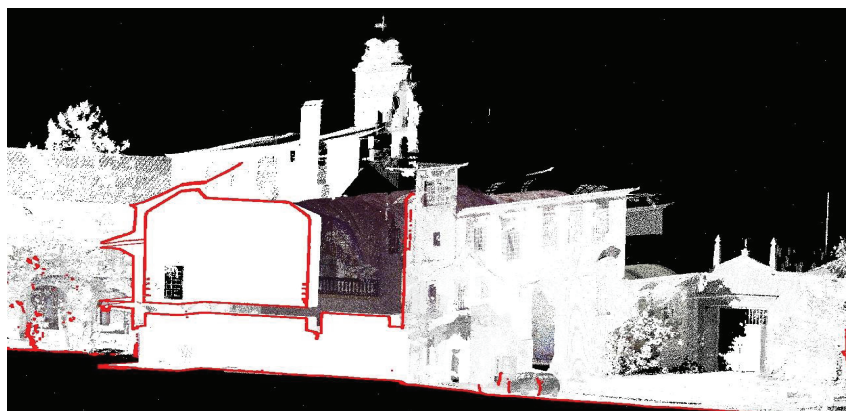


Figura 88. Secção retirada do programa CloudCompare.  
Fonte: Autor

Seguidamente, os prints realizados dessas secções, transpostos para o AutoCad, possibilitaram o desenho vectorial sobre eles, dando origem a uma base de trabalho com vários graus de fiabilidade que se poderão perceber pelas várias layers usadas.

Figura 89. Desenho em AutoCad sobre o print retirado do CloudCompare  
Fonte: Autor

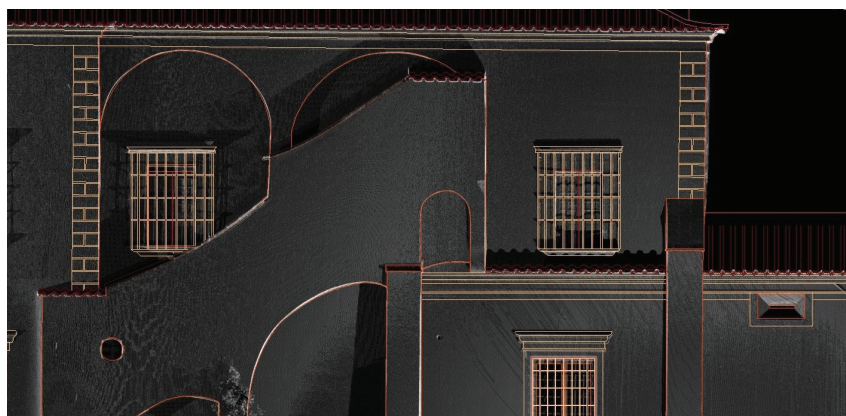


Figura 90. Corte/Alçado fruto do levantamento acima descrito.  
Fonte: Autor



## 6.5. Programas – Sphera Cástris e Monges Cistercienses

S. Bento de Cástris contou com várias funções ao longo do tempo e, em 2010, foi anunciado que ali se situaria o Museu Nacional da Música. Atualmente, O Mosteiro de S. Bento de Cástris tem duas propostas, que funcionarão simultaneamente e cujos programas serão aplicados na parte projectual deste trabalho.

### 6.5.1. Sphera Cástris

Sphera Cástris é um projecto que conta com a parceria entre a Direcção Regional de Cultura do Alentejo, a Universidade de Évora, a Câmara Municipal de Évora e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo.

Esta parceria tem como principal objectivo propor uma solução sustentável para a valorização do Património e Cultura Alentejanos, permitindo o usufruto dos mesmos por parte da população.

A proposta consiste em sediar o Sphera Cástris no Mosteiro de S. Bento de Cástris e conta com um extenso programa que o visa transformar num *“centro dinamizador de conhecimento, investigação, produção e criação artística centrado na integração das Artes, Ciências e Património Cultural”*.

Serão criados, no Mosteiro e espaço que lhe pertence, as seguintes áreas gerais:

- Espaço Património
- Espaço Artes
- Espaço Formação
- Espaço Território

Cada área será composta por:

### **Espaço Património**

Dedicado às ciências do património e conservação composto por:

- Reserva de bens arqueológicos | Laboratório de arqueologia
- Reserva de bens museológicos | Laboratório de diagnóstico de bens patrimoniais
- Depósito de materiais de construção
- Laboratório de tecnologias digitais
- Oficinas de conservação e restauro
- Sala Território Virtual

### **Espaço Artes**

Dedicado à criação artística e inovação composto por:

- Residência de artistas
- Incubadora de empresas criativas
- Salas de exposições

### **Espaço Formação**

Dedicado à realização de cursos de valorização e formação profissional e avançada artística e patrimonial composto por:

- Auditório
- Salas de aula polivalentes

### **Espaço Território**

Dedicado ao Convento e a sua área envolvente:

- Igreja e Claustro
- Quintas urbanas
- Jardim mediterrânico | Espaço de merendas
- Mata | circuito pedestre
- Exploração agrícola - inovação
- Parque Solar | Land Art

(Lista de espaços adaptada do programa SPHERA CÁSTRIS – ver ANEXO B)

### 6.5.2. Comunidade de monges de estrita observância

Será instalada em S. Bento de Cástris, uma comunidade brasileira de monges da Ordem de Cister de estrita observância, também chamados de monges trapistas. São uma comunidade mista que conta com 3 monjas e 8 monges, sendo que 4 destes são monges seniores.

Segundo a vontade da comunidade, a sua instalação será feita da seguinte maneira: Os 4 monges seniores, que se dedicam maioritariamente à meditação e leitura, ficarão na Antiga enfermaria e as suas celas terão quarto e sala individuais. Esta ala terá ainda uma capela e, no piso superior, uma biblioteca.

Haverá para os restantes duas alas distintas: a das monjas ocupará a ala a poente dos dormitórios, com vista para o claustro e a dos monges será a ala a nascente com vista para fora da cerca.

Estes monges e monjas dedicam-se ao trabalho agrícola dentro da cerca, produzindo licores, ervas aromáticas e, as monjas, trabalhos de costura, pelo que terão de ter espaços destinados a essas funções.

As zonas de dormitórios terão ainda de contar com celas reservadas a outros monges e monjas que queiram pernoitar em S. Bento de Cástris. A ala das monjas contará com sala de visitas e sala de costura.

No piso 1, situar-se-á o parlatório junto à Antiga Sala do Capítulo e abrir-se-á uma passagem para a zona de escadaria que dá acesso simultaneamente à igreja, coro-baixo e dormitórios. (Ver anexo F)

## 6.6. Obra-nova: alinhamentos, reinterpretação: entre a continuidade e a ruptura

*“S. Bernardo pretendia promover a mobilização mística através da contemplação e de uma preparação que passava pelo reconhecimento da beleza interior valorizando o trabalho da alma”.*

Paulo Pereira (2011)

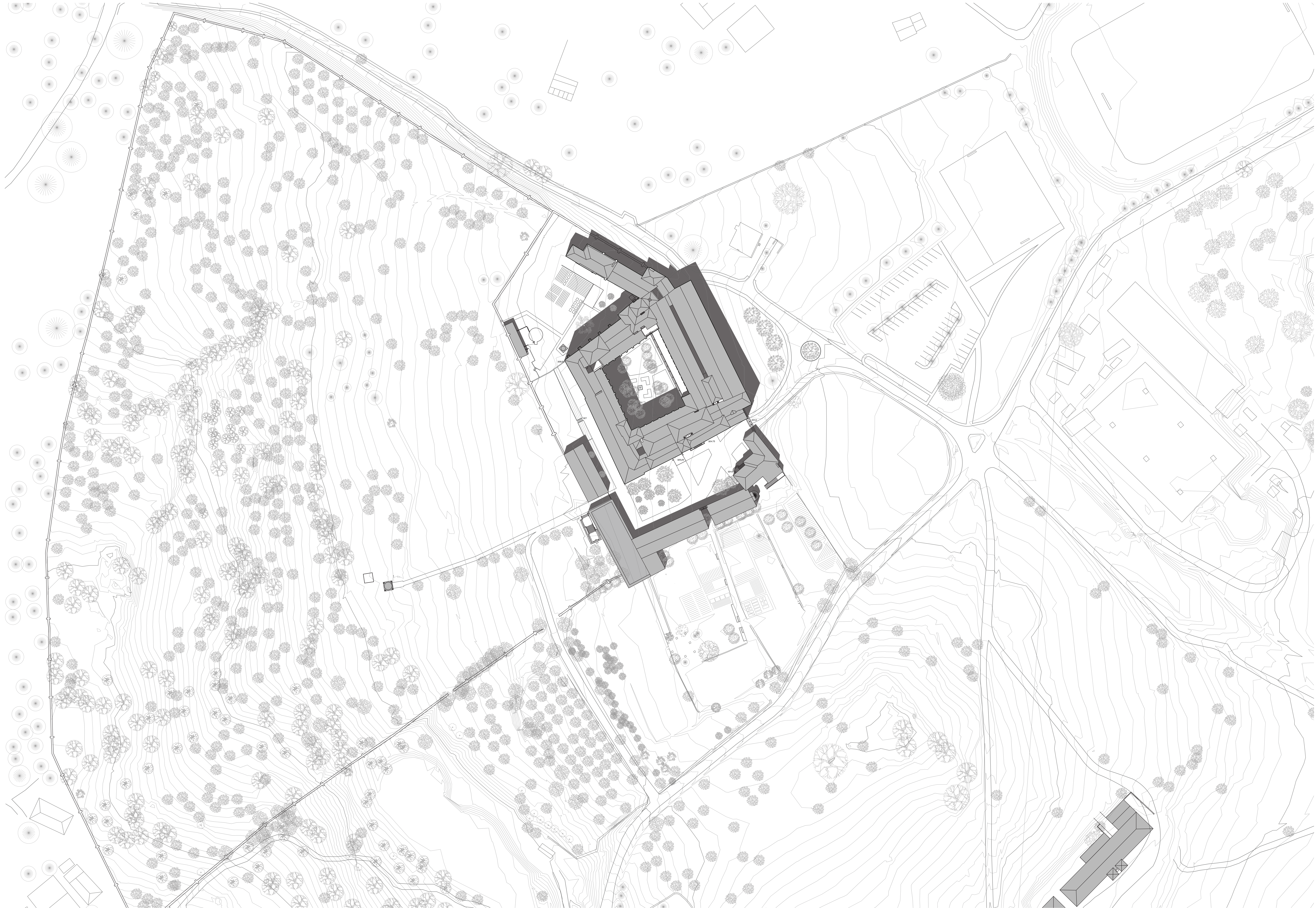
O conceito para a intervenção que se irá propor neste trabalho é a que propõe o respeito e a manutenção do edificado, e em certa medida pode considerar-se do lado das metodologias que optam pelo minimalismo, estão de acordo a final com o próprio ideário Cisterciense, quer na sua estética quer na articulação simples e objetiva dos vários espaços. A arquitectura cisterciense baseia-se na racionalidade das formas, na esbelteza dos vários elementos arquitectónicos e nas proporções entre eles. Apesar disso - e aí incide a particularidade de cada caso -, adoptam também os materiais e as técnicas construtivas coerentes com o meio onde estão inseridos. Assim, este trabalho incidirá numa intervenção sóbria, valorizando os planos e o desenho ortogonal, sendo que o estudo da luz será imprescindível (tal como sempre foi) no ambiente monástico cisterciense.

S. Bernardo sentia que o uso de linhas curvas poderia implicar uma certa sensualidade formal e, o uso de ornamentação era uma distração. A renúncia aos sentidos e a ideia de que uma estética exagerada lhes poderá vedar o caminho até Deus, pressupõe uma Arquitectura modesta e pura.

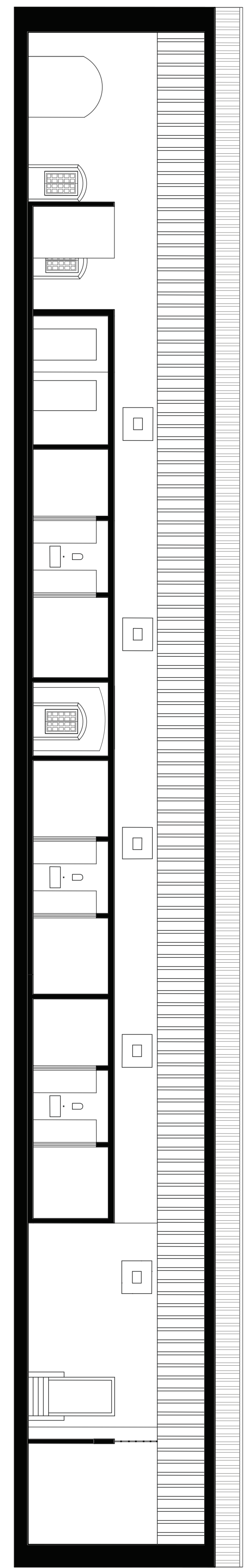
Esta proposta, que incidirá principalmente no desenho da cela, terá uma estrutura de madeira por questões não só ecológicas mas também respeitantes à ideia de reversibilidade e de intervenção mínima. Ou seja, pretendemos uma estrutura de fácil montagem e versátil no caso de serem necessárias alterações. A casa de banho partilhada terá a zona de lavatório como foco por a água ser um elemento purificador para os monges e essencial à sua forma de vida.

A nível de materiais foram escolhidos as madeiras para o interior das celas por representarem conforto e conferirem um ambiente acolhedor. Nas zonas comuns, a tijoleira nos pavimentos por aludir ao Alentejo e à arte mudéjar. Alguns elementos simbólicos, como o lavatório, serão em mármore, também da zona.

A cor branca dos elementos verticais será imperativa, pois além de ser uma cor predominante na região faz também alusão aos monges de Cister, que são conhecidos como os monges brancos.







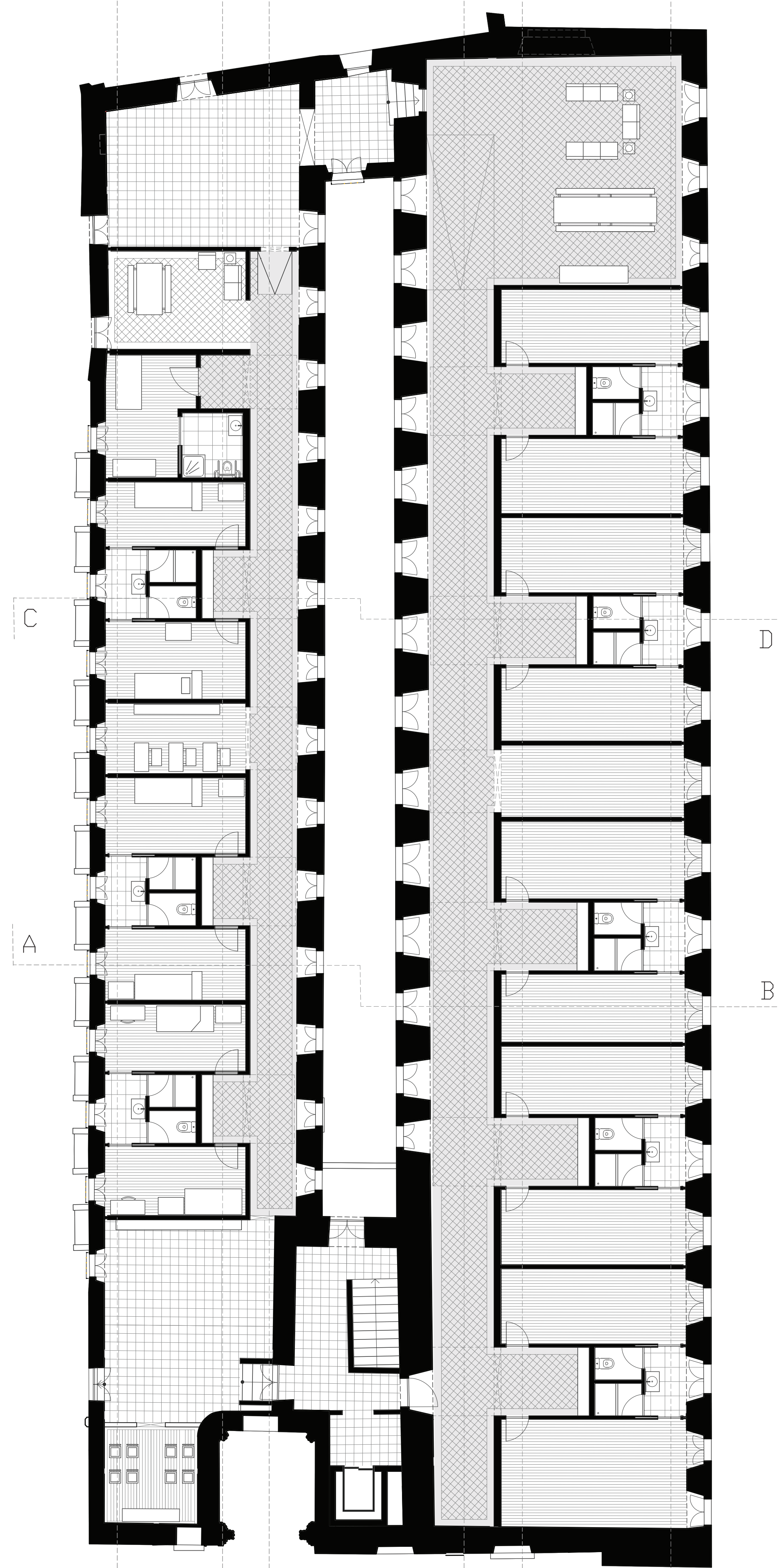
E-F



G-H

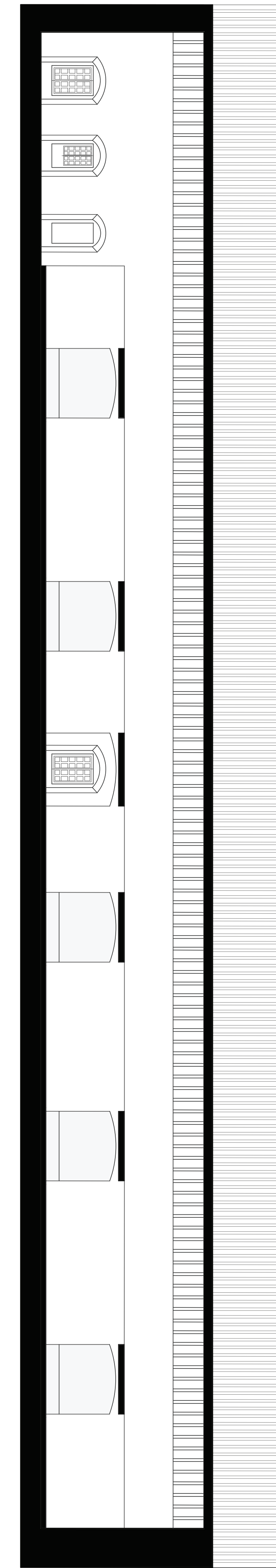


I-J

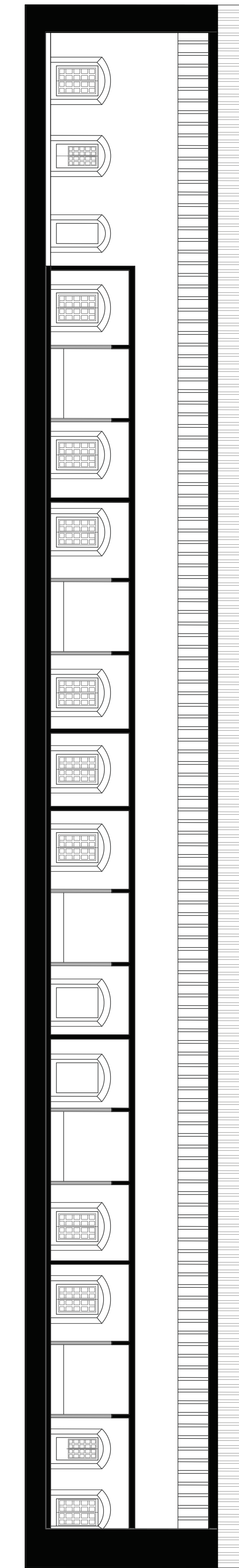


E-FG-HI-J

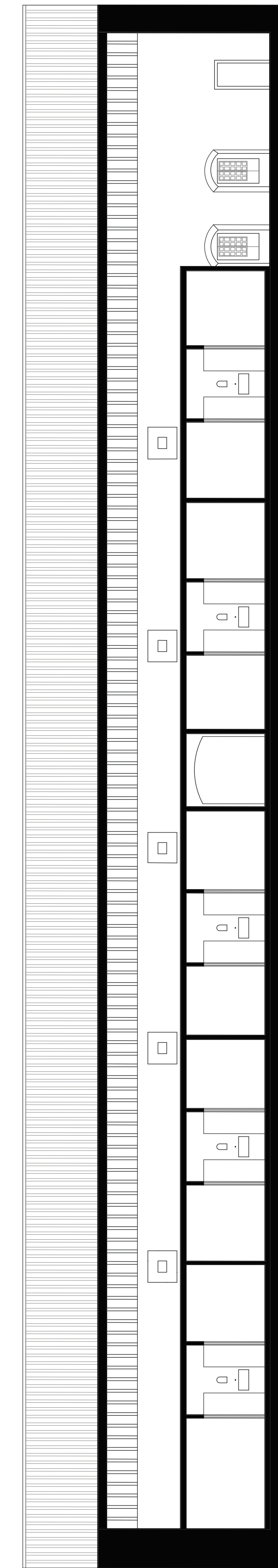
K-L M-N O-P



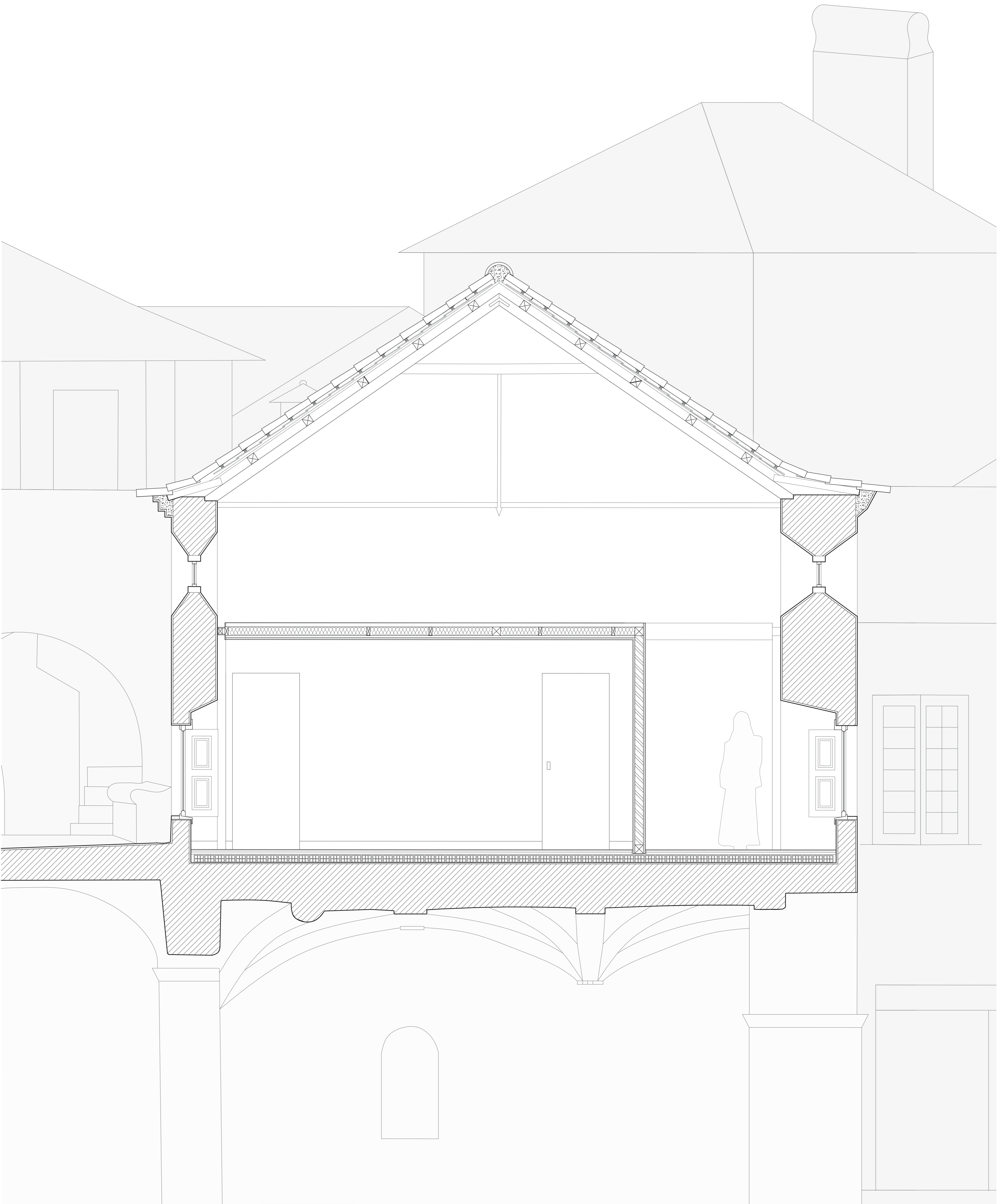
K-L

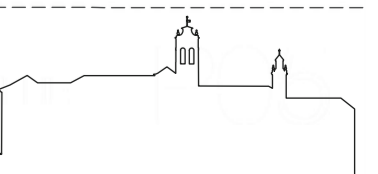
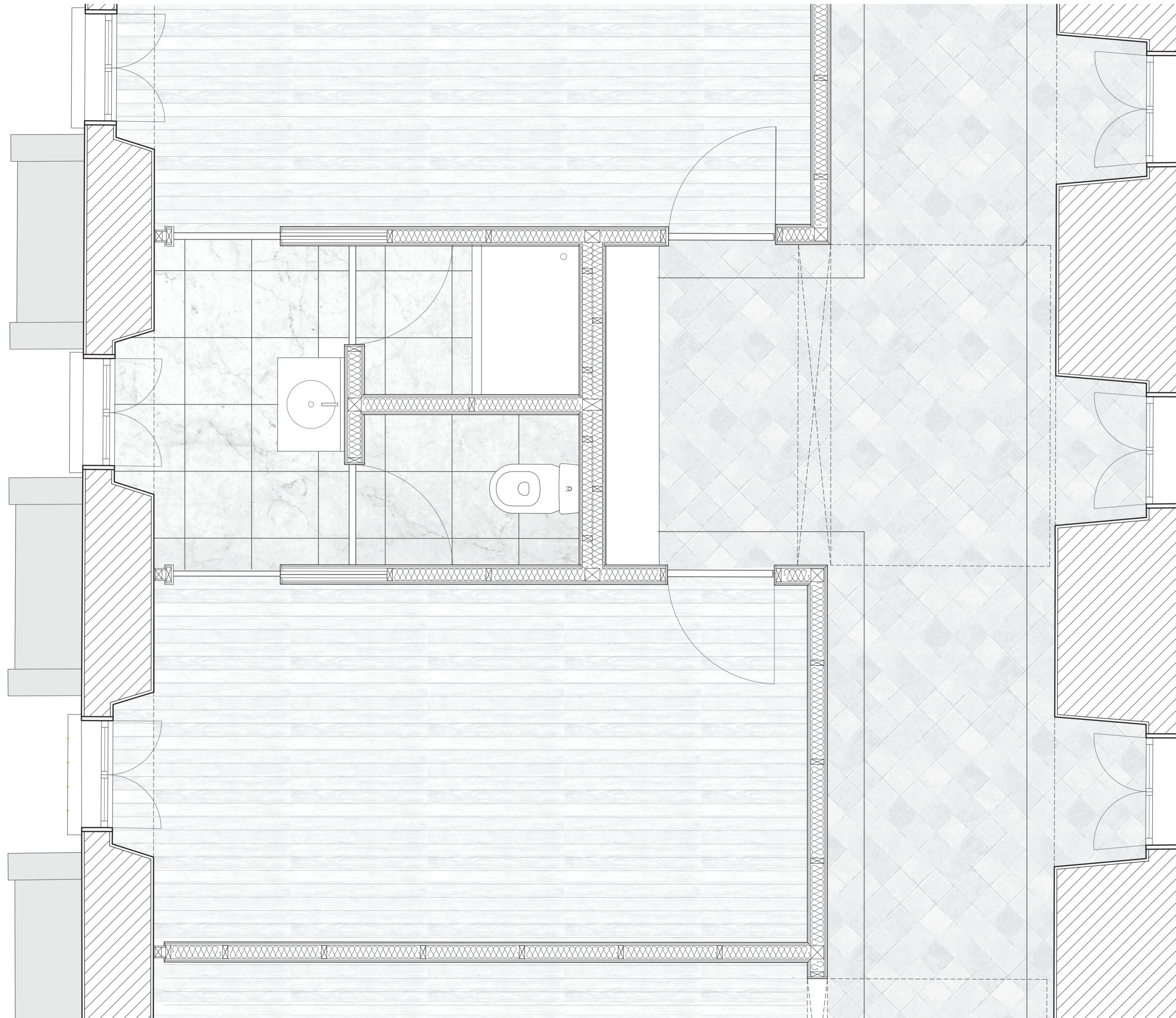


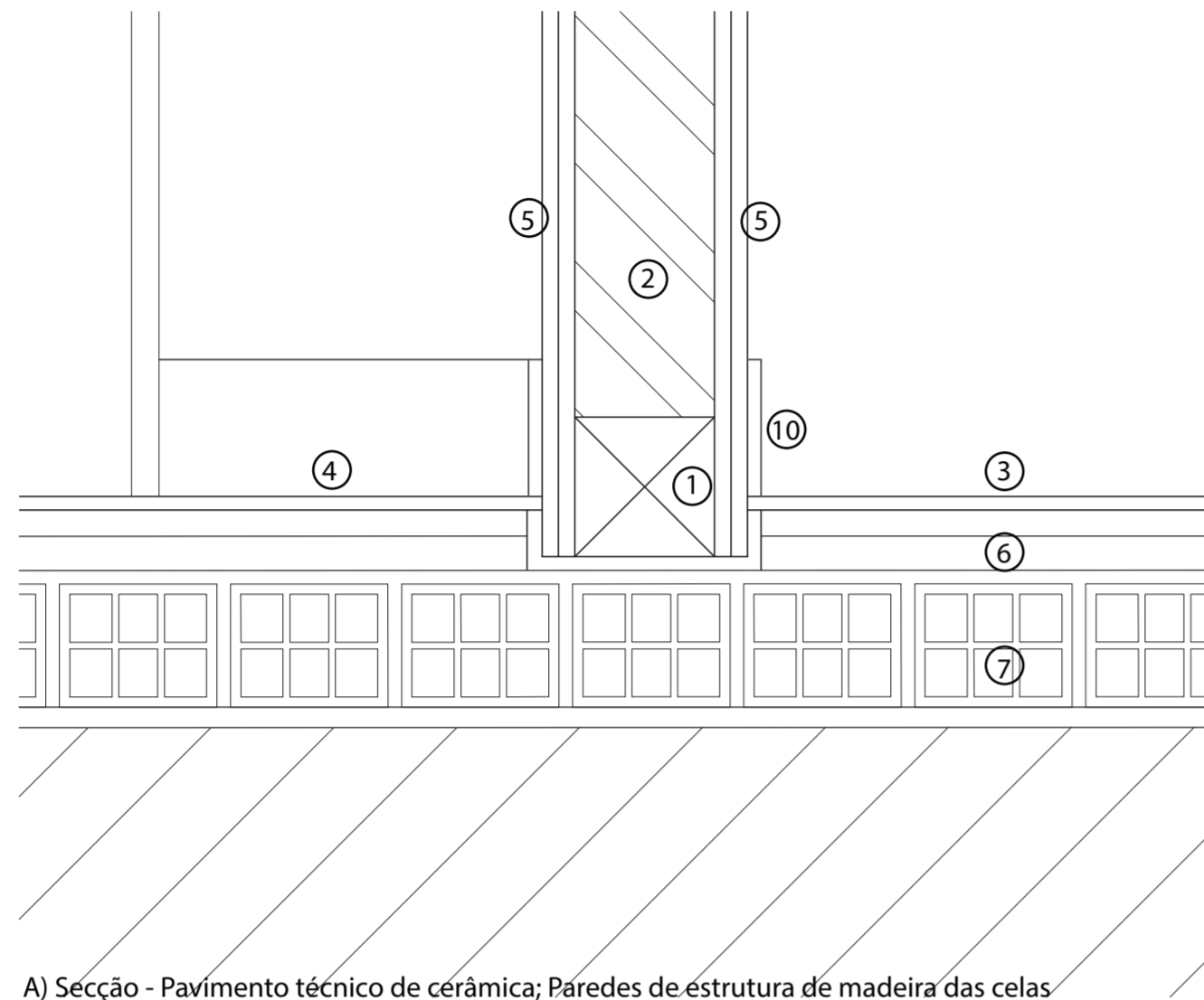
M-N



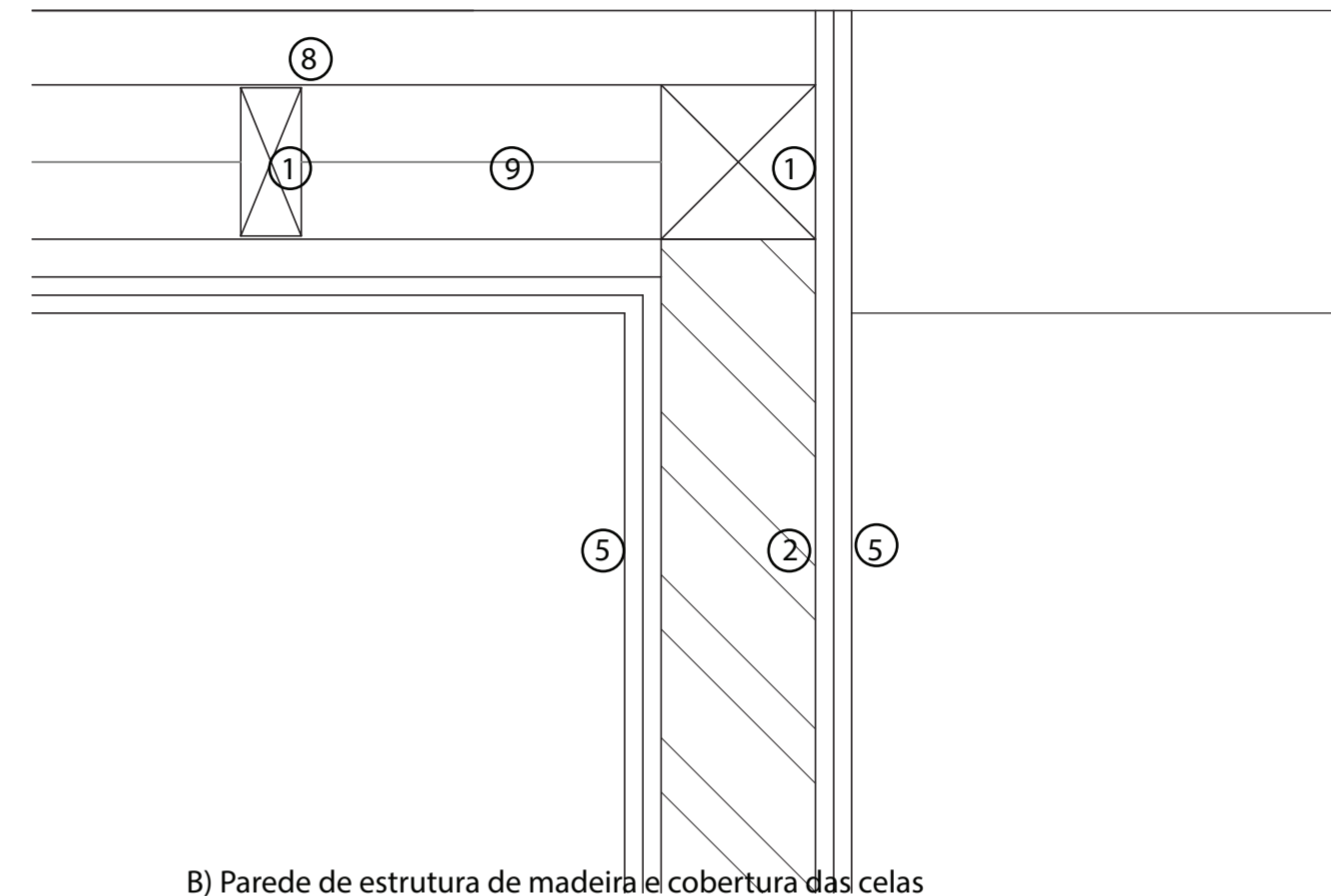
O-P



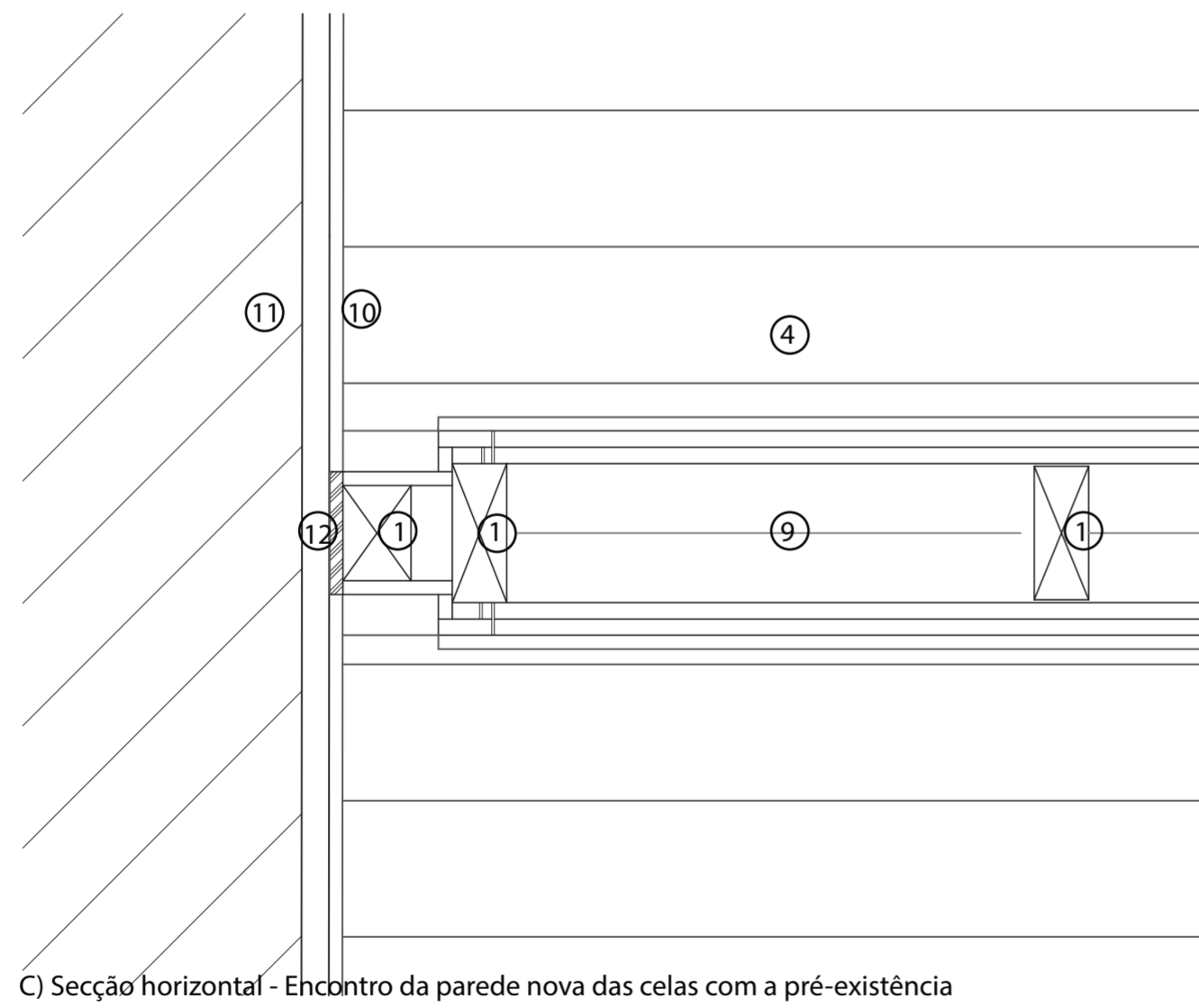




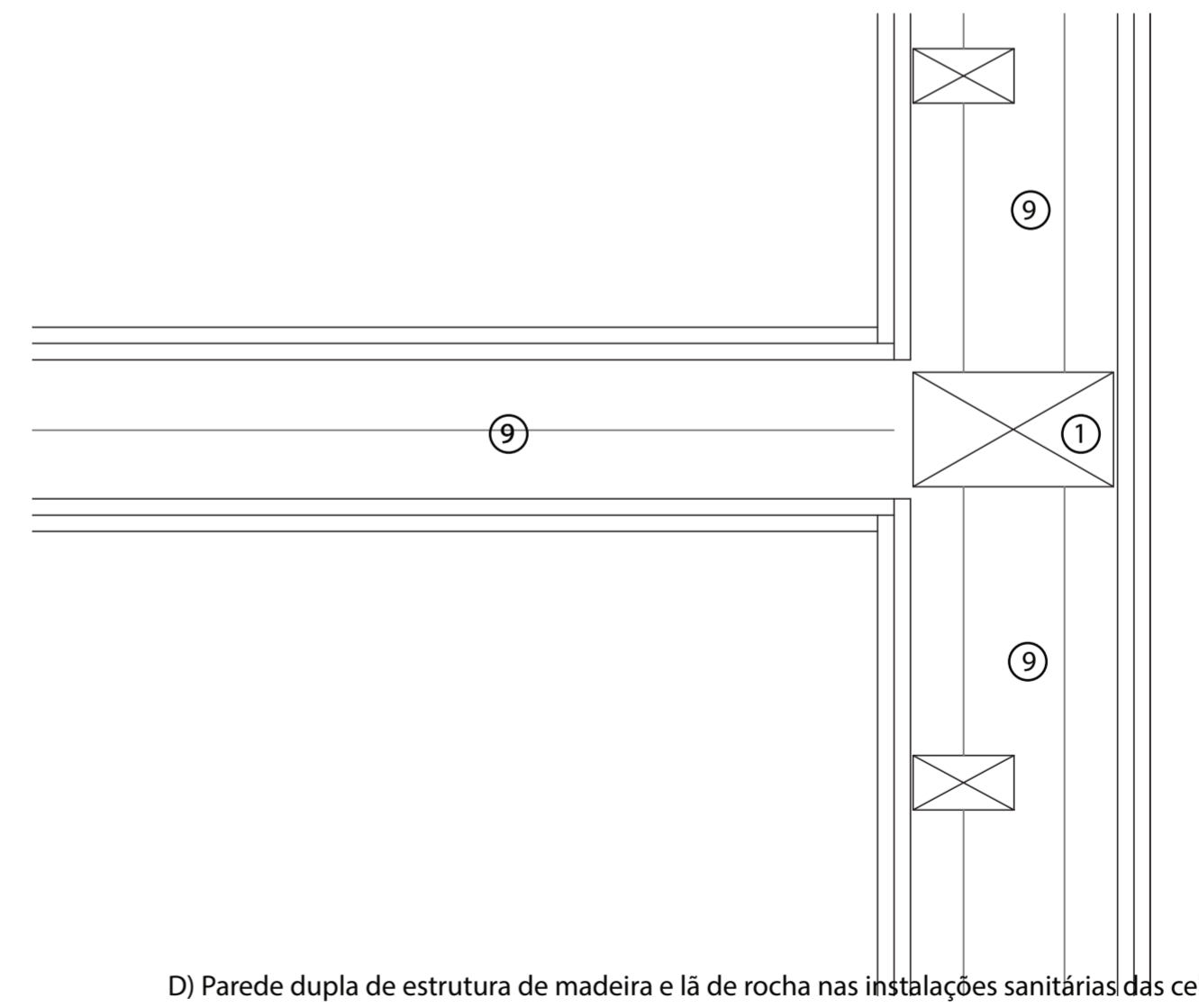
A) Secção - Pavimento técnico de cerâmica; Paredes de estrutura de madeira das celas



B) Parede de estrutura de madeira e cobertura das celas

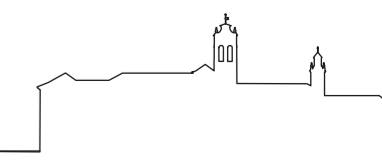


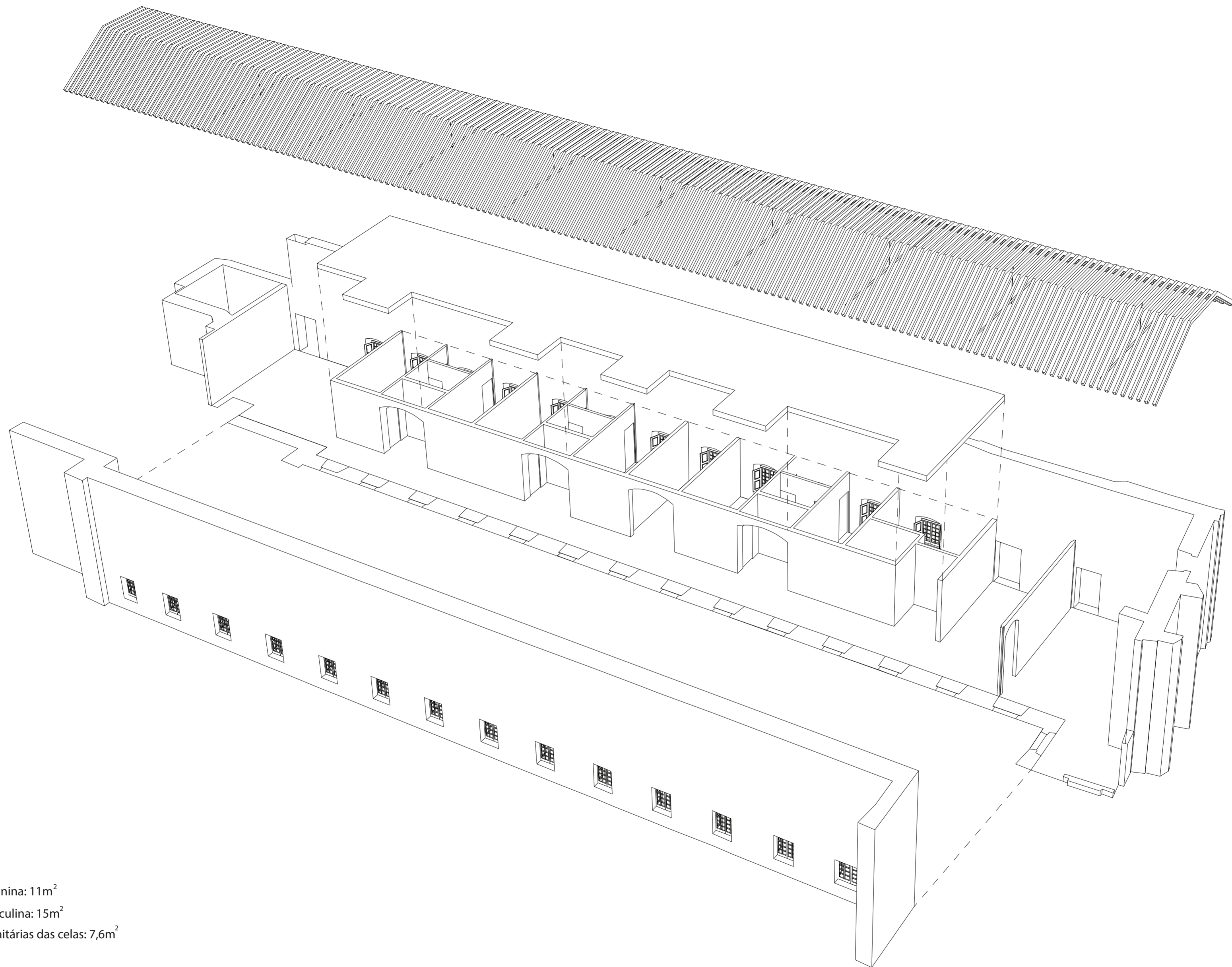
C) Secção horizontal - Encontro da parede nova das celas com a pré-existência



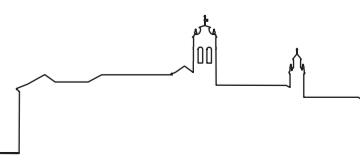
D) Parede dupla de estrutura de madeira e lã de rocha nas instalações sanitárias das celas

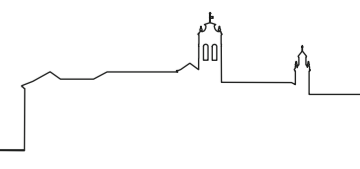
1- Secção de madeira da estrutura; 2- Vista da madeira da estrutura; 3- Pavimento cerâmico: tijoleira; 4- Pavimento cerâmico: soalho de carvalho; 5- placa dupla de gesso cartonado; 6- lâmina de compressão; 7- tijolo de 11 (pavimento técnico); 8- placa de aglomerado; 9- isolamento de lã-de-rocha; 10-rodapé  
11- pré-existência: mosteiro de S. Bento de Cástris: alas das celas; 12 - borracha à compressão neoprene

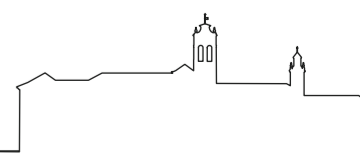


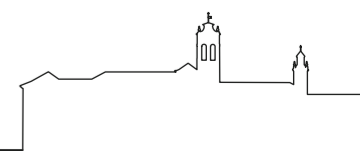


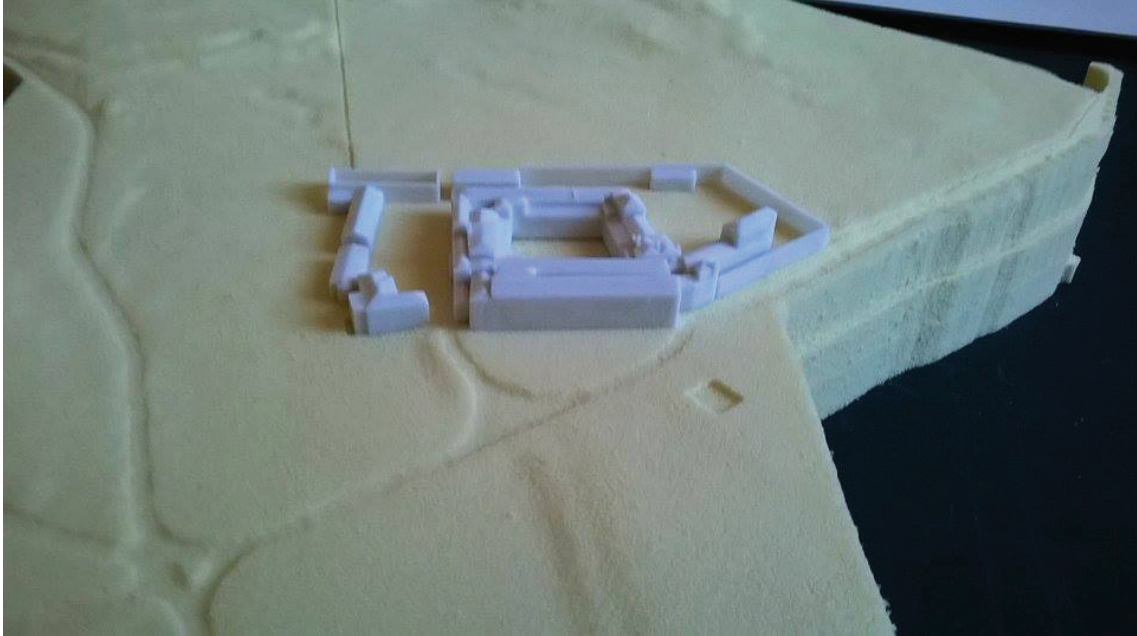
Área média da Cella da ala feminina: 11m<sup>2</sup>  
Área média da Cella da ala masculina: 15m<sup>2</sup>  
Área média das instalações sanitárias das celas: 7,6m<sup>2</sup>



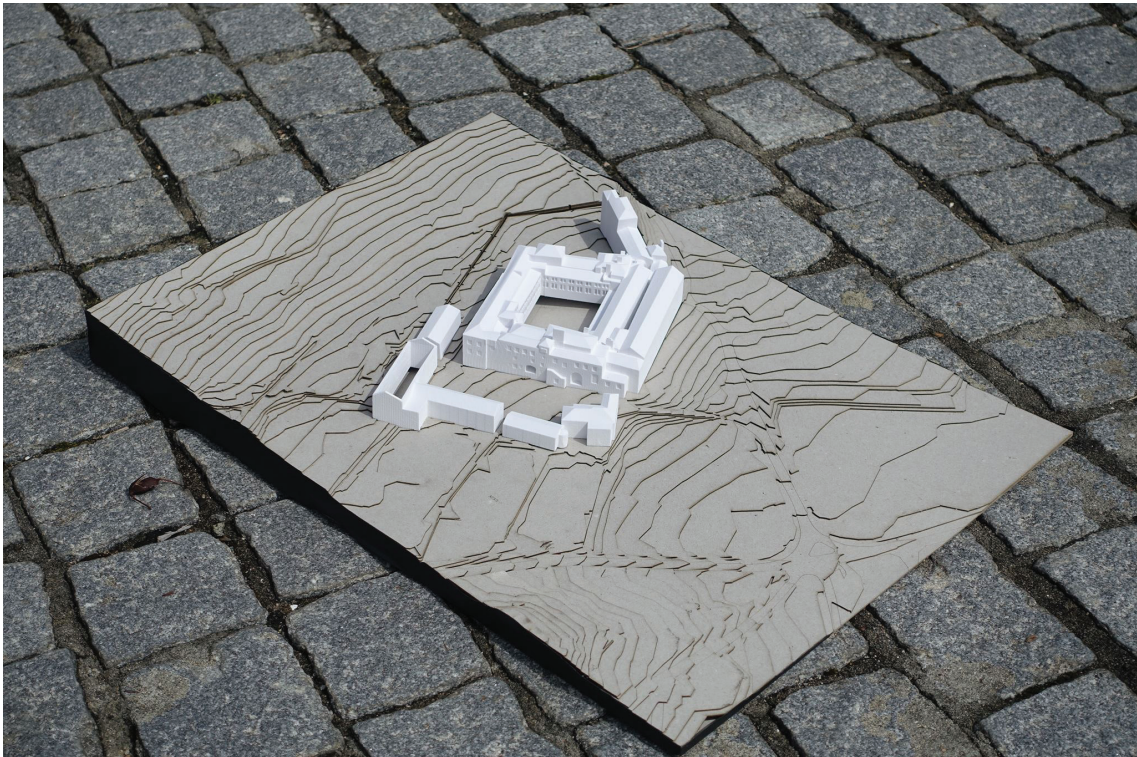








Maquete Convento Esc: 1/1000



Maquete Convento Esc: 1/200



Maquete Convento - Celas Esc: 1/100



Maquete Módulo da Cella Esc: 1/20



## 7. Considerações Finais

---



A reflexão sobre a importância do Património para a sociedade é essencial para que se torne um dever a sua correcta reabilitação e apropriação, adaptando-se a um contexto contemporâneo.

Normalmente o abandono de edifícios históricos deve-se devido à perda da sua função, devido ao constante desenvolvimento e transformação das sociedades e territórios. No caso dos conjuntos monásticos, a quase extinção das ordens religiosas levou a que muitos destes edifícios se tornassem devolutos ou fossem transformados para receber outros usos. A verdade é que estas estruturas, normalmente de grandes dimensões e com as características de uma micro cidade autossuficiente, são extremamente adaptáveis e flexíveis, para além do seu valor Histórico e grande importância a nível Artístico e Arquitectónico, o que leva a que muitos sejam classificados Monumento Nacional.

Devem por isso ser “ressuscitados” e, sobretudo, devolvidos às comunidades que em tempos nasceram graças a eles.

O longo processo de reabilitação deve consistir, primeiro que tudo, numa profunda análise e levantamento do edificado, pois só assim se pode intervir respeitando a identidade do lugar e encontrando formas correctas de o modernizar.

A intervenção mínima é um modelo de reabilitação que permite agir subtilmente, partindo sempre da identificação de quais os problemas do edificado e qual o seu estado atual para depois lhe aplicar uma ação. Mas em Património Edificado nem sempre agir significa intervir. Agir pode também passar pela decisão contrária.

O Mosteiro de S. Bento de Cástris é um conjunto monástico de grande potencial. Apesar dos claros sinais de abandono e da degradação, a sua imponência não passa despercebida e, por isso, deverá rapidamente ser alvo de um profundo trabalho de reabilitação.

Apesar de muitos mosteiros e conventos se afirmarem com novos usos, o caso de S. Bento de Cástris é de especial interesse, pois além de vir a receber o Sphera Cástris, contará em simultâneo com a comunidade brasileira dos monges Cistercienses reformados de estrita observância.

Há que salientar que o estudo da História e contexto em que o Mosteiro foi construído teve grande impacto na decisão a nível do desenho e linguagem projetual, pois permitiu entender quais as intenções da época e assim, criar um paralelo contemporâneo. Desta forma, é possível respeitar o construído e de alguma forma conseguir que a intervenção se adapte a ele.

Relativamente ao nosso contributo para o conhecimento do objecto, a actualização dos desenhos técnicos através do laser que conta com grande precisão e da fotogrametria, é sem dúvida um dado muito necessário à conceção do projeto e poderão ser utilizados por qualquer pessoa que se debruce sobre S. Bento de Cástris.



## 8. Bibliografia

---



AGUIAR, José – *Conflitos de Escala em Pedra & Cal* n.º 37 Janeiro . Fevereiro . Março 2008, p.4-6

AGUIAR, José – *Intervenção mínima, Reabilitação máxima* – Em Construção magazine nº47. ISSN: 1645 – 1767 (2012), p. 9-11.

AGUIAR, José – *Reabilitação ou Fraude?* - Em Revista Património, nº2 ISSN: 2182-9330.2 (2014) P.56-69

CHOAY, Françoise – *As Questões do Património: Antologia para um Combate*. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 978-972-44-1624-3.

CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70, 2015. ISBN 978-972-44-1274-0.

CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa - *A afirmação do Mosteiro de S. Bento de Cástris no contexto local e nacional* – Em Colóquio Internacional Cister: Espaços, Territórios, Paisagens. Alcobça: Separata, 1998

CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa – *Cister a Sul do Tejo. O Mosteiro de S.Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobça (1567- 1776)*; Edições Colibri

CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa – *O conjunto monástico de S. Bento de Cástris e o cumprimento do paradigma Cisterciense: a escolha do locus e as imposições da clausura estrita*. Projecto ORFEUS, Departamento de História da Universidade de Évora, Revista Online do Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior

CONDE, Maria Antónia – *O sentido do tempo num espaço conventual. S. Bento de Cástris*. Évora, 1996-1997

CUNHA, João Alves da – *A multidisciplinaridade da arquitectura cisterciense: pistas para o estudo e salvaguarda da sua autenticidade* – Em Lusitania Sacra, 17, 2ª série (2005), p.439-454

DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *A Regra de S. Bento, norma de vida monástica: sua problemática moderna e edições em Portugal* - Em Revista da Faculdade de Letras, Porto, III série vol.3, 2002. Pp 9-48.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho - (apresentação, tradução e notas) *Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade*; Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997; pp. 64-65

DIAS, Ana Catarina Moreira, *Arquitectura religiosa: A “luz” como instrumento – “teoria da luz”*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, FAUL, 2015.

DIAS, Pedro - *A Arquitectura Manuelina*. Porto, Civilização, 1988. ISBN 972-26-0458-9.

DIAS, Pedro – *Manuelino, à descoberta da arte do tempo de D. Manuel I*. Lisboa, Electa, 2002. ISBN: 972-26-2098-3

ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora*. Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966

FELICIANO, Ana Marta; LEITE, António Santos - *Memória, Arquitectura e Projecto*. 1ª ed. Lisboa, By The Book, 2016; ISBN: 9789898614407

LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX*. Coimbra Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006,

MARTINS, Ana Maria Tavares - *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A Actualidade das suas Reabilitações e a sua Inserção no Território*, Volume I, Tese de Doutoramento, 2011, Universidad de Sevilla

MARTINS, Ana Maria Tavares. *Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras: um percurso entre a Arquitectura e a História*. Quartzo Editora. Viseu. 2012

MASCARENHAS, José Manuel P. B. de, ABECASIS, Maria Helena, JORGE, Virgolino Ferreira - *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*; Lisboa, Fundação Oriente, 1996. ISBN 972-9440-49-2, p.209-220

MASCARENHAS, João Mateus – *Técnicas Tradicionais da construção de alvenarias*. Lisboa, Livros Horizonte, 2002. ISBN: 972-24-1234-5.

MATEUS, Luís Miguel Cotrim, (2012) - *Contributos para o Projecto de Conservação, Restauro e Reabilitação, uma Metodologia Documental baseada na Fotogrametria Digital e no Varrimento Lazer 3D Terrestres*; Tese de Doutoramento, VOL. I. Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

NUNES, Paulo Simões – *História da Cultura e das Artes 11º ano*. Lisboa Editora, 2005. ISBN 972-680-625-9

PAWSON, John - *John Pawson: themes and projects*, 2002, p.49. ISBN 978-071-484-452-7

PEREIRA, Paulo - *A “FÁBRICA” Medieval. Conceção e construção na arquitectura Portuguesa (1150-1550)* Capítulo 3, Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

PEREIRA, Paulo – *Arte Portuguesa, História Essencial*. Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates, 1ª ed, 2011. ISBN: 978-989-644-153-1

PEREIRA, Paulo - *Património Edificado: Pedras Angulares*. Lisboa, Aura, 1ªed, 2005. ISBN 972-99536-2-7

POLITÉCNICO DE VISEU - *Os mosteiros medievais como edifícios de saber*. Actual Consulta [07 de Janeiro 2017] Disponível em: <URL:<http://www.ipv.pt/millennium/millennium27/20.htm>>.

PÚBLICO - *Monumentos degradados vão ser concessionados para serem recuperados para turismo* [Em linha]. Actual. Consulta [28 de Setembro 2016] Disponível em:<URL:<https://www.publico.pt/2016/09/28/local/noticia/monumentos-degradados-va-ser-concessionados-para-serem-recuperados-para-turismo-1745453>>

REDONDO, Maria Rubio – *Será a intervenção mínima um princípio de orientação válido?*. Tradução de Antonio de Borja Araujo, 2005.

REIS, Humberto, CHICÓ, Mário Tavares - *A Arquitectura Religiosa do Alto Alentejo na 2ª metade do séc. XVI, XVII e XVIII*. Lisboa, Colecção presenças, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *O Mosteiro-cidade na Génese e Desenvolvimento Urbano: Uma interpretação do espaço*. Em Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património. Porto, I série vol. V-VI, (2006-2007) pp 527-548

RODRIGUES, Jorge; Pérez, XOSÉ, Carlos Valle – *Arte de Cister em Portugal e Galiza*. 1ª edição, 1998, Fundação Calouste Gulbenkian; ISBN: 972-678-028-4

SECRETARIADO NACIONAL DA PASTORAL DA CULTURA - *Ordem de Cister: herança cultural em Portugal e na Europa* [Em linha]. Actual. Consulta [17 Junho 2012] Disponível em: <URL:[http://www.snpcultura.org/ordem\\_cister\\_heranca\\_cultural\\_portugal\\_europa.html](http://www.snpcultura.org/ordem_cister_heranca_cultural_portugal_europa.html)>

SIMPLÍCIO, Domingas – *A cidade de Évora e a Relevância do Centro Histórico* – Em Departamento de Geociências, Universidade de Évora, Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CEGOT ISBN: 978-989-8648-01-3

SIPA; DGPC - *Convento de São Bento de Cástris* [Em linha]. Actual. Consulta [25 de Novembro 2014] Disponível em:<URL:[http://www.monumentos.pt/Site/App\\_PagesUser\(SIPA.aspx?id=6511](http://www.monumentos.pt/Site/App_PagesUser(SIPA.aspx?id=6511)>

TERENO, Maria, MONTEIRO, Maria, PEREIRA, Marízia – *Cartografia e iconografia antigas no processo evolutivo das torres militares, civis e religiosas de Évora – Portugal*. Em: Atas do VI simpósio Luso-Brasileiro de cartografia histórica. Braga, 2015

TERENO, Maria do Céu Simões – *Mosteiro de S. Bento de Cástris. Que futuro para este património?* Alcobaça, Congresso internacional, Mosteiros Cistercienses, 2012.

URBANO, Luís - *A propósito de Évora: Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos*. Em Revista Monumentos, nº26, DGEMN (2007) pp38-45

VIEIRA DA SILVA, José Custódio - *O Tardo-gótico em Portugal. A arquitectura no Alentejo*, Lisboa, 1987

VIÑAS, Salvador Muñoz - *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier, 2005. ISBN 0-7506-6224-7.

## 9. Apêndices

---



- Apêndice a.** Conventos Cistercienses em Portugal
- Apêndice b.** Conventos Cistercienses Femininos
- Apêndice c.** Carta Geológica
- Apêndice d.** Carta Topográfica
- Apêndice e.** Caminhos e Redes
- Apêndice f.** Evolução Histórica | Séc. IV - X
- Apêndice g.** Evolução Histórica | 1165 - 1295
- Apêndice h.** Evolução Histórica | 1300 - 1350
- Apêndice i.** Evolução Histórica | 1470 - 1580
- Apêndice j.** Evolução Histórica | 1580 - 1800
- Apêndice k.** Evolução Histórica | 1800 - 2005
- Apêndice l.** Planta da Estrutura Ecológica Urbana
- Apêndice m.** Arquitecturas das Águas e do Património
- Apêndice n.** Planta de NOLI dos Conventos de Évora
- Apêndice o.** Percursos de Água
- Apêndice p.** O Mosteiro pelo tempo
- Apêndice q.** O Mosteiro pelo tempo
- Apêndice r.** O Mosteiro pelo tempo
- Apêndice s.** O Mosteiro pelo tempo
- Apêndice t.** Valor Patrimonial do Mosteiro de S. Bento de Cástris
- Apêndice u.** Levantamento do Mosteiro de S. Bento de Cástris
- Apêndice v.** Desenhos Técnicos | Layers de informação
- Apêndice w.** Desenhos Técnicos | Plantas
- Apêndice x.** Desenhos Técnicos | Secções
- Apêndice y.** Axonometrias e Fotografias Actuais



## 10. Anexos

---



**Anexo A** – Documentação Existente | Sistema de Informação do Património Arquitectónico

**Anexo B** – Documentação Existente | Direcção Regional de Cultura do Alentejo

**Anexo C** – Documentação Existente | Direcção Regional de Cultura do Alentejo - Planta Topográfica

**Anexo D** – Documentação Existente | Universidade de Évora

**Anexo E** – Documentação Cedida | Sphera Cástris

**Anexo F** – Documentação Cedida | Sphera Cástris - Arquitecta Maria Fernandes

**Anexo G** – Recolha Fotográfica

**Anexo H** – Percurso do Aqueduto